

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VITOR HUGO DE ALMEIDA PRADO

A CRISE GLOBAL DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PERSPECTIVAS LIBERAIS E CRÍTICAS

UBERLÂNDIA
2021

VITOR HUGO DE ALMEIDA PRADO

A CRISE GLOBAL DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PERSPECTIVAS LIBERAIS E CRÍTICAS

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr. Aureo Toledo, como requisito parcial para a conclusão do bacharelado em Relações Internacionais.

UBERLÂNDIA
2021

Agradeço a Deus acima de tudo e todos, pois Ele sempre me capacitou e me ajudou, em todos os momentos, inclusive nos mais difíceis.

Agradeço especialmente a todos que me ajudaram no processo de graduação e de manufatura desta monografia, incluindo Marcelo Martinelli, que sempre me auxiliou nas mais diversas ocasiões e Fabrícia Vieira, que segurou minha mão e me mostrou que consigo.

Dedico esta monografia aos meus pais, Enio José do Prado e Verciene Vaz de Almeida Prado, cujo amor, apoio, paciência, dedicação e carinho eu nunca conseguirei retribuir e levarei comigo para sempre. Dedico também aos meus avós Valmira Aparecida e Hélio Prado, que sempre me apoiaram e ansearam pelo meu sucesso, amo todos vocês.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de entender e comparar as visões liberal e crítica sobre a crise das democracias liberais. Buscar-se-á, mediante revisão bibliográfica, destacar os principais argumentos e conclusões dos autores sobre a crise e compará-los. A hipótese é a de que os autores liberais inferem que a ineficácia das instituições da democracia liberal levou à sua crise, enquanto os autores críticos argumentam que o neoliberalismo, suas formas de legitimação e a nova razão-mundo nascida dele, explica a atual crise das democracias liberais. Logo, buscar-se-á apontar, neste trabalho, que essas são as causas da crise segundo essas correntes e que elas se complementam, pois explicam a crise econômica-política-institucional em andamento. Conclui-se que a crise das democracias liberais pode ser entendida, de forma mais abrangente, utilizando as perspectivas críticas e liberais em conjunto, sendo, pois, complementares.

Palavras-chaves: crise, democracia liberal, liberalismo, neoliberalismo, populismo.

ABSTRACT

This essay aims to understand and compare the liberal and critical views on the crisis of liberal democracies. It is intended, through bibliographical review and classical hermeneutics, to highlight the main arguments and conclusions of the authors about the crisis and to compare them. The hypothesis is that liberal authors infer that the ineffectiveness of liberal democracy institutions led to its crisis, while critical authors argue that neoliberalism, its forms of legitimation and the new world-reason born of it, explains the current crisis of liberal democracies. Thus, this essay seeks to prove that these are the causes of the crisis according to these theories and that they complement each other, as they explain the ongoing economic-political-institutional crisis. It is concluded that the crisis of liberal democracies can be understood, in a more comprehensive way, using critical and liberal perspectives together, being, therefore, complementary.

Key-words: crisis, liberal democracy, liberalism, neoliberalism, populism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. CAPÍTULO 01: AS PERSPECTIVAS LIBERAIS	9
1.1. A crise das democracias liberais consolidadas	10
1.1.1. Alianças com futuros inimigos, como identificar um político autoritário?	11
1.1.2. Os guardiões da democracia americana e a abdicação dos republicanos	14
1.1.3. Como subverter a democracia, quais são suas grades de proteção?	18
1.1.4. Como salvar a democracia	24
1.2. O povo contra o governo do povo	27
1.2.1. Democracia Iliberal e Liberalismo Antidemocrático	28
1.2.2. A desconsolidação democrática	31
1.2.3. As origens	34
1.2.4. Os remédios	36
1.3. As instituições democráticas	43
2. CAPÍTULO 02: AS PERSPECTIVAS CRÍTICAS	45
2.1. Comprado tempo à crédito	46
2.1.1. A revolta do capital e a crise tripla	47
2.1.2. A crise de legitimidade, a escalada neoliberal e a compra de tempo	51
2.1.3. O corte democrático promovido pela liberalização	58
2.1.4. O neoliberalismo contra a democracia, a justiça de mercado e a justiça social	59
2.2. A nova razão-mundo	67
2.2.1. O liberalismo e o neoliberalismo	68
2.2.2. O Estado e o indivíduo como empresa	70
2.2.3. A nova racionalidade e a democracia	73
2.2.4. As contra-condutas e a lógica do comum	76
2.3. O neoliberalismo contra a democracia	77
3. CONCLUSÃO: LIBERAIS E CRÍTICOS, COMO SE DIFERENCIAM?	79
REFERÊNCIAS	87

Introdução

Os estudos sobre a crise das democracias liberais florescem sobretudo após 2016, com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. Tanto Levitsky e Ziblatt, quanto Mounk usam essa virada rumo ao populismo e autoritarismo na denominada “democracia mais tradicional do mundo” como ponto de partida e de provocação para seus estudos. Nesse sentido, começa-se a reconhecer algumas características presentes em diversos países em que a democracia corre risco, como a ascensão de populistas que apresentam “soluções mágicas”, conforme o argumento de Przeworski (2020), que sintetiza esse movimento:

[...] um novo governo assume oferecendo soluções mágicas e alegando que a oposição mal-intencionada resiste a elas. Para ter liberdade total para implementar suas políticas, o Executivo precisará dismantelar as restrições institucionais advindas do sistema de separação de poderes, o Legislativo e os tribunais. Ao mesmo tempo, temeroso de perder o posto nas eleições seguintes, tomará medidas para diminuir essa probabilidade. Essas medidas podem incluir a mudança de fórmulas eleitorais, o redesenho de distritos, alterações nos direitos do eleitor, intimidação da oposição, [...] restrição da independência do Judiciário, uso de referendos para superar barreiras constitucionais, aparelhamento partidário da máquina estatal e censura da mídia. (PRZEWORSKI, 2020, p.17).

Existem diversos fatores que levam vários autores à conclusão de que há uma crise em andamento, como o Impeachment de Dilma Rousseff no Brasil, as eleições americanas que tornaram Donald Trump presidente - este que coloca em risco, claramente, as instituições democráticas dos Estados Unidos ao criticar o processo eleitoral e não respeitar as regras do jogo democrático, como Levitsky e Ziblatt (2018) argumentam. Além disso, com dados de Neves (2018), a aversão aos imigrantes islâmicos na Europa, a permanência de Viktor Orbán na Hungria, e a ultradireita comandando a Itália mostram esse quadro de ascensão de líderes populistas extremistas que minam aos poucos as instituições democráticas que, em países como os Estados Unidos, eram vistas com solidez.

Portanto, é nítido que há uma crise das democracias globais, seja por conta do enfraquecimento de suas instituições causado por líderes de direita nacionalista-populista que minam, a princípio legalmente, as instituições democráticas ou por conta dos efeitos que o sistema capitalista neoliberal tem sobre essa forma de governo, através de suas crises e do tipo de sujeito neoliberal criado por esse sistema econômico, como abordam Dardot e Laval (2016).

Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar diferentes perspectivas sobre a crise das democracias liberais empreendendo um esforço tanto analítico quanto comparativo para chegar ao problema de pesquisa assim delimitado: como diferentes perspectivas analíticas liberais, representadas por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em seu livro “Como as

Democracias morrem” e Yascha Munk em seu livro “O Povo Contra a Democracia”, e críticas, representadas por Wolfgang Streeck em seu livro “Tempo Comprado” e Pierre Dardot, Christian Laval em seu livro “A Nova Razão do Mundo”, veem o problema da crise global das democracias liberais e como diferenciam-se em seus argumentos e conclusões sobre o tema? A grande repercussão dessas obras não apenas entre acadêmicos, como também entre o público em geral, em consonância com o modo cada vez mais explícito que a crise política-econômica-institucional se apresenta em diversos países, explica sua escolha para o presente trabalho.

Destarte, a hipótese levantada é que, com base nos argumentos dos autores liberais, a ineficácia das instituições da democracia liberal são fatores centrais para entender a crise contemporânea. Já os autores críticos abordam a ascensão do neoliberalismo, após a década de 1970, para explicar as sequências de crises do capitalismo que desembocam na crise de 2008, assim como a nova razão do mundo, a razão do neoliberalismo, questões que afetam, inevitavelmente a democracia e explicam a crise político-econômica atual. Portanto, conclui-se que as duas correntes se complementam por, em conjunto, conseguem explicar a crise política-econômica-institucional que está na raiz da crise das democracias liberais.

No que tange a metodologia o método de procedimento verifica-se no escopo da análise teórica, utilizar-se-á, durante a explanação dos argumentos dos autores de ambas as vertentes, a revisão bibliográfica, buscando, pois, extrair a visão dos mesmos sobre as causas, atores e fenômenos sócio-políticos e culturais que levam à crise das democracias liberais.

O tema justifica-se como importante para área de Relações Internacionais e para as ciências humanas, pois expõe um problema corrente em âmbito mundial que é justamente o enfraquecimento das democracias. O Estado é um dos principais elementos de estudo do campo das Relações Internacionais, logo fenômenos concernentes à sua forma de organização política e econômica são de interesse primário para a área. Não obstante, é importante para o estudo das humanidades entender se o sistema de organização social político e econômico dos Estados, no caso a democracia liberal, está entrando em crise.

O trabalho está dividido em três partes, sendo duas apresentando as perspectivas liberais e críticas e a última comparando-as. O capítulo 1 aborda a perspectiva liberal sobre a crise das democracias liberais, delimitando suas causas, efeitos e possíveis soluções, entendendo esta como uma crise institucional. Essa crise tem origens históricas que remetem a muito antes do ponto culminante, visto por essa perspectiva, na eleição de Donald Trump a presidente dos Estados Unidos em 2016. É demonstrando como formas de tolerância mútua e reformas sócioeconômicas, entre outros, podem ser alguns modos de contornar a crise (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019).

O capítulo 2 aborda a perspectiva crítica, a qual vê a presente crise como resultado da ascensão do neoliberalismo, por meio tanto de suas formas de legitimação frente a população e o capital, quanto da nova razão do mundo, uma razão centrada na concorrência em todos os âmbitos da vida. Para que essas formas de legitimação, que minam o poder democrático, e a razão concorrencial possam ser contornadas, deve-se, entre outras questões, buscar manter o que resta das instituições democráticas e submeter os mercados ao poder do povo. Assim como lutar contra as condutas impostas e criar uma nova razão mundial, a razão do comum (DARDOT; LAVAL, 2016; STREECK, 2013).

Por fim, a conclusão irá sintetizar os argumentos de ambas as perspectivas e compará-los. Chega-se ao entendimento de que, tomadas em conjunto, apesar de diferenciarem-se em termos metodológicos, teóricos e em algumas conclusões, as perspectivas se complementam por trazer um entendimento mais abrangente dos diversos elementos complexos da crise política-econômica-institucional das democracias liberais.

1. As perspectivas liberais

O pensamento liberal diz respeito às ideias explanadas por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, professores de ciência política na Universidade de Harvard, em seu livro “Como as Democracias Morrem”, assim como por Yascha Mounk em “O Povo Contra a Democracia”. As duas obras compartilham uma visão voltada para a ciência política sobre a crise das democracias liberais, de modo a não adentrarem tão profundamente no campo da economia política, como farão os autores da corrente crítica. O panorama central discutido pela corrente aqui denominada liberal é o cenário presente das democracias liberais, quais são as origens de sua crise e quais são as possíveis saídas para a mesma. O apego pelas normas e regras liberais da democracia, apresentada por essa corrente, a define como liberal.

Levitsky e Ziblatt aderem a uma análise voltada tanto para entender um quadro geral do que está acontecendo no mundo com a ascensão de populistas que tendem ao autoritarismo, quanto a um quadro mais específico, voltado para os Estados Unidos, servindo como um exemplo prático das teorias explanadas pelos autores. O processo de ascensão de um líder populista ao poder é bastante similar em diversos locais, assim como sua subsequente escalada autoritária. Começa-se, muitas vezes, com um outsider político (alguém que não é diretamente ligado à política por tempo considerável e em partidos ou instâncias tradicionais) que faz a promessa de “trazer o poder de volta para as mãos do povo”. Perpetuando esse discurso, critica os políticos tradicionais e as instituições democráticas como causadores de todo o mal que o povo enfrenta (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Antes mesmo de chegar ao poder, o populista acabou, de alguma forma, passando por cima da autoridade dos guardiões da democracia, como os líderes de partidos políticos americanos. Após ser eleito, começará seu ataque contra as regras não escritas da política democrática, como o respeito mútuo, tratar o oponente como um adversário e não um inimigo, e a reserva institucional, não usar a lei ao extremo para seus próprios desejos, assim como começa a atacar as instituições que freiam seu poder para que sua vontade enquanto governante seja absoluta (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Yascha Mounk trilha caminho semelhante, diferenciando-se ao apresentar dois modos distintos de governo que surgem após a crise das democracias liberais. Os quais são a democracia iliberal, em que há participação popular, mas um sucateamento das instituições democráticas que garantem os direitos dos cidadãos; e o liberalismo antidemocrático, ou direitos sem democracia, em que as instituições que garantem o direito privado são mantidas, mas o poder de decisão da população cai consideravelmente. Mounk também explicita

claramente quais são as três principais causas da crise, o avanço das mídias sociais, a estagnação econômica e as questões relativas à identidade, assim como apresenta os remédios para esses problemas. Diferente de Ziblatt e Levitsky, não foca tanto seu escopo de análise nos Estados Unidos, apesar de abordá-lo bastante, mas dá uma prova do que está acontecendo globalmente (MOUNK, 2019).

1.1. A crise das democracias liberais consolidadas

Comboios militares invadindo o centro do governo, a morte ou exílio do presidente, invasão ao congresso, não é mais assim que as democracias morrem. Atualmente, o processo que leva à morte de uma democracia é muito mais sutil e progressivo, acontecendo de dentro para fora, ou seja, dentro do governo as instituições e os direitos que garantem as bases fundamentais para o funcionamento de uma democracia são solapados pouco a pouco, buscando-se manter ao máximo um verniz democrático até que o processo de desdemocratização seja concluído (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Como o sucateamento democrático ocorre de dentro para fora, torna-se mais difícil para a população conseguir perceber esse regresso. A democracia americana falhou em alguns testes em 2016 com a eleição de Donald Trump, quando os líderes do partido republicano não barraram sua ascensão como candidato à presidência. Isso ocorreu devido a forma como os candidatos têm a possibilidade de concorrer por conta das primárias vinculantes – que serão abordadas adiante – logo abdicaram de seu papel como guardiões da democracia. Segundo Levitsky e Ziblatt, a população americana também falhou, elegendo, pela primeira vez, um homem sem nenhuma experiência política ao cargo mais alto do país, um homem que não respeita as regras democráticas, além das duas normas não escritas mais elementares dos Estados Unidos, que mantiveram a democracia americana funcionando por tantos anos (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.7-23).

Tais normas são o respeito mútuo, que permite uma competição justa entre partes discordantes que, no âmbito dessa norma, se veem como adversários e não inimigos a serem dizimados, sendo reconhecidos como candidatos legítimos por ambas as partes; e a reserva institucional que provoca o entendimento mútuo de que os políticos devem utilizar suas prerrogativas institucionais de forma comedida, não levando a letra da lei ao seu extremo. Mas essas normas há muito tempo começaram a ser desrespeitadas por conta do sectarismo extremado. O sectarismo já destruiu muitas democracias. Os americanos não apenas elegeram um demagogo, mas o fizeram em um momento que essas normas essenciais estavam perdendo força (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.7-23).

1.1.1. Alianças com futuros inimigos, como identificar um político autoritário?

Políticos tradicionais se aliam a outsiders por conta de sua popularidade para obter votos e mais controle sobre o governo, isso é algo antigo que remonta aos tempos do fascismo de Hitler e Mussolini. O problema que geralmente acompanha esse tipo de decisão é subestimar esses outsiders, suas futuras ações e sua influência, não sabendo que, ao aliar-se a eles, podem estar colocando em perigo a democracia como um todo (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.24-26). Assim:

Versões semelhantes dessa história se repetiram em todo o mundo ao longo do último século. Um elenco de outsiders políticos, incluindo Adolf Hitler, Alberto Fujimori no Peru e Hugo Chávez na Venezuela, chegou ao poder da mesma maneira: a partir de dentro, via eleições ou alianças com figuras políticas poderosas. Em cada caso, as elites acreditaram que o convite para exercer o poder conteria o outsider, levando a uma restauração do controle pelos políticos estabelecidos. Contudo, seus planos saíram pela culatra. Uma mistura letal de ambição, medo e cálculos equivocados conspirou para levá-las ao mesmo erro: entregar condescendentemente as chaves do poder a um autocrata em construção. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.26).

Os políticos do establishment quando se veem em crise, e percebem que o seu controle está se desconsolidando, tendem a voltar-se a políticos carismáticos (ou outsiders). Ao fazer esse “uso programado” dos outsiders os políticos tradicionais esperam depois sobrepuja-los aos seus interesses, controlá-los e os colocar em rédea-curta, mas isso nem sempre funciona (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.28). “Este tipo de barganha [...] frequentemente sofre mutação em benefício do insurgente, na medida em que alianças propiciam aos outsiders respeitabilidade suficiente para se tornarem competidores legítimos pelo poder”. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.28). Mesmo se diferenciando grandemente, Hugo Chávez, Mussolini e Hitler andaram por caminhos muito parecidos para ascender ao poder, haja vista que não só eram outsiders políticos e possuíam eloquência para conquistar as massas, mas também sua ascensão decorreu de manobras políticas de membros do establishment que agiram de forma negligente frente aos sinais e lhes deram o poder, como no caso de Hitler ou Mussolini, ou se não as portas foram-lhe abertas, como no caso de Hugo Chávez. Portanto, afirma-se que quando os líderes estabelecidos abrem mão da responsabilidade política, o primeiro passo em direção ao autoritarismo é dado (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.31-32).

Rafael Caldera, ex-presidente venezuelano, que abriu as portas para Hugo Chávez se tornar um candidato à presidência elegível, afirma o seguinte, explicando suas falhas e sumarizando o principal erro de cálculo dessas alianças fatídicas, “[n]inguém pensava que o sr. Chávez tivesse a mais remota chance de se tornar presidente”. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018,

p.31-32). Outro exemplo é de um conservador que ajudara Hitler, o qual, um dia após o futuro ditador se tornar chanceler, disse: “Acabei de cometer a maior estupidez da minha vida; alieime ao maior demagogo da história mundial” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.32).

Em todas as democracias do mundo demagogos existem e alguns acabam fazendo a sensibilidade pública ser atraída de tempos em tempos. No entanto, quando os líderes políticos percebem os sinais do possível autoritarismo e demagogia que esses candidatos a déspota representam, eles tomam atitudes para os escantear e deixá-los longe do centro do poder político de sua democracia. Os políticos de algumas democracias quando se deparam com demagogos ou extremistas se juntam para os derrotar ou isolar (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.33). “Embora as respostas populares aos apelos extremistas sejam importantes, mais importante é saber se as elites políticas, e sobretudo os partidos, servem como filtros. Resumindo, *os partidos políticos são os guardiões da democracia*”. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.33, grifo meu).

Logo, já que se entende que os autoritários precisam ser isolados, busca-se, pois, inferir como identificá-los. Mesmo que entre os autoritários alguns possam ser destacados facilmente, não existe nenhum sistema simples que leve à essa conclusão, de modo que os políticos podem não apresentar o seu autoritarismo total antes de ascenderem ao poder. Torna-se ainda mais difícil diferenciá-los quando sabe-se que no início de sua carreira política alguns desses autoritários adotam as normas democráticas e depois deixam de guardá-las. Caso emblemático é o do primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, em conjunto com o seu partido “Fidesz” que iniciam sua caminhada política na década de 1980 como democratas liberais, sendo que Orbán governa democraticamente em seu primeiro mandato, entre 1998 e 2002. Seu descarrilhamento rumo ao autoritarismo, quando volta ao poder em 2010, foi uma surpresa (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.33-34).

Portanto, o caminho para encontrar o autoritarismo em políticos sem histórico de comportamentos e declarações autoritárias, nesse sentido, passa pela conceituação de Levitsky e Ziblatt, inspirada no cientista político Juan Linz. Ele foi criado na Espanha durante a guerra civil e sabe bem quais as consequências da perda da democracia, torna-se professor e tem agenda de pesquisa voltada a entender por que as democracias morrem. Em suas ideias, foca no papel dos políticos ao argumentar que, dependendo do seu comportamento, a democracia pode ser reforçada ou posta em risco. Além disso, propõe uma espécie de teste para poder diferenciar políticos com comportamentos antidemocráticos (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.34). Com base em Linz, Levitsky e Ziblatt desenvolvem:

“[...] um conjunto de quatro sinais de alerta que podem nos ajudar a reconhecer um autoritário. Nós devemos nos preocupar quando políticos: 1) rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) toleram e encorajam a violência; e 4) dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.34-35).

Sendo assim, caso um político seja identificado no mínimo em um desses critérios supracitados, isso já requer que seja observado com cautela. Os candidatos que mais comumente testam positivo no teste autoritário são os outsiders populistas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.35). Logo, dada sua importância central, Levitsky e Ziblatt definem o termo populista como:

[...] políticos antiestablishment – figuras que, afirmando representar a “voz do povo”, entram em guerra contra o que descrevem como uma elite corrupta e conspiradora. Populistas tendem a negar a legitimidade dos partidos estabelecidos, atacando-os como antidemocráticos e mesmo antipatrióticos. Eles dizem aos eleitores que o sistema não é uma democracia de verdade, mas algo que foi sequestrado, corrompido ou fraudulentamente manipulado pela elite. E prometem sepultar essa elite e devolver o poder “ao povo”. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.35).

Não deve-se ignorar o discurso populista, haja vista que quando eles saem vitoriosos das eleições geralmente atacam as instituições democráticas. Exemplo claro disso é a América Latina, em que os presidentes eleitos entre 1990 e 2012 na Venezuela, Bolívia, Peru e Equador foram outsiders políticos populistas, como Hugo Chávez, Rafael Correa, Evo Morales e Alberto Fujimori, os quais enfraqueceram as instituições da democracia em seus respectivos países (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.35).

Tendo em vista que democracias não devem banir partidos políticos, ou mesmo não permitir que determinados candidatos concorram, cabe aos guardiões da democracia, os partidos políticos e os líderes partidários, barrar os candidatos a desposta. Para que os portões da democracia sejam bem guardados é necessário que os partidos políticos já estabelecidos excluam e providenciem a derrota de forças extremistas. As formas como os partidos favoráveis a democracia podem se distanciar são variadas, podem deixar de fora de chapas eleitorais candidatos com tendências autoritárias durante o ano de eleições, o que exigira dos partidários resistir ao ímpeto de nomear tais candidatos a escalões superiores, mesmo que tenham a possibilidade de trazerem mais votos para o partido (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.37-38).

Além disso, podem limpar suas bases de extremistas, evitar ao máximo a aproximação e alianças com partidos e candidatos que não sejam democráticos; podem atuar visando isolar extremistas e não legitimá-los, ou seja, evitar atos que legitimem ou normalizem políticos autoritários (tal como conservadores alemães que tiveram Hitler em seus comícios).

Finalmente, os partidos devem criar uma frente única contra extremistas que surjam como fortes candidatos à eleição, para assim os derrotar antes que assumam os cargos para os quais concorrem e causem um grande estrago na democracia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.37-38). Portanto:

[...] em tempos extraordinários, a liderança partidária corajosa significa pôr a democracia e o país à frente e explicar claramente aos eleitores o que está em jogo. Quando um partido ou um político dá resultado positivo [...] como uma ameaça eleitoral séria, não há muitas alternativas. Frentes democráticas unidas podem impedir que extremistas conquistem o poder, o que pode significar salvar a democracia. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.38-39).

Os Estados Unidos, por exemplo, possuem um ótimo histórico de boa guarda dos portões da democracia. Democratas e republicanos já enfrentaram extremistas dentro de seus partidos, sendo que alguns possuíam apoio público digno de nota, mas os partidos conseguiram escanteiar esses candidatos do centro dominante por décadas, exceto com a eleição de Donald Trump em 2016 (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.44-45).

1.1.2. Os guardiões da democracia americana e a abdicação dos republicanos

Há muito tempo a política norte-americana enfrenta políticos autoritários, entretanto, as grades de proteção da democracia estadunidense sempre barraram suas candidaturas. Mesmo que “salas esfumaçadas”¹ fossem bem pouco democráticas, ou seja, que o encontro entre alguns líderes dos partidos decidisse quem concorreria à presidência, isso salvaguardou a democracia americana por séculos de deixar que candidatos perigosos fossem agraciados com a possibilidade de permitir ao povo decidir se seriam eleitos ou não. Os líderes de partidos evitavam enviar esses candidatos para as primeiras fileiras, não por possuírem um espírito elevado, mas sim por buscarem quem era de fato capaz de vencer as eleições, a evitação dos extremistas dava-se, sobretudo, para evitar riscos (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.49-52).

Na década de 1970, os partidos americanos iniciaram uma reforma de seu sistema de indicação a candidatos. Em 1968, o sistema de indicação a presidente, feito por insiders políticos, sofrera um golpe fatal por diversos acontecimentos em sequência. O assassinato de Jonh F. Kennedy, a Guerra do Vietnã e as consequentes manifestações contrárias à guerra fizeram com que a confiança no antigo sistema se desintegrasse (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.61-63). Em 1968:

¹ Salas esfumaçadas se referem a um local em que os líderes partidários escolhiam quem seria o candidato do partido à presidência (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

[...] o Partido Democrata criou a Comissão McGovern-Fraser, encarregando-a de repensar o sistema de indicação. O relatório final da comissão, publicado em 1971, citava o velho adágio: “A cura para os males da democracia é mais democracia”. Com a legitimidade do sistema político em jogo, os líderes partidários sofreram imensa pressão para abrir o processo de indicação presidencial. [...] Se não obtiver poder real de decidir, advertia sombriamente o relatório McGovern-Fraser, o povo se voltará para “a antipolítica das ruas”. A Comissão McGovern-Fraser emitiu um conjunto de recomendações que os dois partidos adotaram antes da eleição de 1972. O que emergiu foi um sistema de primárias presidenciais vinculantes. A partir de 1972, a vasta maioria dos delegados das convenções democrata e republicana seria eleita em primárias e assembleias no âmbito estadual. Os delegados seriam pré-selecionados pelos próprios candidatos para garantir sua lealdade. Isso significava que, pela primeira vez, as pessoas que escolhiam os candidatos presidenciais dos partidos não estariam nem submetidas a líderes partidários nem livres para fazer acordos de bastidores na convenção; em vez disso, elas refletiriam fielmente a vontade dos eleitores nas primárias dos seus estados. [...] ao adotarem primárias vinculantes, ambos os partidos afrouxaram de maneira substancial o controle de seus líderes sobre o processo de seleção dos candidatos – abrindo-o, alternativamente, para os eleitores. [...] O caminho para a indicação não tinha mais que passar pelo establishment do partido. Pela primeira vez, os guardiões dos portões da democracia podiam ser contornados e derrotados. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 63-64).

Com as indicações à presidente nas mãos do eleitor comum, e com as primárias vinculantes, o poder dos partidos como guardiões da democracia se esvai, assim como o caminho para outsiders políticos é aberto. No início, surgiram outsiders, como Jesse Jackson e Steve Forbes, entretanto nenhum deles ganhou a indicação dos partidos, mostrando que passar por cima do establishment era fácil só na teoria. Para capturar a maioria dos delegados era necessário que as primárias houvessem sido vencidas no país todo e, para isso, era preciso de dinheiro, cobertura midiática favorável ao candidato, além de pessoas trabalhando em cada estado. Para conseguir vencer as primárias, o candidato precisaria adquirir aliados como doadores, políticos estaduais (governadores, senadores, congressistas e prefeitos) etc. Arthur Hadley descreve esse processo como a primária invisível, ao passo que, para ele, essa etapa anterior às primárias decidia quem de fato seria selecionado (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 65-66). “Membros do establishment do partido – mandatários eleitos, ativistas, grupos de interesse aliados – não eram, assim, necessariamente impedidos de entrar no jogo. Sem eles, argumentava Hadley, era quase impossível conquistar a indicação em ambos os partidos”. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 66).

Levitsky e Ziblatt argumentam que durante um quarto de século essa perspectiva esteve certa. O novo sistema de primárias abre o processo de indicação presidencial de forma muito mais ampla do que já visto na história dos EUA – de modo que essas aberturas sempre apresentam dois lados da moeda, uma quantidade maior de políticos poderia concorrer à presidência, no entanto abre-se espaço para a entrada de outsiders. A principal vulnerabilidade do novo sistema de primárias eram indivíduos com fama ou dinheiro, de modo a possuírem o

bastante de tais atributos para conseguirem superar a primária invisível, mas os “outsiders celebridade” sempre acabavam fracassando. Donald Trump não deveria esperar o apoio do establishment político, pois ele não possuía experiência na área e nem fora sempre um republicano, haja vista que outrora contribuiu para a eleição de Hillary Clinton ao Senado americano. Porém, Trump crescia muito nas pesquisas, mas ainda assim não era levado a sério (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 70).

Mesmo com a previsão de baixa probabilidade da indicação de Trump, existia um fato importantíssimo, as coisas tinham mudado e os guardiões do partido republicano não passavam de uma sombra do que outrora foram – sendo os dois principais motivos para isso o aumento do financiamento vindo de fora, como doações via internet ou por meio de bilionários, e a crescente mídia alternativa como jornais de TV a cabo, além de redes sociais. No passado, era mais difícil que um candidato fosse reconhecido a nível nacional, haja vista que haviam alguns poucos, ou quase nenhum, canais que favoreciam políticos extremistas. No entanto, com os novos meios de comunicação há uma facilidade absurdamente maior de que celebridades e extremistas consigam alcançar o eleitor comum, assim como o apoio público (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 66-70). “O processo de indicação estava agora inteiramente aberto. Embora não se possa dizer que as regras do jogo assegurassem a ascensão de figuras ao estilo Trump, elas já não eram mais capazes de impedi-la”. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 70).

Mesmo que diversos outros fatores tenham contribuído para a vitória de Trump, ele é um exemplo claro da insuficiente guarda dos portões da democracia. Os republicanos falharam em três momentos com Trump: nas assim denominadas primárias invisíveis, nas primárias de fato e nas eleições. Nas primárias invisíveis, Trump ficou em último, com as primárias de fato ele não possuía apoio dos líderes do partido, logo parecia que sua candidatura era um fracasso e a sua dianteira nas pesquisas eleitorais acabaria. Porém, Trump consegue o que nenhum outsider havia conseguido, ele vence as primárias em New Hampshire e na Carolina do Sul, mas continuou afastado pelos tradicionais do Partido Republicano. Os primeiros endossos a Trump vem com a vitória na Carolina do Sul. Com o encaminhamento de sua vitória nas primárias, ficou claro que a primária invisível havia sido arruinada por Trump, logo ela se torna irrelevante. Alguns fatores que ajudaram Trump, além da má concebida guarda dos portões da democracia, foram seu status de celebridade, o apoio de midiáticos de direita e a cobertura da mídia tradicional causada por controvérsias criadas por ele (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 71-72). Assim:

Segundo [...] estudo, Trump desfrutou de 2 bilhões de dólares de cobertura gratuita da mídia durante as primárias. Como líder absoluto na cobertura gratuita dos veículos tradicionais e filho preferido de grande parte da mídia alternativa de direita, Trump não precisou dos caciques republicanos tradicionais. Os guardiões da primária invisível não eram apenas invisíveis: em 2016, eles tinham abandonado por completo os portões. Depois das vitórias de Trump na Super Terça, o pânico se instalou no establishment republicano. Insiders proeminentes e líderes de opinião conservadores começaram a apresentar argumentos contra Trump. [...] Na verdade o sistema de primárias deixou os líderes republicanos praticamente desarmados para deter a ascensão de Trump. A torrente de ataques teve pouco impacto e talvez tenha exercido efeito contrário no local onde realmente importava: a cabine de votação. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 72-73).

Retirar a indicação de Trump era uma ilusão, com o novo sistema de primárias a votação da grande legitimidade ao candidato (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.74). Conforme Levitsky e Ziblatt argumentam (2018, p.74), “[o]s líderes republicanos foram obrigados a encarar a realidade: eles não tinham mais controle sobre a indicação presidencial do seu partido”.

O campo de batalha agora seriam as eleições gerais. Donald Trump não era um candidato como os outros e isso ficou claro, pois além de sua inexperiência, possuía visões extremistas sobre muçulmanos e imigrantes, além de disposição a violar normas de civilidade e exaltar não apenas Putin, como também outros ditadores. Tudo isso trouxe constrangimento para a mídia e para parte importante do establishment (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 74). Existiam incertezas sobre o modo como um político que não possui histórico iria se portar no cargo, porém políticos antidemocráticos são identificáveis antes de ascenderem ao poder, e Trump, antes de se tornar presidente, testa positivo para os quatro itens expostos por Levitsky e Ziblatt que identificam um autocrata (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.75). Nesse âmbito:

O primeiro sinal é um compromisso débil com as regras do jogo democrático. Trump caiu nesse parâmetro quando questionou a legitimidade do processo eleitoral e deixou no ar a sugestão sem precedentes de que poderia não aceitar os resultados da eleição de 2016. [...] A segunda categoria [...] é a negação da legitimidade dos oponentes. Político autoritários descrevem seus rivais como criminosos, subversivos, impatrióticos ou como uma ameaça à segurança nacional ou ao modo de vida existente. Trump também está em consonância com este critério. [...] Durante a campanha de 2016, Trump negou a legitimidade de Hillary Clinton como rival, estigmatizando-a como “criminoso” e declarando repetidas vezes que ela “tinha que ir para a cadeia”. [...] O terceiro critério é a tolerância ou encorajamento à violência. [...] Durante a campanha, ele não apenas tolerava manifestações de violência entre seus apoiadores, mas por vezes parecia regalar-se com elas. [...] ele respondeu a manifestantes que protestavam em seus comícios incitando a violência de seus apoiadores. [...] O último aviso é uma tendência a restringir liberdades civis de rivais e críticos. Donald Trump [...] disse que planejava fazer arranjos para que um promotor especial investigasse Hillary Clinton após a eleição e declarou que ela devia ser presa. Trump também ameaçou reiteradamente punir a mídia hostil. [...] Nenhum outro candidato presidencial decisivo na história moderna dos Estados Unidos [...] demonstrou um compromisso público tão frágil com direitos constitucionais e normas democráticas. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.75-79).

As primárias não salvaguardaram a democracia da ascensão de Trump em um partido importante. Segundo os autores, quando as salvaguardas da democracia são rompidas, os partidos políticos estabelecidos devem buscar manter os candidatos perigosos longe do centro do poder. Se Trump ameaçava princípios básicos da democracia, os republicanos precisavam intervir e pará-lo, pois, se isso não fosse feito, a democracia estaria em risco, de modo que é preferível perder uma eleição do que a democracia. Logo, o que deveria ter sido feito era um movimento político muito custoso, os republicanos deveriam ter apoiado Hillary Clinton. Só existiam dois candidatos com a possibilidade de ganhar, sendo um deles um demagogo, assim a coragem política dos republicanos é colocada em prova, eles iriam aceitar se sacrificar politicamente, nesse momento, para o bem da democracia? (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.80-84).

O que se sucedeu foi uma abdicação, de fato alguns republicanos apoiaram Clinton, mas somente aqueles que não tinham muito a perder, como aposentados ou em via de se aposentar. Mas, políticos do partido republicano com maior alcance endossaram Trump. Por fim, os líderes do Partido Republicano, em sua maioria, acabaram sustentando a linha partidária. No entanto, se tivessem cortado vínculos com Trump, proclamado aos americanos a ameaça às instituições representada por ele e apoiado Clinton, talvez Trump não teria vencido. Caso os dois partidos se unissem, republicanos e democratas, grande parte dos eleitores teriam mudado seu voto frente a imagem dessa união contra Trump (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.80-84).

Porém, o que de fato ocorreu foi que, mesmo hesitando, a maioria dos republicanos aliou-se a Trump, criando a imagem de um partido unificado e normalizando a eleição, transformando-a de um momento de crise em uma disputa padrão entre dois partidos, com cada um apoiando seu candidato (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.84). “[...] a eleição foi normalizada. A corrida se estreitou. Trump venceu.” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 85).

1.1.3. Como subverter a democracia, quais são suas grades de proteção?

Tratando da subversão da democracia, vê-se quais são os caminhos tomados por autocratas ao redor do mundo até sua ascensão ao poder. Levitsky e Ziblatt citam diversos exemplos e demonstram como esses processos funcionam, não sendo uma simples usurpação repentina do poder, mas um processo muitas vezes lento, estratégico e, até mesmo, totalmente legal (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Mesmo que alguns aspirantes a déspota já entrem no cargo com um plano autoritário, muitos não seguem esse caminho. A ruptura da democracia não necessariamente precisa de um plano estipulado, mas pode ser resultado de acontecimentos não antecipados, como “[...] uma escalada de retaliações entre um líder

demagógico que não obedece às regras e um establishment político ameaçado.” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 89). O processo de desmantelamento democrático pode iniciar-se com palavras, quando líderes autoritários fazem investidas contra seus críticos utilizando termos duros e provocativos, chamando-os de inimigos e terroristas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.89). “[...] O primeiro-ministro italiano [...] Berlusconi atacou juízes que decidiam contra ele chamando-os de “comunistas”. [...] O presidente equatoriano [...] Correa caracterizou a mídia como “inimiga política ameaçadora” [...]. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.89-90).

Tais ataques podem acarretar em diversas consequências, se o povo acredita que os oponentes são terroristas e a mídia é mentirosa, fica mais fácil de executar ações contra ambos. Muitos demagogos acabam fazendo aquilo que falam, por mais absurdo que seja. Por conta disso, quando estão em ascensão, criam uma polarização na sociedade gerando pânico, hostilidade e desconfiança. As ameaças dos demagogos acabam exercendo estímulos a ações na mídia e entre políticos: a primeira, ao sentir a ameaça, pode deixar de lado padrões profissionais e de comedimento no desespero pelo enfraquecimento do déspota, enquanto os últimos podem ter o entendimento de que o melhor a se fazer é afastar o governante através de impeachment ou até golpe. Porém, do lado autoritário, esses ataques são vistos como ameaças de fato, fazendo-o ser mais hostil ainda. Há outra razão para o líder dar esse passo rumo ao autoritarismo, a democracia é complicada, não se pode chegar dando ordens, existe uma série de processos a serem transcorridos e negociações a serem feitas para que uma decisão política possa ser tomada. Entretanto, o aspirante a déspota geralmente se sente frustrado por essas amarras institucionais e busca se libertar (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.90-91).

Os autoritários eleitos destroem as instituições que teriam o dever de o limitar de dois modos, de uma vez só, por meio de um golpe militar direto, ou, como acontece mais frequentemente, por meio de um processo lento e difícil de ser notado, inicialmente, pelos cidadãos. Haja vista que ainda existem políticos de oposição no congresso e jornais livres. No entanto, a democracia está desmoronando aos poucos, de modo que cada pequeno passo, fora do conjunto, parece insignificante como ameaça a democracia. As medidas tomadas por governos autoritários contra a democracia geralmente são envoltas em legalidade, podem até ser aprovadas por parlamentos, justificadas como sendo voltadas a cumprir alguma questão pública que é legítima, tal como aumentar a segurança do país, aperfeiçoar a democracia e combater a corrupção (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.91-92).

Para exemplificar como governantes autoritários destroem as instituições aos poucos, Levitsky e Ziblatt utilizam o exemplo do jogo de futebol, nesse caso para que haja a consolidação do poder o autocrata em construção precisa “[...] capturar o árbitro, tirar da partida

pelo menos algumas das estrelas do time adversário e reescrever as regras do jogo em seu benefício, invertendo o mando de campo e virando a situação de jogo contra seus oponentes”. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.92).

Ter os árbitros como aliados é vantajoso, alguns são: o sistema judiciário, as agências de regulação e de tributação, os órgãos que impõem a lei e a organização da inteligência. Tais instituições são árbitros, em tese, neutros. Mas, os autoritários veem as instituições ligadas à polícia e ao judiciário tanto com um grau de desafio quanto de oportunidade, haja vista que se sua independência se mantiver, podem punir os abusos do governante autoritário. No entanto, se forem entupidas com sectários elas podem passar a servir aos anseios do déspota em construção, pois ele não será investigado ou processado, movimentos que poderiam fazê-lo ser destituído de seu cargo. Assim, o presidente consegue não cumprir a lei, ameaçar direitos e não respeitar a constituição, tudo isso sem se preocupar com as consequências legais. As vantagens que a captura de um árbitro trazem são mais do que essas questões de impunidade, pode servir como arma ao possibilitar que a lei seja seletivamente imposta, punindo seus oponentes e beneficiando os aliados (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.92-93).

O próximo passo, após a captura dos árbitros, é voltar-se aos opositores, sendo importante enfatizar que os déspotas atuais não destroem todos, mas há um esforço para que os atores realmente perigosos sejam escanteados, por meio da marginalização, de pagamentos para abandonarem o jogo ou por meio de obstrução. Estes opositores podem ser políticos, empresários que providenciam o financiamento da oposição, a mídia etc. A compra é o modo mais simples de lidar com os oponentes, por meio de posições, favores e prerrogativas a pessoas públicas, políticos, pessoas pertencentes à mídia ou ao mundo empresarial. Além do próprio suborno, se não em troca de apoio, pelo menos da neutralidade de atores importantes (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.96-98, 101).

Aqueles que não se consegue comprar devem ser enfraquecidos. Atualmente, a repressão se sustenta sob uma ideia de legalidade (apenas de fachada), demonstrando a importância dos árbitros estarem sob o controle do governante autoritário. Outros atores que os governantes autoritários buscam silenciar são figuras culturais, como intelectuais, artistas e estrelas pop, que, de fato, possam ser uma ameaça por conta de sua popularidade ou postura. Nesse caso, os governos buscam ou cooptar essas figuras ou entrar em uma “acomodação recíproca” com as mesmas, de modo que possam continuar seu trabalho desde que se mantenham afastadas da política (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.96-98, 101). Sendo que:

O silenciamento dissimulado de vozes influentes – por cooptação ou, se necessário, intimidação – pode ter consequências efetivas para a oposição ao regime. Quando empresários são presos, [...] outros empreendedores concluem que é mais sensato se retirar de uma vez por todas da política. E quando políticos de oposição são presos ou exilados, [...] outros políticos decidem desistir e se retirar. Muitos dissidentes decidem ficar em casa em vez de participar politicamente, e os que permanecem ativos ficam cada vez mais desalentados. É isso que o governo quer. Uma vez que os principais opositores, mídia e empresários são afastados ou marginalizados, a oposição se esvazia. O governo “ganha” sem necessariamente quebrar as regras. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.102).

Para se solidificar no poder os autocratas também precisam mudar as regras do jogo democrático. Eles geralmente o fazem modificando a constituição, as eleições e o sistema que as envolve, assim como outras insituições de modo a enfraquecer a oposição ao seu governo e a virar a situação do jogo contra seus rivais. Como nos passos anteriores, tais reformas ocorrem com a desculpa do benefício geral. Com essas mudanças no quadro legal e constitucional, a posição do autocrata é fortalecida e suas vantagens podem se manter por muitos anos. Quando um governante autoritário adota todas essas medidas em relação aos árbitros, oponentes e às regras, ele pode perpetuar vantagens sobre seus opositores permanentemente (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.103,108).

Muitas vezes o pretexto de defesa da democracia é usado para subvertê-la, haja vista que aspirantes a déspota utilizam situações como desastres naturais, crises econômicas e ameaças à segurança nacional para que medidas que vão contra a democracia sejam justificadas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 108). Nesse sentido, entende-se que:

Crises são difíceis de prever, mas suas consequências políticas não são. Elas facilitam a concentração e, com muita frequência, o abuso de poder. Guerras e ataques terroristas produzem um efeito de “reagrupamento em torno da bandeira”, no qual o apoio público ao governo aumenta – muitas vezes de maneira dramática; [...] Os cidadãos também se mostram mais propensos a tolerar – e mesmo a apoiar – medidas autoritárias durante crises de segurança, sobretudo quando temem pelo seu bem-estar. A maioria das constituições permite a expansão do poder Executivo durante crises. Assim, mesmo presidentes democraticamente eleitos podem com facilidade concentrar poder e ameaçar liberdades durante guerras. Nas mãos de um autoritário em potencial, esse poder concentrado é muito mais perigoso. Para um demagogo que se sente sitiado por críticos e de mãos atadas pelas instituições democráticas, as crises abrem janelas de oportunidade para silenciar e enfraquecer rivais. Com efeito, autocratas eleitos costumam precisar de crises – ameaças externas lhes oferecem uma chance de se libertar de maneira rápida e muitas vezes “legal”. A combinação de um aspirante a autoritário com uma crise de maiores proporções pode, portanto, ser mortal para a democracia. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.109-110).

Destarte, autoritários, que se veem presos pelas restrições impostas pela constituição, conseguem por meio de crises iniciar o dismantelamento do sistema democrático de freios e contrapesos. Os autores argumentam que as salvaguardas constitucionais americanas não são

suficientes para proteger a democracia. As constituições, mesmo aquelas bem projetadas, não conseguem fazê-lo sozinhas, pois, são incompletas e estão abertas a interpretações conflitantes, o que pode desembocar na sua utilização de forma não antevista por seus escritores. Não obstante, a própria constituição, se levada ao pé da letra em algumas sentenças, e assim for utilizada, pode enfraquecer o espírito da lei. Por conta das lacunas e ambiguidades presentes em constituições, não é possível deixar a cargo apenas delas o dever de salvaguardar a democracia. Exemplo claro disso é a Constituição dos Estados Unidos, sendo uma das mais antigas do mundo mesmo assim ela pode causar diversas interpretações de suas quatro páginas. Dentro desta constituição, faz-se silêncio em relação aos limites do poder do executivo em medidas unilaterais, como decretos, e em épocas de crise (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.112-113, 115-116).

Logo, abordar-se-á as grades de proteção da democracia. Se a constituição americana não manteve a democracia dos EUA por séculos, o que realmente a manteve foi uma série de fatores, a riqueza nacional, uma classe média ampla e uma “sociedade civil vibrante”. Mas o que pesa mais é o desenvolvimento de normas fortes, haja vista que toda democracia que funciona bem possui regras informais, ou seja, não escritas, que são respeitadas e conhecidas. Para os EUA, essas normas foram de vital importância (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.116). “Democracias têm regras escritas (constituições) e árbitros (os tribunais). Porém, regras escritas e árbitros funcionam melhor, e sobrevivem mais tempo, em países em que as constituições escritas são fortalecidas por suas próprias regras não escritas do jogo.” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.117).

O valor dessas normas é seu papel como grades flexíveis que protegem a democracia, o que impede que a competição política se torne uma luta desregulada (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.117). As normas são “[...] códigos de conduta compartilhados que se tornam senso comum dentro de uma comunidade política ou sociedade particular – aceitos, respeitados e impostos por seus membros”. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.118). Em democracias com normas bem consolidadas violá-las leva da desaprovação ao isolamento. Nos Estados Unidos, existem normas não escritas em diversas partes de sua política, mas duas acabam se destacando, pois são definidas como fundamentais para que a democracia funcione, a tolerância mútua e a reserva institucional (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.118).

A tolerância mútua é o ato político de aceitar o direito de existência dos adversários, o direito de competir e governar enquanto seguirem as regras institucionais. Mesmo não concordando com os adversários, eles são vistos como legítimos, não sendo tratados como traidores ou desqualificados. A tolerância mútua seria a possibilidade de concordar em

discordar. Essa norma só se estabelece após décadas, quando os partidos políticos deixam de ver suas contrapartes como inimigos, mas sim adversários, que alternam-se entre si no poder sem precisar destruir o outro, isso foi essencial na fundação da democracia nos Estados Unidos. Quando essa norma não é bem fundamentada, a democracia torna-se difícil de se sustentar, pois se os políticos rivais são vistos como perigosos, existe o medo de sua eleição, logo, frente a uma ameaça, pode-se buscar utilizar de todos os meios possíveis para a derrota dos agora inimigos, portanto justificam-se atos antidemocráticos (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.118-119, 121).

Dependendo do rótulo que o adversário recebe, como criminoso, ele pode ser preso, isso acontece também em uma esfera mais macro, em que o governo é visto como ameaça e pode ser alvo de tentativas de golpe (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.118-119, 121). “Em quase todos os casos de colapso democrático que nós estudamos, autoritários potenciais – de Franco, Hitler e Mussolini [...] a Putin, Chávez e Erdorğan [...] – justificaram a sua consolidação de poder rotulando os oponentes como uma ameaça à sua existência”. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.122).

A outra norma importantíssima para a política norte-americana, assim como para que a democracia possa sobreviver, é a reserva institucional. Violações dessa norma são ações que “[...] embora respeitem a letra da lei, violam claramente o seu espírito.” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.122). Nesse sentido, é o ato de não utilizar as prerrogativas institucionais até o limite, mas sim com comedimento, de modo que o descumprimento dessa norma pode colocar a democracia em perigo. Um exemplo claro é o estabelecimento de dois mandatos presidenciais através do precedente de George Washington, que permaneceu apenas dois mandatos no cargo, seus sucessores seguiram esse padrão, mesmo que não houvesse nada escrito sobre isso. Apenas com Roosevelt, durante a Segunda Guerra, que essa norma foi transgredida, o que levou à criação da Vigésima Segunda Emenda da constituição americana, estabelecendo apenas dois mandatos consecutivos para presidentes (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.122, 124, 125).

A reserva institucional é importante em democracias presidencialistas, haja vista que, caso o presidente não seja comedido, ele pode aparelhar a suprema corte e governar por decretos, passando por cima do congresso. Do lado do congresso, sem reservas institucionais, ele pode bloquear as ações do presidente, o que ameaça trazer o caos para o país, quando não busca afastá-lo por razões pífias (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.122, 124, 125). “O oposto de reserva é explorar prerrogativas institucionais de maneira incontida, o que o estudioso de direito Mark Tushnet chama de “jogo duro constitucional”: jogar segundo as regras, mas

levando-as aos seus limites, e “jogando para valer”. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.125). Logo, cria-se uma forma de luta, dentro do âmbito institucional, que tem por fim a derrota definitiva dos inimigos do outro partido, sem ter a preocupação de se os procedimentos democráticos irão continuar (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.125). Portanto:

A tolerância mútua e a reserva institucional têm uma relação estreita. Por vezes, reforçam uma à outra. Políticos são mais propensos à moderação quando se aceitam uns aos outros como rivais legítimos, e aqueles que não encaram os oponentes como subversivos serão menos tentados a recorrer a violações da norma para mantê-los longe do poder. Atos de reserva – por exemplo, um Senado controlado por republicanos aprovando a indicação de um presidente democrata para a Suprema Corte – reforçarão a crença de cada partido de que o outro lado é tolerável, promovendo um círculo virtuoso. Porém, o oposto também pode ocorrer. A erosão da tolerância mútua pode motivar os políticos a desdobrar seus poderes institucionais tão amplamente quanto possível sem serem punidos. Quando partidos se veem como inimigos mortais, os interesses em jogo aumentam de maneira dramática. Perder deixa de ser uma parte rotineira e aceita do processo político, tornando-se, em vez disso, uma catástrofe total. Quando o custo inferido de perder é suficientemente alto, políticos serão tentados a abandonar a reserva institucional. Atos de jogo duro constitucional podem então, por sua vez, minar ainda mais a tolerância mútua, reforçando a crença de que nossos rivais representam uma perigosa ameaça. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.128-129).

No que tange a polarização, entende-se que é um dos fatores que destroem as normas de cunho democrático. A tolerância torna-se difícil de ser sustentada caso diferenças sociais, econômicas, religiosas e raciais transformem-se em sectarismo extremado, ou seja, ocorre uma divisão da sociedade em campos políticos que passam apenas de divergentes para excludentes. A polarização saudável existe e é necessária, sociedades que possuem uma divisão tão forte a ponto de os partidos políticos se diferenciarem por perspectivas incompatíveis, acabam criando a imagem do outro como uma ameaça. Com esse desaparecimento da tolerância mútua, os políticos se sentem mais inclinados a, também, escantear a norma da reserva institucional e utilizar de todos os meios possíveis para garantir a vitória, o que, por sua vez, poderá gerar estímulos para o surgimento de grupos contrários ao sistema, que rejeitam totalmente as regras da democracia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.132-133). “Quando isso acontece, a democracia está em apuros. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.133).

1.1.4. Como salvar a democracia

A democracia liberal corre perigo, não apenas nos Estados Unidos, como também no mundo todo. A ascensão de líderes populistas autoritários – que desrespeitam a democracia – globalmente mostra o estado avançado da crise atual (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Existe uma perspectiva de recessão democrática global, na Venezuela, Tailândia, Turquia, Hungria, Polônia, assim como no Brasil. Levitsky e Ziblatt citam Larry Diamond, como a figura mais importante no estudo das democracias, para expor sua ideia de que o mundo passa por uma “recessão democrática”. Dado o status dos EUA e sua influência global, a ascensão de Trump provavelmente encoraja autocratas em potencial e em exercício no mundo todo, dando-lhes um fôlego maior (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.226, 228). “Assim, mesmo que a ideia de uma recessão global da democracia fosse um grande mito antes de 2016, a presidência de Trump – junto com a crise da União Europeia [...] e a agressividade crescente da Rússia – pode ajudar a fazer dela uma realidade”. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.228).

Para os autores, a tolerância mútua e a reserva institucional são princípios que se colocam no meio do credo americano, haja vista que sem a sua manutenção a democracia não funcionaria, isso implica no modo como os cidadãos devem agir frente a ameaça que é Donald Trump. Nesse sentido, o que deve ser feito, e o que não deve, para que a democracia americana e outras democracias no mundo não degridem em autocracias dirigidas por comandantes demagogos autoritários, na perspectiva de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, começa com uma lição tomada pelas eleições americanas de 2016 (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.236, 238).

Nesse período conturbado, os partidários democratas pensavam que deveriam assumir as mesmas ações que os republicanos, pois, ao quebrarem as regras, os democratas deveriam fazer o mesmo. Mas, os autores pensam diferente quanto a isso, para eles essa ideia de lutar da mesma forma que os republicanos não é o caminho certo. Haja vista que esse tipo de abordagem, conforme experiências retiradas de outros países, acaba favorecendo o autoritário, ao passo que táticas denominadas como de “terra arrasada” afastam moderados e unificam os favoráveis ao governo. Pois até partidários não tão inclinados a apoiar o autoritário acabam se unindo quando enfrentam uma oposição nesses termos. Além de que, conforme a oposição joga sujo, o governo encontra desculpas para utilizar movimentos de repressão (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.236, 238).

O que deve-se fazer de fato, por parte da oposição, é utilizar os canais institucionais existentes, haja vista que se o partido democrata utilizasse o jogo duro contra Trump, o custo dessa vitória seria assumir uma democracia demolida com suas últimas grades de proteção em pedaços. Caso enfrentasse o obstructionismo, ou fosse impedido de governar, sem que houvesse um consenso entre os partidos, efeitos negativos também seriam verificados, como o reforço das tensões entre os partidos e da corrosão da norma democrática eleitoral (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.239-240).

O que os autores propõe é que a oposição deve ser robusta frente ao autoritarismo de Trump, dentro dessa robustez não deve agir de modo a violar as normas e regras democráticas, mas sim preservá-las. A oposição deve ser centrada no congresso, tribunais e eleições, de modo que essas instituições serão fortalecidas caso a derrota de Trump venha delas. Os protestos devem ser pacíficos, buscando proteger direitos e instituições. Além disso, uma oposição forte deve criar conexões contra o autoritário, uma colisão a favor da democracia de grandes proporções. Essa coalizão deve passar da aliança com pessoas que pensam semelhante e ir para o campo dos que pensam diferente, essas coalizões são construídas entre adversários que possuem opiniões diferentes ou opostas, mas lutam por um mesmo fim, democracia, direitos, liberdade e fim do autoritarismo (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.240-241).

Essa união teria diversos benefícios, como fortalecer os que defendem a democracia por conta da representação de uma ampla parte da sociedade, além de que “[...] construiria pontes de comunicação entre os dois campos partidários [...]” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.242). O que poderia incentivar a lealdade transversal, quando pessoas que discordam sobre várias coisas concordam sobre outras, logo isso refletiria na sustentação da tolerância mútua, ao concordar, ocasionalmente, com os adversários, diminuindo a visão do outro como inimigo. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.242-243).

O principal problema da democracia americana é a divisão partidária fundamentada não apenas em discordâncias políticas, como também em diferenças religiosas e de raça, fontes de ressentimento profundo. Frente a polarização em níveis astronômicos, os líderes políticos podem considerar que tais divisões sociais são naturais e, no entanto, ir contra elas por meio da cooperação com elites (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.243). Outra forma de abordagem seria superar a polarização, que se materializa em duas forças propulsoras centrais, “[...] realinhamento racial e religioso e desigualdade econômica crescente”. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.245).

Para lidar com isso é preciso que os partidos dos EUA sejam transformados no sentido do que representam. Sabe-se que o Partido Republicano foi o que tomou mais ações que levaram à grande separação entre democratas e republicanos, haja vista que, desde 2008, esse partido adota ações antissistema. Sendo assim, o Partido Republicano deve ser reformado buscando retirar os extremistas de seu interior, além de reconstruir a sua base política, buscar a criação de um eleitorado mais diverso, que não dependa apenas dos brancos cristãos e encontrar outras formas de vencer eleições que não envolva voltar-se para o nacionalismo branco (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.245-246). “A questão diante dos republicanos hoje é se essa

reinvenção pode acontecer antes de mergulharmos numa crise mais profunda”. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.249).

Por fim, vale ressaltar que o cenário presente de ressentimento e divisão dá-se, também, pelo aumento da diversidade étnica nos EUA desde 1975, que ocorre durante um período de desaceleração econômica acompanhada de mais horas de trabalho. Além de falta de perspectiva de ascensão social, salários estagnados entre as classes mais baixas e desigualdade econômica progressiva, fatores que aumentam o ressentimento social e este, por sua vez, aumenta a polarização. Portanto, a forma de lidar com isso seria por meio de políticas sociais que não se apeguem apenas a critérios de pobreza para distribuir ajuda, pois isso pode causar mais ressentimento já que a classe média entende que apenas os pobres recebem ajuda do governo e, geralmente, a pobreza é relacionada com etnia na história dos EUA (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.251-254).

Destarte, políticas de cunho social que tragam benefícios universais podem ser um caminho em direção à diminuição dos ressentimentos e ao apoio da sociedade às políticas que visam diminuir a desigualdade. Políticas sociais, como um grande aumento do salário mínimo, possuem não apenas a capacidade de diminuir a desigualdade, fonte de ressentimentos, como também de ajudar a criar uma grande união em termos políticos (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.251-254). Sendo assim:

Para salvar a democracia, os norte-americanos precisam restaurar as normas básicas que a protegiam no passado. Entretanto, é preciso fazer mais do que isso. Nós temos que estender essas normas por toda uma sociedade diversificada. Temos que torná-las realmente inclusivas. Em seu âmago, as normas democráticas dos Estados Unidos sempre foram saudáveis. Porém, por grande parte da nossa história, elas foram acompanhadas – com efeito, sustentadas – por exclusão racial. Hoje, é preciso fazer essas normas funcionarem numa era de igualdade racial e de diversidade étnica sem precedentes. Poucas sociedades conseguiram ser multirraciais e genuinamente democráticas. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.254-255).

As democracias estão morrendo, mas as lições de Levitsky e Ziblatt trazem formas que qualquer democracia no mundo, que enfrente um aspirante a déspota ou o sectarismo exacerbado, pode utilizar para se blindar contra as consequências terríveis de um governo autoritário e de uma sociedade dividida.

1.2 O povo contra o governo do povo

Andando nos mesmo termos de Levitsky e Ziblatt, Yascha Mounk, alemão que fez seu doutorado na Universidade de Harvard, onde lecionou, e agora leciona na Universidade Johns Hopkins, também identifica a crise das democracias liberais em escala global dando

importância para os Estados Unidos e a ascensão de Donald Trump, mas não mantendo seu foco central nesse país como os outros autores fizeram. Mounk irá analisar a crise global que se instaura nas democracias liberais, buscando trazer quais foram as suas causas e suas possíveis soluções. Nesse sentido, sua contribuição complementa e enriquece muito as ideias postas em *Como as Democracias Morrem*. Mounk irá apresentar duas formas em que democracias deturpadas por populistas, ou sistemas nacionais e internacionais antidemocráticos, como a União Europeia, se transformam em democracia iliberal e liberalismo antidemocrático (MOUNK, 2019, p.15-45).

Para entender esses conceitos é necessário entender que “democracia liberal” pode ser definida em dois aspectos separados, o termo “democracia” diz respeito ao povo e sua capacidade política de exercer influência sobre seu destino. Já o termo “liberal”, trata dos direitos vinculados ao Estado democrático, que dizem respeito a população, e devem ser respeitados para que assim haja liberdade, a garantia de instituições que protejam os direitos universais etc. (MOUNK, 2019, p.15-45). Nesses termos:

[...] liberal é alguém comprometido com valores básicos como a liberdade de expressão, a separação de poderes ou a proteção dos direitos individuais. [...] A *democracia* é um conjunto de instituições eleitorais com poder de lei que traduz as opiniões do povo em políticas públicas. As instituições *liberais* efetivamente protegem o Estado de direito e garantem os direitos individuais – como a liberdade de expressão, de religião, de imprensa e de associação – para todos os seus cidadãos (incluindo as minorias étnicas e religiosas). A *democracia liberal* é simplesmente um sistema político ao mesmo tempo liberal e democrático – um sistema que tanto protege os direitos individuais como traduz a opinião popular em políticas públicas. [...] as democracias liberais podem se desvirtuar de duas formas. Democracias podem ser iliberais. Isso tende a acontecer particularmente em lugares onde a maioria opta por subordinar as instituições independentes aos caprichos do executivo ou por restringir os direitos das minorias que a desagradam. Por sua vez, regimes liberais podem ser antidemocráticos, a despeito de contarem com eleições regulares e competitivas. Isso tende a acontecer sobretudo em lugares onde o sistema político favorece de tal forma a elite que as eleições raramente servem para traduzir a opinião popular em políticas públicas (MOUNK, 2019, p.43-45, grifo do autor).

1.2.1. Democracia Iliberal e Liberalismo Antidemocrático

Logo, a democracia iliberal seria uma forma clássica que sucede a ascensão de populistas, porque, em nome da “vontade soberana do povo” – mas não do povo como um todo e sim das majorias, de modo que as minorias são atacadas pelos populistas como forma de ganhar mais apelo das majorias étnicas-religiosas – os populistas gradualmente solapam as instituições democráticas que garantem os direitos civis e freiam seu próprio poder. De modo que, futuramente, quando o populista já estiver consolidado, suas ações não serão supervisionadas por nenhum órgão liberal, o que torna o agora déspota livre para oprimir a

população que nele confiou, principalmente quando suas vontades entrarem em conflito com a vontade do povo. A ira dos populistas se concentra contra tudo aquilo que lhe restringe o poder e se opõe a ele, como a mídia tradicional e as instituições democráticas – seus principais alvos após serem eleitos (MOUNK, 2019, p.54, 63, 65). Portanto:

[...] Diante da pretensão populista de ser a única representante da vontade popular, a política logo se torna uma luta existencial entre o povo real e seus inimigos. Por esse motivo, populistas tanto à esquerda como à direita tendem a se tornar cada vez mais iliberais à medida que seu poder aumenta. Com o tempo, passam a considerar toda voz dissonante como traição e concluem que qualquer instituição que fique em seu caminho é uma deturpação ilegítima da vontade do povo. Ambas precisam ser erradicadas. Resta apenas o capricho do populista. [...] (MOUNK, 2019, p.66).

Devido ao seu caráter auto-centrado, os populistas defendem ser a verdadeira representação da voz dos cidadãos, consequência disso é acreditarem que qualquer forma de resistência ao seu governo não é legítima, logo, com frequência, silenciam a oposição e promovem a destruição dos centros oposicionistas. No entanto, não é possível entender os populistas sem levar em conta a força democrática que os move e sem mensurar os danos que podem causar com a velocidade com que essa força democrática pode ser posta contra o povo (MOUNK, 2019, p.73). “A menos que os defensores da democracia liberal consigam se erguer contra os populistas, a democracia iliberal sempre corre o risco de degradingolar numa perfeita ditadura.” (MOUNK, 2019, p.73).

O liberalismo antidemocrático, diz respeito a uma comunidade que possui seus direitos civis e humanos resguardados por instituições liberais firmes, no entanto, não tem poder de escolha ou voz frente às decisões que serão tomadas quanto ao seu futuro. Um caso exemplar trata-se da União Europeia (UE), que decide por milhões de vidas sem levar em consideração qual a opinião da população quanto a suas políticas. Verifica-se esse antidemocratismo, também, mediante as ideias que serão desenvolvidas por Wolfgang Streeck, demonstrando que o euro, e a impossibilidade de desvalorização das moedas nacionais das nações europeias, acaba por minar suas alternativas econômicas para melhorar sua situação interna em tempos difíceis. Isso pode ser totalmente ligado a essa lógica antidemocrática, pois apesar de haverem direitos garantidos pela UE, as decisões do povo, ou até do próprio governo do país, que é influenciado pelo povo, acabam sendo isoladas em prol da integração político-econômica (MOUNK, 2019, p.74-124; STREECK, 2013).

Atualmente, a parte governamental da legislatura, que já foi a parte mais importante da política, sofre perda de poder para tribunais, bancos centrais, burocracias, tratados e organizações internacionais (como Streeck discutirá ao abordar a diplomacia financeira

internacional). Mesmo assim, os integrantes da legislatura estão se tornando menos parecidos com os que deveriam representar, de modo que eles não mantêm laços firmes com suas comunidades locais com grande frequência. A consequência disso é um eleitorado que se sente alienado à política, pois ao olhar para seus líderes não se vê neles, assim como quando veem as decisões por eles tomadas não reconhecem suas prioridades (MOUNK, 2019, p.81; STREECK, 2013).

Outro ponto importante diz respeito a como políticos eleitos democraticamente vem perdendo seu poder para instâncias tecnocráticas regulatórias. Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo se tornou mais complexo, de modo que as questões de regulação que o Estado precisa lidar cresceram muito, haja vista a evolução tecnológica e as novas formas da economia. A política monetária ganha um papel de destaque como ferramenta para a estabilização econômica. Não obstante, as principais questões enfrentadas pela política, como a desigualdade e o aquecimento global, têm suas raízes intrincadas no cenário internacional, sendo assim parecem ir além da real capacidade estatal de lidar com tais questões adequadamente . (MOUNK, 2019, p.82).

Portanto, essas mudanças fazem com que os parlamentos nacionais percam poder para administrar áreas “muito técnicas”. Agências burocráticas entram em ação e acabam assumindo um papel quase legislativo. Os bancos centrais ganham independência findando estabelecer a política monetária e resistir à pressão de cricção de crescimentos artificiais em anos de eleição, um processo que Streeck chama de compra de tempo. Como se já não bastasse, organizações e tratados internacionais são criados para lidar com questões que vão do âmbito climático ao da regulação econômica, minando mais ainda o poder do legislativo nacional (MOUNK, 2019, p.82; STREECK, 2013). Sendo assim:

Essa perda de poder dos representantes do povo não resulta de uma conspiração da elite. Pelo contrário, ela ocorreu aos poucos, e quase sempre de forma imperceptível, como resposta a desafios reais enfrentados pelas políticas públicas. Mas o resultado cumulativo significou uma furtiva erosão da democracia: conforme cada vez mais áreas de políticas públicas eram removidas da contestação popular, a capacidade do povo de influenciar a política ficava drasticamente reduzida. [...] as agências governamentais influenciam cada vez mais os projetos de lei submetidos ao poder legislativo. Ao mesmo tempo, assumem gradativamente um papel parecido com o de legisladores, dispendo de autoridade para conceber e implementar regras amplas em áreas cruciais como regulação financeira ou ambiental. Tomados em conjunto, esses dois fatores significam que boa parte das leis a que o cidadão comum deve obedecer são hoje escritas, implementadas e às vezes até propostas por funcionários públicos não eleitos. [...] Percebe-se [...] uma verdadeira troca entre o respeito pela vontade popular e a capacidade de resolver problemas complicados de políticas públicas. Embora agências independentes realizem tarefas essenciais de hábito não executadas por outras instituições, é difícil negar que elas removem do debate político decisões importantes. (MOUNK, 2019, p.82, 85-86, 89).

No que tange as organizações internacionais, seu aumento, assim como de seus tratados, impacta diretamente na política interna dos países vinculados a elas, pois quanto maior for a área de abrangência das decisões políticas tomadas nessas instâncias, a contestação democrática é retirada de mais áreas da política pública. Portanto, essa perda de controle nacional, que resulta da sujeição das nações aos tratados, é a principal característica do sistema de acordos internacionais. Por fim, pode-se concluir que, nos últimos 30 anos, nas democracias ocidentais, houve um maior papel de tribunais, agências burocráticas e organismos internacionais, ao passo que a influência de lobistas, o gasto com campanhas políticas e a grande divisão entre a elite política representativa e seu povo aumenta (MOUNK, 2019, p.98-99, 118). “Tomado como um todo, isso efetivamente isolou o sistema político da vontade popular”. (MOUNK, 2019, p.118).

1.2.2. A desconsolidação democrática

Nota-se, portanto, que uma desconsolidação democrática está em curso, sendo assim, faz-se necessário analisar quais são seus traços e características. O primeiro traço abordado por Mounk é a falta de confiança da população no sistema democrático, de modo que há muito tempo já se verifica uma diminuição da confiança popular nas instituições da democracia, além de avaliações negativas de políticos. Atualmente o povo é mais crítico a democracia, e pesquisas apresentadas por Mounk mostram que os jovens tem maior propensão a dar menos importância a viver em um governo democrático. Mais preocupante é que não apenas essa falta de valorização se verifica, como também, por meio de pesquisas, percebe-se que não só os jovens dos Estados Unidos inclinam-se a apoiar um líder forte, sendo mais propensos que os mais velhos, mas também essa preferência em todas as faixas etárias é maior do que vinte anos atrás (MOUNK, 2019, p.129,135-137).

Outro aspecto da pesquisa é o apoio a governos militares que também aumenta, mesmo em partes da população que antes rejeitavam a ideia totalmente. No ano de 1995, estadunidenses ricos tinham menos propensão a conceder seus votos a militares do que americanos pobres. No entanto, americanos jovens e ricos dos quais, vinte anos atrás, apenas 6% tinha preferência por um governo militar, hoje somam 35%, um aumento muito expressivo (MOUNK, 2019, p.129,135-137).

Vale ressaltar que esse tipo de processo não é exclusivo dos EUA, mesmo que alguns países possuam queda no índice de apoio a governos militares, grande parte destes são países cuja memória dos males causados pela ditadura militar é demasiado recente. Na grande maioria dos países verificáveis por meio de dados, até mesmo em democracias antigas como Alemanha,

Suécia, Índia e Reino Unido, houve um aumento expressivo da parcela de cidadãos que acreditam que um governo militar seria bom. No percentual de cidadãos que apoiam um líder que não precisa preocupar-se com o parlamento e eleições, um líder forte, essa tendência é parecida. Países, inclusive Suécia e Suíça, apresentaram queda no apoio a esse tipo de governante, no entanto, muitos outros tiveram um aumento dessa taxa, de Alemanha na Europa à EUA nas Américas. A tendência só aumentou após isso (MOUNK, 2019, p.130-139).

Entrando em consonância com os argumentos levantados por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), Mounk defende que uma democracia estável é aquela em que os políticos respeitam as regras do jogo democrático na maior parte do tempo. Elas são divididas em regras formais, como quando o presidente deixa seu posto ao perder uma eleição, e regras informais, que são mais difíceis de verificar se estão sendo desrespeitadas. Mounk cita Michael Ignatieff para demonstrar os conceitos de política de adversários, alguém que busca-se derrotar, e política de inimigos, alguém que busca-se destruir, tendo os populistas como grandes culpados por essa mudança (MOUNK, 2019, p.140-141). No ano de:

[...] 2008, John McCain mostrou que compreendia a importante diferença entre tratar um competidor ao cargo mais elevado do país como adversário e não como inimigo. Quando um eleitor presente a um debate público com o candidato republicano disse que tinha medo do que aconteceria se Barack Obama ganhasse, McCain defendeu seu adversário: “Vou dizer uma coisa: ele é um sujeito decente, e você não precisa ter medo dele como presidente dos Estados Unidos”. [...] A lucidez moral que levou McCain a abrir mão de uma vantagem partidária para reafirmar a legitimidade da oposição política nos últimos anos tornou-se notoriamente ausente. (MOUNK, 2019, p.144).

Esse é um claro exemplo de tolerância mútua, um dos pilares da democracia americana, exposto por Levitsky e Ziblatt (2018). Porém, atualmente os senadores fazem uso do jogo duro constitucional com frequência, mesmo que o limite de sua autoridade não seja transgredido, eles “[...] com a maior desfaçatez insistem em extrair o máximo proveito de cada regulamento e procedimento – mesmo quando é evidente que isso subverte o espírito em que foram concebidos. O resultado tem sido uma forma vagarosa de caos institucional”. (MOUNK, 2019, p.145). Aqui Levitsky e Ziblatt (2018) podem ser, novamente, resgatados de modo que, ao fazerem o uso de suas prerrogativas constitucionais ao extremo, os senadores desrespeitam outra regra não escrita, a reserva institucional. O ex-presidente americano, Donald Trump, leva para dentro da Casa Branca essas práticas de jogo duro constitucional, que tem se verificado cada vez mais em legislaturas estaduais, além do Congresso:

No decorrer de sua campanha, Donald Trump desrespeitou praticamente todas as regras básicas de política democrática. Jurou que mandaria prender seus adversários políticos. Recusou-se a dizer que aceitaria o resultado da eleição. Intimidou a imprensa e ameaçou ampliar as leis contra difamação. Convidou uma potência estrangeira a sabotar sua principal competidora. Incitou o ódio contra minorias étnicas e religiosas e prometeu tomar medidas inconstitucionais contra elas. Após a eleição, Trump continuou a menosprezar normas democráticas básicas. [...] Considerando tudo, está claro que o homem que hoje ocupa o cargo mais alto da democracia mais poderosa do mundo mostra um desrespeito inconsequente, e até um menosprezo arrogante, pelas normas mais básicas da política democrática. (MOUNK, 2019, p.147-148).

Nunca antes o povo esteve tão pouco comprometido com a democracia e tão aberto a alternativas autoritárias. Não obstante, houve também uma grande queda do respeito pelas normas e regras que regem a democracia (MOUNK, 2019, p.148). “Não sendo mais a única opção, a democracia está se desconsolidando”. (MOUNK, 2019, p.148). Enquanto em muitos países como a Suécia, Austrália, Reino Unido e EUA a democracia não é mais a única opção, uma parte da população vê a democracia com maus olhos e outra parte, crescente, está aberta a alternativas autoritárias. Os populistas que não são coniventes com as normas e regras da democracia, conquistam poder, sendo um deles líder da maior democracia do mundo (MOUNK, 2019, p.152).

Ao contrário do que pensam aqueles que acreditam na legitimidade da democracia liberal – que ela acabou dominando o cenário político mundial por permitir ao cidadão que participe de questões públicas e o mantenha, ao mesmo tempo, livre para cuidar de sua vida privada – Mounk possui uma visão destoante dessa. Para ele, de acordo com as evidências, a lealdade dos cidadãos com a democracia liberal veio porque a paz era importante para o regime, e este manteve seus “bolsos cheios”. Logo, a lealdade não deu-se por conta de um comprometimento da população com os princípios fundamentais que regem a democracia. A democracia liberal tem sido o sistema político dominante, portanto, porque seus resultados foram benéficos para a população, demonstrando que, se isso for confirmado, o apreço do povo pela democracia liberal pode ser muito frágil e superficial. Isso auxiliaria no entendimento dos processos enfrentados por esse modo de governo (MOUNK, 2019, p.160). Assim:

Conforme se mostram menos aptas a atender às necessidades de seus cidadãos, as democracias liberais conhecem uma profunda “crise de desempenho”. Os movimentos populistas em crescimento no mundo todo atualmente exploram essa crise para dismantlar elementos cruciais do sistema. Há poucos precedentes históricos para nos dizer o que acontece com as instituições de uma democracia supostamente consolidada quando ela para de entregar o que promete ao cidadão. Pode ser que permaneçam estáveis mesmo com a estagnação da economia e o declínio de seu poder. Para evitar supresas desagradáveis temos de encarar a possibilidade de que talvez não o consigam – e investigar, antes de mais nada, por que o cidadão está

tão desiludido com o desempenho da democracia liberal. (MOUNK, 2019, p.160-161).

Portanto, vale analisar as origens desses processos que colocam a liberdade de escolha e os direitos em perigo, indo às três principais fontes do problema, expostas por Mounk, que são as mídias sociais, a estagnação econômica e as questões relativas à identidade.

1.2.3. As origens

Yascha Mounk defende que quatro equívocos precisam ser evitados ao tratar da ascensão do populismo. O primeiro diz respeito ao fato de diversos analistas enfatizarem seus contextos locais, dando luz apenas a questões de sua região. No entanto, para Mounk, o populismo é um processo mundial, logo deve-se buscar causas comuns que valem para grande parte dos países onde esse processo se materializou. O segundo equívoco cometido por analistas diz respeito à suposição de que a crise de 2008 fora a fonte do populismo. Mounk afirma que a ascensão de populistas iniciou-se anteriormente a esse período, sendo que as “tendências de longo prazo”, devem ser o foco das explicações (MOUNK, 2019, p.167).

O terceiro equívoco é acreditar que causas diversas entram em embate, como discutir se o cenário atual foi causada por questões culturais ou econômicas, não chegando a conclusão de que podem ser ambas, pois as apreensões nos dois campos se reforçam. Portanto, não trata-se de um fenômeno com uma única causa. O quarto equívoco é a constatação de que os motores estruturais do sucesso abocanhado pelos populistas são destacados de maneira direta e óbvia, aderindo a ideia de maior apoio aos populistas pelas classes mais baixas se fosse a questão econômica que explicasse o fenômeno (MOUNK, 2019, p.167). No entanto, segundo Mounk:

[...] as pessoas são movidas em igual medida pelo destino alheio e pelo próprio, e passam tanto tempo refletindo sobre seus medos do futuro quanto sobre suas circunstâncias presentes, precisamos considerar também formas mais sutis e indiretas pelas quais a apreensão econômica e a animosidade racial eventualmente se manifestam em nossa política. (MOUNK, 2019, p.167-168).

A primeira causa apresentada por Mounk são as mídias digitais. Com a grande proliferação das redes sociais e com o uso da internet em expansão globalmente, a comunicação de um para muitos é extremamente mais fácil do que fora no passado. Isso pode ser bastante benéfico para a democracia, pois a população pode debater e demonstrar sua opinião de forma simples e rápida. No entanto, existe o outro lado da moeda, por ser um ambiente de livre expressão, as redes sociais acabam dando espaço para outsiders políticos com ideias extremistas. Antes os partidos políticos não permitiriam que essas figuras fizessem parte de

suas fileiras principais, como é demonstrado por Levitsky e Ziblatt, assim não teriam acesso ao grande público para disseminar seus ideais e propostas políticas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019, p.171-183).

Com as mídias sociais esse problema é facilmente contornável, pois, dentro de sua casa, o futuro populista pode tuitar diversos pedaços de ideologia autoritária antissistema em poucos segundos. Sendo assim, o controle que a mídia tradicional tinha sobre a presença de figuras extremistas em suas transmissões se esvai com a facilidade das redes sociais. Uma forma de conter as ideias extremistas seria a censura de postagens desse cunho em redes sociais, no entanto Mounk argumenta que esse é um processo difícil e pode se tornar um problema ao ir contra a liberdade de expressão e acabar por censurar aquilo que não devia ser. Nenhum órgão de censura consegue ser neutro, o que pode prejudicar um elemento da democracia liberal ao invés de salvá-la (MOUNK, 2019, p.171-183).

O segundo ponto de origem diz respeito à crise econômica. Com o fim do sistema econômico do pós-guerra, como demonstrado por Streeck, a estagnação econômica e o baixo crescimento tomam conta da economia política internacional. A questão econômica é muito cara para a democracia, uma vez que Mounk identifica que o sistema denominado por Streeck como capitalismo democrático só se mostrou estável enquanto a população ganhava com ele. Ou seja, a democracia só funcionou bem, e sem grandes manifestações e movimentos antissistema, enquanto a perspectiva de melhoria de vida de si e da próxima geração aumentava (MOUNK, 2019, p.186-194; STREECK, 2013).

Esse é o problema, o cidadão agora não sente-se mais confortável com o sistema econômico, de maneira a confiar que haverá melhora da condição de seus descendentes no futuro. Na verdade, ocorre o oposto, há hoje uma perspectiva contrária de que os filhos não ganharão mais que os pais, logo a ascensão social se estagnou. Não obstante, existe medo frente o que será do futuro econômico do país. Tudo isso resulta em desinquietação da massa trabalhadora, que fica com medo quanto ao seu futuro, estando, pois, aberta a soluções fáceis e rápidas, soluções estas que geralmente os populistas prometem dar (MOUNK, 2019, p.186-194).

O terceiro elemento de origem da desconsolidação democrática e ascensão populista diz respeito à identidade. A maioria das democracias do mundo foi fundada sobre bases monoétnicas, aquelas que não, como os EUA, tinham um sistema de estratificação racial bem definido que manteve a democracia funcionando. Por exemplo, as exigências na votação em eleições, no sul dos EUA, que impunham diversas restrições aos votos dos negros antes da década de 1960, processo descrito em detalhes por Levitsky e Ziblatt. Com o aumento dos

fluxos migratórios em diversos países europeus e nos EUA, ocorre um choque entre diferentes etnias e culturas. Os populistas se beneficiam disso, criando discursos de ódio contra os imigrantes e aproveitando o medo alimentado pela população local de que eles roubem seus empregos, principalmente em zonas rurais que não tem um grande convívio com diferentes etnias (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019, p.197-217; TRAJANO, 2021, p.6).

Trump definiu, em discursos xenofóbicos, esses imigrantes como criminosos, aumentando mais ainda a apreensão em relação a eles. Outra questão diz respeito a locais em que a população depende de trabalho de mão de obra menos qualificada, quem vive nesses locais teme que seus empregos sejam “tomados” por imigrantes que provavelmente aceitariam trabalhar recebendo menos. No entanto, em grandes cidades a tolerância é muito maior, as pessoas aprendem a conviver com a diferença desde pequenas e isso as torna mais suscetíveis a aceitar uma sociedade multiétnica (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019, p.197-217; TRAJANO, 2021, p.6). Mounk afirma que:

Existem [...] três maneiras principais pelas quais o mundo politicamente instável de hoje difere do mundo politicamente estável de outras eras. Houve épocas em que as democracias liberais conseguiram assegurar a seus cidadãos um crescimento muito rápido no padrão de vida. Hoje, isso não é mais possível. Houve épocas em que as elites políticas controlavam os meios de comunicação mais importantes e conseguiam de fato excluir as opiniões radicais da esfera pública. Hoje, outsiders políticos sentem-se livres para espalhar ódio e mentiras. E houve épocas em que a homogeneidade de seus cidadãos — ou pelo menos uma hierarquia racial íngreme — em boa medida explicava o que unia as democracias liberais. Hoje, os cidadãos têm de aprender a viver em uma democracia muito mais igual e diversa. Cada um desses problemas indica o caminho para um desafio urgente e intimidador. Enfrentar esses desafios um a um vai ser extremamente difícil. Abordar os três ao mesmo tempo pode se revelar impossível. E, contudo, temos de tentar, pois o destino da democracia liberal talvez dependa disso. (MOUNK, 2019, p.217-218)

1.2.4. Os remédios

Tendo em vista todos os problemas que a democracia liberal sofre – como a ascensão de populistas ao poder, a estagnação econômica, crises identitárias e o avanço das redes de comunicação – Yascha Mounk revela os remédios para esses males. Primeiro, em uma democracia liberal que já possui um autoritário a frente dos órgãos políticos, o qual irá aos poucos minar as regras democráticas e, conseqüentemente, a democracia, o melhor curso de ação é ir às ruas e protestar contra ordens vindas do executivo e leis de cunho perigoso para a democracia. Assim como realizar reuniões, arrecadações de fundos etc. Questões que parecem distantes do objetivo que se busca, mas mesmo que a resistência tenha um papel incômodo, a vida dos políticos autoritários é dificultada por ela (MOUNK, 2019, p.223-224). Sendo assim:

[...] o trabalho metódico de oposição pode chamar a atenção para políticas impopulares; retardar o avanço de projetos de lei; incentivar juizes a derrubar leis inconstitucionais; dar apoio a órgãos de imprensa sob ataque; [...] e forçar governos e organizações internacionais a pressionar o aspirante a ditador. (MOUNK, 2019, p.224).

Portanto, quem defende a democracia liberal deve sempre ir à luta, mesmo que pareça ineficaz a oposição não pode parar. Toda vez que o populista quebrar uma norma devem haver multidões nas ruas protestando em grandes números e alta voz. Por ser mais difícil vencer o populista quando ele já fora eleito, torna-se mais essencial ainda o voto contra ele, o mesmo vale para populistas em exercício. Locais como os EUA com Donald Trump, Índia com Narendra Modi, Polônia com Jarosław Kaczyński e até mesmo Brasil com Bolsonaro, podem votar contra a reeleição desses populistas, pois levam anos para que seu poder seja consolidado. Caso não ganhem um segundo mandato, há mais chances da democracia se regenerar (MOUNK, 2019, p.225-227).

Os Estados Unidos é um exemplo nesse quesito, ao performar uma enorme derrota do candidato populista republicano Donald Trump nas eleições de 2020, com a vitória de um político do establishment, o democrata Joe Biden. Nesse sentido, como no caso dos EUA, ainda há chances de frear o populista mesmo que esteja no poder. Porém, caso haja a reeleição, a democracia corre perigo. Com base em tudo isso, a melhor estratégia para lidar com os populistas é persuadir o povo a não votar neles. O problema é a aversão ao outro partido ou a partidos políticos em geral, o que não ajuda a democracia. Como demonstraram Levitsky e Ziblatt (2018), o caminho é a união entre divergentes. Os ativistas políticos podem injetar um entusiasmo que os partidos tradicionais necessitam, mas esses mesmos partidos precisam de planos consistentes para as outras eleições, assim como de estratégias que os deixe preparados para que melhorias sejam de fato feitas durante seus governos (MOUNK, 2019, p.225-227).

Mounk traz algumas lições importantes para vencer os populistas em eleições. A primeira é a importância da união, clivagens entre oponentes do autoritário são características de um país com um populista eleito. A segunda lição diz respeito a importância de falar a mesma língua do povo, de buscar entender quais são as preocupações dos eleitores, haja vista que os populistas apelam muito para esse lado. A terceira lição é não fazer campanhas políticas negativas, enumerando os defeitos do populista, mas sim criar uma campanha positiva, mostrando o que o candidato pode fazer para a população. Por fim, a última lição é que deve haver um abandono da vontade em manter o statu quo por parte do candidato de oposição ao outsider (MOUNK, 2019, p.227-230). A candidata democrata de 2016, Hillary Clinton, que perdeu para Trump:

[...] precisava mesmo era convencer os eleitores de que tinha uma vontade fervorosa de mudar o statu quo: no geral, os eleitores estão profundamente insatisfeitos com o rumo das coisas. De acordo com uma pesquisa recente, por exemplo, cerca de metade do eleitorado da França, da Alemanha e da Grã-Bretanha gostaria que seus governos se delocassem para o centro político. Mas muitos mais – cerca de dois terços na Alemanha e no Reino Unido, e cerca de nove em cada dez eleitores da França – dizem preferir uma política de mudança a uma política de continuidade. (MOUNK, 2019, p.230).

Portanto, para não cair no erro cometido por Hillary Clinton, aqueles que defendem as democracias liberais ao redor do mundo devem mostrar para o povo que seus problemas são levados a sério. Assim como devem buscar trazer verdadeiras mudanças, logo precisam criar um plano para o futuro, sem copiar as soluções simples dos populistas, criar um plano ousado (MOUNK, 2019, p.231).

As origens, supracitadas da crise, a estagnação econômica com a subsequente estagnação do padrão de vida, a ascensão das mídias sociais, que da mais poder aos outsiders, e a questão de identidade, com a transição da democracia de uma etnia para a democracia de diversas etnias, diminuem o compromisso do povo com as normas democráticas. No entanto, Mounk diz que a mudança feita na sociedade não é irreversível, de modo que candidatos carismáticos que aprenderam com as últimas eleições ainda podem obter grandes vitórias no curto prazo (MOUNK, 2019, p.231). Já no longo prazo, vale ressaltar que em muitos países as mudanças dos últimos anos trouxeram os populistas para mais perto do poder, de modo que:

[...] será necessário mais que uma campanha bem administrada para pôr a democracia liberal em uma posição segura. Se não queremos que cada declínio no ciclo econômico ou cada erro de um candidato popular represente uma ameaça existencial à democracia liberal, temos que lidar com as causas estruturais do apoio populista.” (MOUNK, 2019, p.231-232).

Para que a democracia seja salva é necessário criar uma união entre os cidadãos baseada em uma visão comum da nação, entregar ao povo esperanças verídicas quanto ao futuro econômico que lhe espera e torná-los resistentes ao ódio e mentiras com que se deparam nas redes sociais. Portanto, é preciso domesticar o nacionalismo, consertar a economia e renovar a fé cívica (MOUNK, 2019, p.232). Esses desafios “[...] que definirão nossa luta contra o populismo, e por uma sociedade melhor, nas décadas que estão por vir”. (MOUNK, 2019, p.232).

O primeiro remédio, domesticar o nacionalismo, diz respeito a formas de criar um nacionalismo inclusivo que não se baseie na exclusão de outras etnias para a construção de uma ideia de nação, mas sim na criação de uma ideia de nação inclusiva e abrangente que envolva

todos o povos que habitam o país. Existe uma diferença substancial entre ser francês e ser americano, geralmente é considerado francês quem tem ascendência francesa, enquanto nos Estados Unidos todos aqueles que nasceram em solo americano são considerados estadunidenses. Porém, o “Nós, o povo” durante séculos foi subordinado por raça e religião. Não só os EUA como a Europa enfrentam problemas tanto antigos, como o racismo e o antissemitismo, quanto novos, com as grandes levas de imigrantes, o que tem aumentado as tensões e estimulado a discussão de quem de fato seria o povo (MOUNK, 2019, p.233-255; TRAJANO, 2021).

O problema da discriminação e da exclusão não está atrelado a leis escritas, não é algo codificado e sim vivenciado, porque mesmo os princípios da lei sendo neutros eles acabam sendo aplicados de forma discriminatória. Portanto, a questão não é referente aos princípios da democracia liberal, se eles são defeituosos ou hipócritas, o problema é que não foram postos de fato em prática (MOUNK, 2019, p.241, 246). “A solução, portanto, não é descartar as promessas universais da democracia liberal em prol dos direitos e deveres enraizados em comunidades étnicas ou religiosas específicas, mas lutar para que enfim sejam colocadas em prática”. (MOUNK, 2019, p.246).

Os líderes dos movimentos pelos direitos civis entendiam bem essa afirmação, pois utilizaram a reverência dos americanos aos seus princípios para que o senso moral da população fosse tocado, tudo isso sem desrespeitar as normas da democracia liberal (MOUNK, 2019, p.246). Mounk demonstra isso afirmando que:

Como John Lewis, citando outro líder do movimento, A. Philip Randolph, disse pouco depois que Donald Trump foi eleito: “Talvez os nossos antepassados tenham chegado a esta grande terra em navios diferentes, mas agora estamos todos no mesmo barco”. Lewis, em suma, reconhece que a melhor chance de curvar o arco da história à justiça é usar com sagacidade o simbolismo da república americana, não rejeitar completamente o patriotismo. (MOUNK, 2019, p.246-247).

No entanto, a esquerda atual adota a posição equivocada de rejeitar tanto a nação quanto seus símbolos, logo a esquerda dos EUA se aproxima da europeia. A história da esquerda americana mostra que o reconhecimento das tradições universais do país poderia ajudar na fundação de uma ideia de patriotismo voltada para uma sociedade liberal e multiétnica. Já a esquerda europeia acredita que o conceito de nação está atrelado a noções étnico-religiosas, logo a estratégia que vem adotando, já a algum tempo, passa a ser adotada pela esquerda americana, que é justamente abandonar o patriotismo democrata e estabelecer uma crítica radical contra as instituições. Porém, o resultado disso passou longe do esperado, esvaziando o

nacionalismo a esquerda acabou deixando um vácuo que fora ocupado pela direita, que emprega o nacionalismo de acordo com suas aspirações (MOUNK, 2019, p.247).

Parte da direita direciona-se em excluir as minorias do direito de pertencerem à nação, enquanto parte da esquerda enfatiza que existem diferenças entre pessoas de raças e religiões diferentes, de modo que o laço entre esses diferentes parece se desfazer. A solução para isso é criar uma nova forma de linguagem sobre o patriotismo inclusivo. Essa forma de patriotismo não deve ser cega às injustiças cometidas na nação, assim como não deve ir na direção de trazer um privilégio para a nação de tal modo que as minorias sejam oprimidas ou guerras sejam empreendidas com nações vizinhas. Mas, deve buscar a ampliação da tradição da democracia multiétnica para assim mostrar que, de fato, o que une o povo vai muito além de questões étnicas e religiosas (MOUNK, 2019, p.248). Mounk dá o seguinte exemplo:

Discursando no quinquagésimo aniversário de um famoso protesto pelos direitos civis, por exemplo, Barack Obama ressaltou com que intensidade americanos de todas as classes sociais juntaram suas forças para derrotar a segregação: “Quando as trombetas soaram para que mais pessoas se juntassem”, ele disse, “elas vieram – negros e brancos, jovens e idosos, cristãos e judeus, brandindo a bandeira americana e cantando os mesmos hinos cheios de fé e esperança”. (MOUNK, 2019, p.247).

Nesse sentido, a retórica é importante, pois Mounk cita Benedict Anderson para explicar que a nação é uma comunidade imaginada, logo o que se fala sobre ela tem grande efeito sobre a sua própria natureza. Políticos ao falarem da nação adjetivando-a como inclusiva, mesmo que durante anos ela tenha excluído parte de sua população, ajuda a domesticar o nacionalismo. Para esse nacionalismo inclusivo é preciso conquistar o apoio do povo sem ser populista. Para que uma forma inclusiva de patriotismo seja de fato possível, os políticos precisam ir além de acabar com o medo das imigrações do futuro, e criar um ambiente de fato comunitário entre o povo, eles precisam também trazer a garantia de que os princípios de cunho liberal sejam entregues, igualmente, nas mais diversas áreas da sociedade (MOUNK, 2019, p.250).

Tratando de questões relativas à discriminação, diversas medidas podem reduzir esses casos, como a aprovação por vários países de leis que proíbam que os empregadores discriminem as minorias, uma forma de fazê-lo, na Europa, é não permitir que a foto do candidato, ou mesmo o nome, à vaga de emprego sejam colocados no currículo nas primeiras etapas de seleção. Outro ponto fundamental é a educação, as pessoas precisam ser educadas juntas, nas mesmas salas e escolas, assim aqueles com histórias diferentes poderão exergar uns aos outros como compatriotas (MOUNK, 2019, p.251-252). Sendo assim:

Uma política de integração liberal genuína partiria da decisão revigorada de garantir que membros de grupos minoritários não sejam discriminados ou vejam suas perspectivas de vida turvadas por obstáculos estruturais. Ao mesmo tempo, também se oporia a quem [...] isenta minorias de direitos básicos e deveres de uma sociedade liberal. (MOUNK, 2019, p.252).

No que tange a imigração, aqueles que defendem a forma de nacionalismo mais inclusivo deveriam proteger os direitos liberais das pessoas que se encontram no país, assim como manter a nação aberta a parentes próximos e pessoas muito bem qualificadas. Enquanto isso, devem-se preocupar com a migração em ritmo intenso, entendendo que o país é delimitado por fronteiras e apenas consegue se manter caso haja controle delas. Logo, os cidadãos legalizados devem ser tratados como iguais e isso independe de suas etnias e religiões. Deve haver oposição a tentativas de exclusão de pessoas com base nesses critérios, como fez Trump ao propor que os muçulmanos devessem ser banidos (MOUNK, 2019, p.254-255).

Além disso, a deportação de imigrantes ilegais que vivem na nação há muito tempo, ou foram levados para lá quando ainda eram crianças, causa sofrimento e deve ser denunciada. O Estado tem o direito de controlar quem entra em seu território, de modo que isso, além de não violar os princípios da democracia liberal, também pode ganhar o apoio do povo, por conta de fronteiras seguras. O que, por sua vez, pode levar a uma maior suscetibilidade popular a aceitar políticas migratórias mais generosas. Por fim, as normas que regem a quantidade de pessoas que podem entrar no país devem estar dentro do poder de escolha democrático do povo (MOUNK, 2019, p.254-255). Mounk conclui que:

O nacionalismo é como um animal meio selvagem e meio domesticado. Contanto que permaneça sob nosso controle, pode ser de enorme serventia – e enriquecer de verdade nossas vidas. Mas está sempre ameaçando se livrar dos freios que lhe colocamos. Quando isso acontece, pode ser fatal. [...] Podemos, é claro, ignorar o nacionalismo ou desejar que ele suma com um passe de mágica. Mas se o abandonarmos, sem dúvida outras pessoas tomarão as suas rédeas, cutucando e instigando a besta a mostrar seu lado mais feroz. Apesar de todos os receios bem fundamentados acerca do nacionalismo, não nos resta muita alternativa senão domesticá-lo o melhor possível. (MOUNK, 2019, p.255-256).

O segundo remédio é consertar a economia. Atualmente, por consequência da estagnação econômica, há um grande medo quanto ao futuro. Com empregos sendo exportados para outros países ou sendo substituídos por métodos tecnológicos mais avançados, com o fechamento de fábricas e a perda da força sindical, o trabalho já não trás mais a segurança de uma posição estável. As pessoas não são motivadas por discursos como o de Trump, “Fazer a

América Grande Novamente”, por quererem consumir, mas sim pelo otimismo de que haverá garantias da sua posição social (MOUNK, 2019, p.258).

Para que a ascensão do populismo seja freada é preciso que tais medos sejam podados pensando em um futuro com melhores perspectivas. O povo quer ter segurança que seus empregos ainda serão respeitados por muitos anos, querem sentir-se como donos de seu destino vivendo com conforto em termos materiais, querem que seus filhos tenham melhores condições do que eles no futuro, querem um país que decida por si próprio e zele pelas pessoas mais vulneráveis (MOUNK, 2019, p.259). “A não ser que consiga fazer progresso em todas essas frentes, a nostalgia de um passado mais simples se traduzirá sempre em votos nos populistas que prometem recriá-lo.” (MOUNK, 2019, p.259).

Mesmo que o crescimento econômico não tenha parado nas últimas décadas, ele beneficiou extremamente mais os ricos que a população da base (MOUNK, 2019, p.259). “Só 1% do crescimento total da riqueza de 1986 a 2012 foi para as famílias que compõem os 90% da base da pirâmide social. Em contrapartida, 42% foi para o 0,1% do topo.” (MOUNK, 2019, p.259). Mais impressionante é notar como a política americana contribuiu para a aceleração dessa desigualdade, por meio da redução de impostos sobre os mais ricos. Processo característico do neoliberalismo, descrito por Streeck (2013), e da diminuição do estado de bem-estar social (MOUNK, 2019, p.259-260).

Algumas medidas que podem ser tomadas para “consertar a economia” estão ligadas às áreas de tributação, habitação e produtividade. O governo pode aumentar a tributação dos mais ricos, retomar um estado de bem-estar social, buscar diminuir o custo de residências, criar um imposto único sobre a propriedade. Ou seja, com construção ou não, haveria um valor fixo pago sobre aquele pedaço de terra, o que incentivaria a construção em terrenos parados, além de que um imposto maior sobre a segunda casa ou sobre locais vazios incentivaria o acesso a moradia. Aumentar a produtividade do trabalhador, investindo mais em pesquisa e desenvolvimento, assim como em universidades, é outra ação que pode ser tomada. Medidas desse tipo podem não trazer de volta o grande crescimento econômico, mas podem diminuir o medo da população quanto ao futuro, e deixá-la menos propensa a aceitar uma simples volta ao passado proposta pelos populistas (MOUNK, 2019, p.262-280; TRAJANO, 2021, p.12-13).

O terceiro remédio é renovar a fé cívica. Esse remédio entra em alguns âmbitos da democracia liberal contemporânea como fake news, educação cívica e formas de lidar com financiadores de campanha (lobistas). As fake news podem ser combatidas, como vem sendo, demonstrado por Trajano, por meio de medidas adotadas pelas próprias empresas de redes sociais, como mecanismos que identificam mensagens postadas por bots ou por pessoas reais,

apagando as mensagens dos primeiros, além de avisos colocando em dúvida a veracidade daquela postagem (MOUNK, 2019, p.282-299; TRAJANO, 2021, p.13-16).

Além disso, a renovação da fé cívica ajuda o cidadão a ser menos suscetível a notícias falsas e discursos de ódio, pois as bases morais da sociedade, estando fracas, possibilitam que as redes sociais prejudiquem tanto a democracia. Portanto, fortalecer essas bases deve ser posto em prática através da educação cívica, uma educação que ensina o cidadão sobre as coisas da pátria, da democracia liberal, seus princípios e benesses, buscando, também, apresentar os outros modos de governo, por exemplo a autocracia, e como eles tiram direitos fundamentais dos indivíduos. A educação cívica deve também demonstrar os problemas da democracia liberal para que sejam combatidos. Tratando dos lobistas, os quais geralmente financiam campanhas políticas e buscam benefícios em troca, quando seu candidato beneficiado for eleito, o que acaba mantendo a elite em seu posto social e conferindo-lhe poder político através do dinheiro, leis transparentes devem ser aplicadas para parar esse movimento, assim como punições a políticos corruptos (MOUNK, 2019, p.282-299; TRAJANO, 2021, p.13-16).

Por fim, é preciso restaurar a confiança do povo na política. Os políticos devem adotar medidas mais transparentes, falar a verdade durante a campanha e após serem eleitos, fazendo diferente de Trump. Não obstante, devem deixar claras suas relações com lobistas, buscando ser transparentes (MOUNK, 2019, p.282-299; TRAJANO, 2021, p.13-16). Concluindo os remédios propostos, Mounk afirma que:

[...] há muito que nós, desejosos de que a democracia liberal sobreviva à alvorada do populismo, podemos fazer: podemos ir às ruas enfrentar os populistas. Podemos lembrar a nossos compatriotas as virtudes da liberdade e da autonomia. Podemos estimular partidos tradicionais a abraçarem um programa ambicioso, capaz de revigorar a promessa da democracia liberal de um futuro melhor para todos. E se conseguirmos vencer [...] podemos reunir o decoro e a determinação necessários para trazer nossos adversários de volta para o lado da democracia. [...] aqueles que de fato apreciam nossos valores e instituições estão decididos a lutar por suas convicções sem se importar com as consequências. Embora os frutos do nosso trabalho sejam incertos, faremos o que for possível para salvar a democracia liberal. (MOUNK, 2019, p.314-315).

1.3 As instituições democráticas

A democracia liberal está em crise e corre perigo. O mundo enfrenta a ascensão de populistas autoritários que escancaradamente violam todas as regras e normas que regem a democracia liberal. Levitsky, Ziblatt e Mounk apresentam a perspectiva liberal sobre essa crise, delimitando suas causas e possíveis soluções. O principal problema que pode ser destacado, presente no núcleo da crise, é a incapacidade institucional de conter os avanços de políticos autoritários. Além de promover uma educação que preze pelos valores da democracia liberal,

de criar uma sociedade multiétnica que estimule a convivência com o outro nas formas mais positivas e edificantes possíveis, de criar um ambiente econômico seguro que não gere apreensões sobre o futuro e, conseqüentemente, deixe espaço aberto para a demagogia populista etc. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019).

Logo, percebe-se que as instituições democráticas são o centro da crise das democracias liberais atuais. A partir do momento que a democracia não garante as suas próprias bases de sustentação – ao beneficiar os ricos com cortes de impostos, desfavorecer os pobres com políticas frouxas de controle de empresas que abrem plantas no exterior, com o fim degradante do estado de bem estar social, com o abandono das normas informais que regem a democracia, com políticos tratando adversários como inimigos e utilizando de todas as reservas da lei para seus fins, com o abandono das grades de proteção da democracia que permitem outsiders entrarem na casa e virá-la de ponta cabeça – tudo isso mostra a ineficácia institucional presente nas democracias liberais (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019).

Para que democracias sólidas e vibrantes se sustentem é preciso que um aparato institucional firme seja viabilizado. Isso não acontece da noite para o dia, mas durante anos, pois trazer a confiança do povo de volta é um processo árduo. Envolve uma educação cívica bem fundamentada, promessas políticas críveis e estratégias criativas para que a atenção dada ao outsider seja reorientada para os políticos dos establishment. e para os defensores da democracia liberal. Para que, só assim, o perigo representado pelos populistas seja evidente. A boa convivência, a liberdade, o direito de decidir seu futuro e o direito de ter direitos são princípios fundamentais e muito nobres da democracia liberal, princípios que correm perigo e que o povo deve lutar, ao lado dos políticos, para salvaguardar. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019).

2. As perspectivas críticas

O pensamento aqui denominado crítico refere-se às obras “Tempo Comprado” de Wolfgang Streeck e “A Nova Razão do Mundo” de Pierre Dardot e Christian Laval. Esses autores têm em comum uma abordagem mais voltada para a economia política para explicar os processos desencadeados pelo neoliberalismo. Apesar de não voltarem suas análises unicamente para entender os motivos da atual crise, até porque os livros são de um período anterior a ascensão de Donald Trump ao poder – o que não significa que os processos que levaram ao cenário atual não estavam sendo gestados – a consequência de seu estudo crítico ao neoliberalismo acaba levando-os ao problema inevitável do esgotamento da democracia liberal, para usar o termo empregado por Dardot e Laval (2016, p.377). Portanto, para explicar as crises do capitalismo e da democracia, assim como para entender a nova razão do mundo, os autores voltam-se para as raízes e o surgimento do capitalismo neoliberal.

O sistema de acordos de Bretton Woods, que equilibrava democracia e capitalismo no pós-guerra, se esgota na década de 1970, consequência direta das crises capitalistas que se agravaram com os dois choques do petróleo. Com esse esgotamento, inicia-se a gestação de uma nova forma de organização econômica, não escapando do âmbito capitalista, mas trazendo mudanças significativas a ele. O neoliberalismo, como modo de organização econômico-social e até mesmo, como argumentam Pierre Dardot e Christian Laval, como forma subjetiva da ação individual, começa a ganhar espaço no cenário econômico internacional. Principalmente sob os discursos de dois grandes precursores de sua implantação, a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher e o presidente estadunidense Ronald Reagan (DARDOT; LAVAL, 2016; STREECK, 2018).

Nesse sentido, Wolfgang Streeck, em sua obra “Tempo Comprado”, irá destrinchar, sobretudo, os aspectos do funcionamento desse novo sistema de governamentalidade, para usar o termo de Foucault abordado por Dardot e Laval, em seu sentido econômico, bebendo e dando continuidade ao pensamento da escola de Frankfurt, sobretudo às lições de Adorno. Streeck irá entender o capitalismo como uma sequência de crises, de modo que essas minam a legitimidade do sistema econômico frente a população e, acima disso, do sistema democrático perante o capital, que é visto como ator (DARDOT; LAVAL, 2016; STREECK, 2018).

Desse modo, os governos recorrerão a formas de “compra de tempo”, termo central da obra, que consiste em medidas econômicas implantadas para adiar a crise iminente de legitimidade capitalista proveniente da crise econômica. Essa compra de tempo é dada em quatro fases distintas, desenvolvidas pelo autor, sendo inflação, endividamento público,

endividamento privado e o papel exercido pelos bancos centrais após a crise de 2008. Streeck irá argumentar que a crise de 2008 fora o resultado de todas essas medidas de compra de tempo, de modo que, após isso, o capitalismo neoliberal acaba por se reinventar mais uma vez, comprando tempo, agora, por intermédio dos bancos centrais. Nesse âmbito, cabe entender quais são os efeitos desse mecanismo de controle e legitimação social do capitalismo sobre a democracia (STREECK, 2018).

Exponentes de um pensamento mais voltado para a corrente crítica com base nas ideias de Foucault, girando em torno, principalmente do termo de governamentalidade, Pierre Dardot e Christian Laval, em sua obra “A Nova Razão do Mundo”, se propõem a descrever a nova racionalidade, de caráter mundial, que nasce com o neoliberalismo. Essa nova racionalidade emprega-se em todos os meios de vida da sociedade capitalista neoliberal, desde a organização estatal até o mais íntimo do indivíduo. O princípio primordial dessa nova razão-mundo é a concorrência em todas as esferas da sociedade, a concorrência dentro do sistema governamental até a concorrência entre indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016).

Essa lógica coloca a utilidade, eficácia e desempenho acima de qualquer valor de solidariedade, de modo que cada parte da sociedade começa a se comportar como uma empresa, nos termos de aumento da eficiência e maximização dos lucros. O indivíduo busca a autovalorização de si por meio do aprimoramento pessoal, todas as esferas da vida começam a ser vistas como partes de uma empresa que necessita alcançar o resultado positivo da equação custo/lucro. As relações conjugais, a criação e o sucesso dos filhos, o desempenho na empresa, entre outros, começam a ser vistos como situações em que se deve maximizar o gozo por meio da eficiência, de modo que o ser-humano se torna uma empresa, a empresa de si, que busca maximizar os ganhos e minimizar as perdas e os gastos (DARDOT; LAVAL, 2016).

Neste capítulo, essas duas obras serão analisadas findando entender quais são os efeitos tanto da compra de tempo e das estratégias do capitalismo neoliberal para manter sua legitimidade, quanto da nova razão do mundo sobre o sistema democrático. E, até que ponto, a crise das democracias liberais pode ser explicada através de ambas as lentes teóricas.

2.1. Comprando tempo à crédito

Wolfgang Streeck inicia sua obra abordando a teoria da crise da Escola de Frankfurt², que recorre ao marxismo, de modo que o próprio autor pode ser considerado um teórico da crise, ao passo que aborda o capitalismo como uma sequência de crises e soluções de curto

² Teoria crítica marxista que define o capitalismo como uma sequência de crises (STREECK, 2013).

prazo que são o estopim para a próxima crise. Como ele deixa claro: “[o] meu livro debruça-se sobre a crise financeira e orçamental do capitalismo democrático dos dias de hoje, à luz das teorias da crise da Escola de Frankfurt de finais dos anos 60 e inícios dos anos 70 [...]”. (STREECK, 2013, p.06).

Nesse sentido, as análises de Streeck sobre a crise financeira e orçamentária irão abordá-las dentro de uma visão de continuidade, sendo um momento de evolução social que se inicia no fim da década de 1960. Este descrito como o processo de deterioração do capitalismo democrático, que se estabelece após o fim da Segunda Guerra. Ao delimitar seu escopo de análise, fica claro que será abordada a crise dentro das democracias capitalistas ricas do ocidente (STREECK, 2013, p.6-8). Com a crise do capitalismo nos anos 70, diversos atores sentiam as tensões que haviam sido explanadas pela teoria da crise, de modo que deram início a formas de lidar com a crise que se aproximava, Streeck afirma que:

Vistas da perspectiva atual, estas reações parecem uma compra de tempo com ajuda de dinheiro – aliás, uma compra bem-sucedida a médio prazo. Apesar de tudo, assim foi durante quatro décadas. «Comprar tempo» é a tradução literal de uma expressão inglesa: *buying time* – o que significa adiar um acontecimento iminente, na tentativa de ainda o impedir. Para tal, não é absolutamente necessário utilizar dinheiro. Porém, neste caso, foi utilizado e em grandes quantidades: aproveitando o dinheiro [...] para apaziguar conflitos sociais potencialmente desestabilizadores, primeiro através da inflação, depois através do endividamento do Estado, a seguir, através da expansão dos mercados de crédito privados e, por fim – atualmente – através da compra de dívida de Estados e de bancos pelos bancos centrais. (STREECK, 2013, p.9-10).

Portanto, a análise gira em torno de entender essas diferentes formas de compra de tempo, dentro da lógica da sequência de crises, buscando explicar a preferência dada sempre à justiça de mercado em detrimento da justiça social nas democracias ocidentais. Como destaca Streeck (2013, p.10-11), as medidas de estabilização, em sua totalidade, são provisórias enquanto o progresso capitalista estiver em choque com o mundo da vida social. Não obstante, afirma também que a política e suas instituições não podem ser desassociadas do mercado e dos interesses econômicos, tal como a questão das classes e seus conflitos.

2.1.1. A revolta do capital e a crise tripla

Na década de 1970, o sistema que permitiu a perpetuação do capitalismo democrático no pós-guerra começa a ruir. Com esse fenômeno vemos um movimento do capital, não apenas como item de acumulação, mas como ator que tem seus próprios interesses na ordem político-econômica em que está inserido. Nesse sentido, sua tolerância com as contenções impostas pelo

estado de bem-estar social começa a diminuir e suas exigências aumentam (STREECK, 2013, p.17).

Streeck (2013, p.16-17) aborda o desencadeamento do neoliberalismo em sua forma global, no fim do século XX, como um resultado da resistência feita pelo capital frente ao modelo do pós-guerra. Este é materializado na classe denominada de “dependentes de lucro”. Além disso, as restrições impostas ao capital foram aceitas, após 1945, no que se chama de “condição de concorrência de sistemas”. O sucesso do desencadeamento do capitalismo nesse período, assim como sua revitalização como economia de mercado, deve-se a políticas de compra de tempo com dinheiro por parte dos Estados. O que garante lealdade das massas frente ao nascente projeto neoliberal de sociedade consumista. O movimento em direção à legitimidade do neoliberalismo pôde ser empregado nos seguintes meios: o primeiro modo para tornar isso possível foi através da inflação da “massa monetária”; após isso nota-se o momento do endividamento público; e, por último, o endividamento privado com a concessão de crédito aos grupos familiares (STREECK, 2013, p.17).

No entanto, essas formas de legitimação têm efeitos de curto prazo e já proporcionam as bases para a crise seguinte. Com o tempo, esgotam-se e inevitavelmente afetam o funcionamento do sistema capitalista que, além de depender da acumulação e do lucro, depende da satisfação de expectativas de um retorno justo. Com isso, problemas de legitimação frente ao capital começam a surgir em sequências, os quais desembocam em crises econômicas que colocam a legitimidade do sistema frente à população com poder democrático. Logo, o perigo do poder da massa só poderá ser superado caso haja uma maior liberalização política e econômica a favor do mercado, findando imunizar a política econômica de pressões democráticas e trazer de volta a confiança dos mercados (STREECK, 2013, p.17).

Streeck (2013, p.17), no que tange os processos relativos à democracia, argumenta que a crise do capitalismo, nos anos 70 e adiante, seria um engendramento da tensão entre o capitalismo e a democracia que poderia ser descrito como o “processo de divórcio” de um “casamento forçado” entre ambos, na lógica do pós-guerra. Com a transformação dos problemas de legitimação do capitalismo democrático em problemas acumulativos, o capital acaba exigindo como solução uma “libertação” do capitalismo frente a intervenções de viés democrático. Portanto, a garantia de uma base de massas para o capitalismo transfere-se da política para o mercado, como perpetuador dos motivos fundamentais do capitalismo de modo que a economia se blinda de forma mais consistente contra a democracia de massas.

Streeck defende que nos encontramos em uma fase tardia da democracia, pois ela está rumando ao seu desmantelamento como democracia de massas redistributiva, de modo a tornar-

se “[...] uma combinação de Estado de direito e distração pública. ” (STREECK, 2013, p.17). No que poderia ser traçado um paralelo com a noção de liberalismo antidemocrático de Yascha Mounk 2019, pois apesar de eleições ocorrerem periodicamente, o real poder do povo sobre as decisões políticas é minado enquanto os direitos liberais, nos termos de Mounk, são mantidos. Este é o caso da União Europeia, que decide por vários países, sendo a interferência do povo mínima, mas seus direitos garantidos. Não obstante, o processo de desdemocratizar o capitalismo por meio da retirada da economia do escopo democrático, sofreu um grande avanço, principalmente após a crise de 2008 (STREECK, 2013, p.17).

O capitalismo nos países democráticos lida com uma crise em três frentes, bancária, financeira e da “economia real”. A crise bancária no capitalismo financeiro ocidental ocorreu por conta da concessão em grande montante de crédito por parte dos bancos públicos e privados. Do qual boa parte acabou por se transformar em crédito malparado, ou seja, dinheiro que dificilmente retornará aos bancos. Não obstante, os agentes bancários temem que haja uma corrida aos bancos a qualquer momento, ou seja, o saque em massa e depósito em outra entidade mais segura. Logo, os bancos acabam sentindo-se forçados a conceder menos crédito por medo da falta de retorno ou de reservas escassas. No sentido dessa crise, os valores necessários para que o Estado possa salvar esses bancos são elevadíssimos, tendo em vista que os Estados já se encontram com dívidas astronômicas. Porém, se certos bancos entrarem em falência, com a consequente queda de outros, o preço a se pagar poderia ser maior (STREECK, 2013, p.18-19).

A crise orçamental é fruto dos déficits no orçamento público por décadas, do endividamento estatal e da contração de empréstimos após a crise de 2008. O que visava não apenas salvar a indústria financeira, por meio da, entre outras medidas, compra de títulos da dívida que se desvalorizaram, mas também a “economia real” por meio de estímulos de cunho fiscal (STREECK, 2013, p.18-19). Por fim, a crise da economia real, vista pelo alto índice de desemprego e pela estagnação econômica, tem parte de suas raízes na questão bancária, ou seja, os consumidores finais e as empresas encontram problemas em conseguir crédito por conta de sua própria dívida já ser elevada e por questão da evitação do risco e baixa reserva de capital bancário. Não obstante, a crise também possui elementos da ação estatal, pela obrigação da redução do dispêndio se não o aumento de impostos (STREECK, 2013, p.21).

Essas crises acabam reforçando-se umas às outras, de modo que a estagnação econômica piora a crise dos orçamentos públicos e a crise bancária, por meio da insolvência do Estado acarretada pela estagnação. Assim, a crise bancária conecta-se à crise estatal por conta do dinheiro, e à crise da economia por conta do crédito. Já a crise das finanças está interligada a da economia por conta dos gastos e receitas do sistema estatal. Finalmente, pode-se argumentar

que a crise em um país afeta diretamente outro, como a falência de um banco importante em um país A pode levar a queda de outros bancos em um país B. Isso ocorre principalmente por conta da interligação global do sistema financeiro, assim como cenários que podem levar à recessão nacional também possuem a probabilidade de causar consequências a nível internacional (STREECK, 2013, p.21).

Todo esse processo tem início com a revolta do capital. O capital, materializado em suas organizações e detentores, começa a posicionar-se contra as políticas que regularam a economia dos anos do pós-guerra. Esse foi um ponto inesperado pela teoria da crise de legitimação, que pensava o contrário, que as massas recusariam esse capitalismo, mas logo iniciou-se um consumismo em uma escala nunca antes vista. Contrariando ainda mais a teoria, o trabalho assalariado aumenta com a entrada das mulheres no mercado, na década de 1970, sendo considerado para elas uma libertação do que era visto há pouco como “escravatura salarial”. Logo, o trabalho se torna para as mulheres um veículo de integração e reconhecimento social, representando uma superação do papel hoje estigmatizado de “dona de casa” (STREECK, 2013, p.25).

Streeck irá retomar Adorno para argumentar que o autor identifica essa situação e o consumo em grande escala como “a satisfação na alienação”. O neoprotestantismo e o feminismo fanático da autovalorização, no sentido do capital humano, acabam por colocar um fim na crise do trabalho assalariado e, não obstante, ao princípio do desempenho. Assim como o novo espírito do capitalismo, que vem acompanhado do aproveitamento de âmbitos diferentes dentro do escopo da empresa – espaços para a criatividade e autonomia como meio de integração que se torna mais profunda na empresa. Além disso há um “[...] veículo de identificação personalizada com os objetivos da mesma”. (STREECK, 2013, p.26). Tal novo espírito do capitalismo, que leva à identificação do indivíduo com os objetivos da empresa, faz parte do que Pierre Dardot e Christian Laval (2016) chamam de “nova razão mundo”, nascida do neoliberalismo, de modo que os indivíduos passam a se identificar como empresas e a responsabilidade por melhores desempenhos passa a ser mais individualizada.

Por fim, tratando da revolta do capital, entende-se que a lealdade da massa dependente de renda frente ao capitalismo nascido em Bretton Woods fora estável, mas a do capital não se manteve assim. Streeck (2013, p.26), afirma que “[...] o capital revelou-se como jogador e não como brinquedo – como um predador (e não como animal de criação)”. Assim, para o capital, o quadro institucional da economia do pós-guerra era como uma jaula que se tornou muito pequena e a qual tinha cada vez mais o ímpeto de quebrar. As abordagens teóricas neomarxistas da escola de Frankfurt deixavam de lado a noção essencial de que poderia ser o capital, e não o

trabalho, a ser responsável por deslegitimar o capitalismo democrático do pós-guerra (STREECK, 2013, p.26). Streeck afirma que “[n]a realidade, a história do capitalismo posterior aos anos 70 do século XX, incluindo as sucessivas crises econômicas ocorridas neste período, é a história da evasão do capital à regulação social que lhe foi imposta após 1945, mas que ele próprio nunca desejou”. (STREECK, 2013, p.26).

No princípio da revolta do capital, encontravam-se as revoltas trabalhistas de 1968 e o confronto entre proprietários, de países industriais desenvolvidos, e uma geração nova. Essa geração tinha em mente que o crescimento econômico e o progresso no âmbito social, característico do pós-guerra, e as promessas políticas dos anos de nascimento do capitalismo democrático seriam permanentes. Porém, o capitalismo não planejava, e não tinha condições de, manter esses anseios. Portanto, nos anos seguintes as elites do capitalismo, e seus aliados no cenário político, procuram uma forma de fugir de tais “obrigações sociais” que haviam assumido e cumprido para manter a paz. O resultado desses emaranhados político-econômicos é o desencadeamento de um processo de liberalização progressiva que traz de volta o livre mercado autorregulado. Um regresso nunca antes presenciado no âmbito histórico da economia política capitalista da modernidade (STREECK, 2013, p.26-27). Esse processo de liberalização, segundo Streeck:

[...] inclui, simultaneamente, uma técnica de controle, uma desresponsabilização do Estado e uma libertação do capital, não avançou senão a passo, sobretudo enquanto a recordação dos abalos de 1968 ainda esteve presente, e foi acompanhado por múltiplas disfunções políticas e econômicas, até atingir o seu momentâneo ponto alto na crise atual do sistema financeiro mundial e das finanças públicas. (STREECK, 2013, p.27).

2.1.2. A crise de legitimidade, a escalada neoliberal e a compra de tempo

Streeck irá argumentar que a Teoria da Crise de Legitimação, quando vista do lado do capital, apresenta três agentes. Estes são o Estado, o capital e os dependentes de salário. O sistema político-econômico precisa legitimar-se perante os dependentes de lucro (proprietários e gestores), de modo que só pode-se satisfazer as expectativas dos dependentes de salário quando as dos dependentes de lucro forem satisfeitas. Não obstante, pode haver uma crise de legitimidade do sistema por conta da insatisfação do capital, enquanto agente, frente a democracia. Empresas e empresários são vistos como maximizadores de lucro, logo não sendo descritos como criadores de bem-estar ou obedientes às políticas estatais. O capital é um agente coletivo, egoísta, interessado, estratégico, pouco previsível, fica insatisfeito e pode exprimir esta insatisfação, sendo seu interesse fundamental a maximização dos rendimentos provenientes do capital aplicado. Já no lado oposto encontram-se os dependentes de salário,

que não têm a disponibilidade de capital e possuem a força de trabalho, a qual vendem, e o seu valor como mercadoria independe do lucro que pode trazer. Por sua vez, procuram desempenhar o menor esforço possível para manter seus rendimentos (STREECK, 2013, p.27-28).

O conflito distributivo resulta da seguinte noção: para que os dependentes de lucro ganhem mais é necessário que o retorno dos dependentes de salário diminua. Nesse cenário da economia política, o crescimento e o pleno emprego irão depender de condições políticas, pois ambos os índices econômicos necessitam do investimento do detentor de capital, o qual não irá investir caso suas expectativas de lucro não sejam cumpridas (STREECK, 2013, p.28). Streeck (2013, p.28) afirma que “[a] ausência de crises econômicas representa satisfação, o surgimento das mesmas [...] insatisfação do capital”.

Segundo o autor, as crises capitalistas são resultado de crises de confiança do capital, portanto, crises de legitimação – sendo índices como desemprego e crescimento reduzido efeitos de uma causa ligada à agência do capital, ou seja, greves de investimento que perduram enquanto houver falta de confiança por parte dos agentes que detem o capital. Não se pode obrigar o investimento então, para superar a crise por meio de uma política econômica, faz-se necessário que haja uma negociação com os dependentes de lucro, com o objetivo de alcançar um equilíbrio entre o que esperam de rendimento e o que exigem da sociedade. Essa negociação deve levar em conta as expectativas dos dependentes de salário em termos de emprego e renda (STREECK, 2013, p.29).

Tal equilíbrio é considerado justo pelo capital para que continue a se esforçar na criação de bem-estar. No entanto, se o equilíbrio não for alcançado e as exigências e falta de segurança, por parte do capital, parecerem uma perturbação da economia aos assalariados, outra crise de legitimação pode moldar-se ao não satisfazer as condições que mantém essa classe em paz com o sistema, ou seja, a garantia de pleno emprego e crescimento (STREECK, 2013, p.29).

Segundo Streeck:

[...] o capitalismo pressupõe um contrato social no qual as expectativas recíprocas do capital e do trabalho, de dependentes do lucro e dependentes do salário estão estabelecidas de forma mais ou menos explícita, na forma de uma constituição econômica formal ou informal. O capitalismo [...] não é um estado natural, mas sim uma ordem social que, estando associada a determinado tempo, necessita de ser formada e legitimada: é concretizada em formas que variam conforme o lugar e ao longo da história, podendo, em princípio, ser sempre negociada de novo e estando permanentemente ameaçada de ruptura. (STREECK, 2013, p.29).

Com o fim da Segunda Guerra, o capitalismo estava na defensiva, logo teve de empenhar esforço para se legitimar socialmente não apenas frente a concorrência com outro

sistema, como também frente a classe trabalhadora, que se encontrava fortalecida após a guerra. Isso só se concretizou por conta das políticas keynesianas. Foi somente sob essas condições, que envolvem fins sociais previstos politicamente, que uma economia lucrativa dentro da democracia liberal em estabilidade, logo protegida contra o comunismo ou fascismo, materializou-se após a guerra. Nesse sentido, se dá o que a escola de Frankfurt irá chamar de fórmula da paz, mas houve supervisão estatal para que fosse cumprida, por meio da intervenção disciplinadora, planejadora e redistributiva do mercado, ao passo que garantia as bases para os “negócios do novo capitalismo” (STREECK, 2013, p.29-30).

Streeck resgata Kalecki para abordar o momento que o modelo keynesiano poderia fracassar por conta do capital e sua resistência. Segundo o autor, isso poderia acontecer caso o pleno emprego constante levasse os trabalhadores a se esquecerem da miséria do desemprego e se tornarem atrevidos. Logo, poderia haver um desmoronamento da disciplina no ambiente de trabalho e na política, esse era, em alguma medida, o cenário do fim da década de 1960. Ainda abordando Kalecki, o capital deveria estar interessado em uma taxa de desemprego estrutural que serviria como alerta para aqueles que tentassem exigir demais, mas o Estado, nesse cenário, deveria então abrir mão de meios keynesianas que visassem o pleno emprego (STREECK, 2013, p.29-30). Não obstante:

Os empregadores e alguns governos do capitalismo democrático encararam a onda mundial de greves selvagens em 1968 e 1969 como a consequência de uma fase demasiado longa de crescimento sem crises e de pleno emprego garantido e como a expressão da atitude crescentemente descomedida por parte dos trabalhadores que a prosperidade e o Estado-Providência tinham habitual mal. Os trabalhadores [...] acreditavam estar apenas a insistir naquilo que entendiam como o direito civil democrático a aumentos salariais periódicos e a uma melhoria constante da sua segurança social. A partir daí as expectativas do trabalho e do capital afastaram-se de tal maneira umas das outras que o regime pós-guerra do capitalismo democrático tinha, forçosamente, de entrar em crise. Na primeira metade dos anos 70, houve vagas de greves constantes, com os trabalhadores e sindicatos a insistirem nas suas reivindicações e o capital a considerar esgotada a sua margem para concessões. Em resposta a esta situação, o capital começou a preparar o seu abandono do contrato social do pós-guerra, libertando-se da sua passividade, recuperando a sua capacidade de ação e realização e fugindo à situação em que estava sujeito ao planeamento e à utilização pela política democrática. A vantagem para o capital estava no facto de, ao contrário dos trabalhadores e dos seus sindicatos, ter à sua disposição estratégias alternativas à continuação do capitalismo democrático que consistiam em retirar-lhe progressivamente a sua “confiança” e, com ela, os meios de investimento necessários para o seu funcionamento. (STREECK, 2013, p. 31).

Destarte, na década de 70, os dependentes de lucro iniciam uma luta para a reestruturação da economia política capitalista vigente. Com o efeito das greves de 1968, e com a publicação de livros com títulos como “A Política contra os Mercados” de Esping-Andersen, 1985, a classe detentora de capitais e os dirigentes da economia abandonam o regime político

econômico do pós-guerra, o qual, ironicamente, havia permitido que voltassem à posição de comando. Então inicia-se uma reação em cadeia que envolve empresas, indústrias, entre outros, que agora rumam ao objetivo da liberalização e expansão de mercado. Com a crise do petróleo de 1972, o último elemento que restava para a revolta definitiva do capital e da política econômica contra o modo de condução do pós-guerra havia se materializado. A confiança em um modelo de paz democrática e capitalista proveniente de um crescimento elevado permanente já não tinha mais força. Do lado da classe de dependentes de lucro e das empresas, deixar de lucrar findando manter o pleno emprego, assim como produzir e garantir emprego seguro com salários altos exigia demais (STREECK, 2013, p.31-32). Portanto, com a deterioração da confiança no Estado, haja vista os governos socialdemocratas, que não casam suas políticas com os anseios do capital, o que restou foi “fugir para o mercado”, ou seja:

[...] a libertação da economia capitalista dos controles burocrático-políticos e corporativistas dos anos da reconstrução e o restabelecimento de margens de lucro adequadas, através de mercados livres, bem como a desregulamentação, em vez da política estatal, associada ao risco de obrigações sociais. (STREECK, 2013, p.32).

A liberalização, entendida como redução da ação do Estado sobre a economia e a volta ao mercado como meio primário de alocação, fora bem-sucedida. De modo que já nos anos 80 os pontos centrais do ordenamento político-econômico do pós-guerra passam a ser denunciados, como políticas de emprego e participação por parte dos trabalhadores nas decisões no âmbito empresarial. Com a segunda crise do petróleo no fim da década de 70, ocorre uma grande marginalização dos sindicatos e diversas reformas começam a ganhar corpo, como as do mercado de trabalho e aquelas relativas ao estado de bem-estar social. O “Estado providência” do pós-guerra entra em revisão com o argumento da flexibilização das instituições, assim como “ativação” do potencial da mão de obra (STREECK, 2013, p.32).

Essa revisão é justificada, progressivamente, pela ampliação dos mercados para fora das fronteiras, ou seja, pela globalização. Em tais reformas estavam inclusos a diminuição dos direitos à proteção contra o despedimento, permissão do emprego mal remunerado, uma taxa alta de desemprego estrutural passa a ser aceitável, privatizações, diminuição do funcionalismo público e descentralização dos sindicatos, quando não exclusão, do processo de formação salarial. Portanto, com essas reformas, nasce um novo Estado-Providência, que se adapta paulatinamente ao mercado, sendo menos abrangente, de modo que a remercantilização e a promoção do emprego haviam sido obtidos por meio de cortes na subsistência social (STREECK, 2013, p.32).

Com a desregulamentação os mercados de bens, serviços e capitais também foram atingidos. Com a expansão mercantil e o aumento da pressão concorrencial os empregadores passam a piorar as condições de trabalho e salários, usando esse novo cenário mercadológico concorrencial como justificativa. Os mercados de capitais passam a controlar a empresa, de modo que a qualidade da gestão passa a ser avaliada segundo o critério do valor ao acionista (*shareholder value*). Em vários países, recomendações são dadas aos cidadãos para que deixem de atender a serviços públicos para dirigem-se a privados, como em casos de ensino e seguros, de modo que seria possível adquirir empréstimos para possibilitar o pagamento, logo, aumenta a desigualdade (STREECK, 2013, p.32-33).

O Estado capitalista, agora, abre mão da responsabilidade do pleno emprego, do crescimento, da segurança e coesão social entregando a segurança, em termos sociais, do povo nas mãos do mercado (STREECK, 2013, p.32-33). Com essa escalada do neoliberalismo, vê-se agora, nos termos de Dardot e Laval (2016), uma nova razão do mundo, voltada para a concorrência e autovalorização de si, como Streeck (2013, p.35), afirma, “[...] geração à qual foi ensinado, desde tenra idade, que o mundo é uma meritocracia e o mercado de trabalho um desafio desportivo, equivalente ao ciclismo de montanha ou à maratona”.

Com a década de 70, torna-se inaplicável a continuação da fórmula de paz capitalista que manteve o equilíbrio sistêmico durante a “Era de Ouro” do capitalismo. Haja vista que o crescimento da economia não se configurava mais como elevado ou permanente. Mas, como a racionalidade criada pelo imperativo do avanço econômico do pós-guerra ainda era muito forte, o pleno emprego era visto como elemento chave do contrato social do capitalismo de Bretton Woods, de modo que se instaura uma crise de legitimação, quando não econômica, da democracia parlamentar. Para resolver esse problema, recorreu-se ao primeiro processo de compra de tempo, os salários foram aumentados acima do nível de produtividade, o que acarreta, principalmente na segunda metade dos anos 70, uma elevada taxa de inflação à nível mundial (STREECK, 2013, p.35). Assim:

A política monetária inflacionista da década posterior à onda de greves de 1968 garantiu a paz social numa sociedade de consumo em rápido desenvolvimento, substituindo um crescimento econômico insuficiente e garantindo pleno emprego. Neste sentido, constituiu o equivalente a uma *reparação temporária* da fórmula de paz neocapitalista, que havia deixado de funcionar. O truque consistiu em reduzir o conflito iminente na distribuição entre trabalho e capital, introduzindo recursos adicionais, que, no entanto, só estavam disponíveis na forma de dinheiro e não – ou ainda não – como algo real. A inflação causou um aumento aparente, mas não real, do bolo a distribuir, mas isso, a curto prazo, não fez necessariamente diferença; criou a ilusão, tanto junto de trabalhadores como de empregadores [...] de um aumento da prosperidade que permitia um novo consumismo. (STREECK, 2013, p.35-36, grifo meu).

Nesse primeiro momento, buscava-se salvaguardar o novo modo político econômico neoliberal. Porém, pelo fato de todas as formas de compra de tempo serem “reparações temporárias”, a ilusão proporcionada pela inflação desaparece quando o valor do dinheiro sofre uma queda e leva os dependentes de lucro a frear investimentos, quando eles não fugiam para outras moedas. Essa forma de comprar tempo pela inflação findando acalmar o conflito distributivo, consiste em introduzir recursos na economia que não, ou ainda não, existem. Logo, os Estados que adotaram essa abordagem podem, também, recorrer à moeda fiduciária cuja quantidade pode ser determinada politicamente, mas com a estagflação (estagnação econômica e inflação elevada) dos anos 70, chega à termo o processo de substituição do crescimento real pelo nominal (STREECK, 2013, p.36).

Esse processo leva à famosa elevação drástica da taxa de juros, liderada pelos Estados Unidos e seu Federal Reserve, para voltar à estabilização, de modo que a inflação acaba rapidamente. Porém, com a adoção dessas medidas, por conta da deflação, a recessão e o desemprego se materializam em diversos países capitalistas, o que traz o retorno da questão de legitimação do capitalismo (STREECK, 2013, p.36). Portanto, anseia-se por, como Streeck (2013, p.36) explica, “[...] voltar a pacificar este problema com a ajuda do dinheiro que aparece por magia [...], iniciou-se ou prosseguiu-se um caminho que encontrou o seu ponto alto, até o momento, na atual crise financeira e fiscal a nível mundial”.

A segunda fase da compra de tempo é o endividamento público, característico dos anos 80, uma nova forma de realizar a legitimação capitalista. Mediante endividamento, um Estado passa a utilizar recursos financeiros que ainda não existem, que no caso estatal precisam ser criados por intermédio do trabalho dos cidadãos e recolhidos pelo Estado em forma de tributação, findando pacificar os conflitos sociais. Nesse momento, voltar-se ao sistema monetário não significa mais imprimir dinheiro, mas sim recorrer ao crédito privado e suas instituições que irão fazer o pré-financiamento da receita fiscal futura do Estado (STREECK, 2013, p.37). “Uma vez que o aumento dos impostos teria sido tão arriscado em termos políticos como uma redução ainda mais rápida do estado social, os governos encontraram salvação no endividamento.” (STREECK, 2013, p.38).

No entanto, a estratégia para fazer com que a paz capitalista prosseguisse começa a perder sua força já nos anos 90, por conta da preocupação governamental frente ao serviço da dívida e sua fatia cada vez maior dentro do orçamento estatal. Nesse momento os credores começam a desconfiar da verdadeira capacidade de pagamento dos estados. Os EUA tomam a dianteira mais uma vez e, nos anos Clinton, começam a equilibrar o orçamento estatal por meio

de cortes em áreas sociais, de modo que diversos países do ocidente seguem a mesma política. Entende-se, pois, que após duas décadas do distanciamento das práticas capitalistas do pós-guerra, o neoliberalismo ainda precisava do Estado, que lhe trazia uma “cobertura legitimadora” mediante recursos direcionados à diminuição de conflitos. Mas, com os cortes nas políticas sociais houve uma harmonização entre o que o neoliberalismo desejava e o “necessário” do lado político (STREECK, 2013, p.39-40).

A nova estratégia foi outra forma de injetar dinheiro antecipadamente, mas, dessa vez, através da liberalização dos mercados de capitais, o que leva ao aumento do endividamento privado, a terceira forma de comprar tempo, ou reforçar as promessas do capitalismo, iniciada na década de 90. O governo passa a ser permissível quanto ao endividamento privado, pois isso enche as lacunas da diminuição dos salários e dos cortes nas políticas sociais (STREECK, 2013, p.39-40). Streeck (2013, p.40) mostra que essa troca de endividamento do setor público pelo privado “ [...] teve a cobertura política de uma nova teoria dos mercados de capitais, segundo a qual estes se regulam a si próprios [...] uma vez que os participantes nos mesmos dispõem [...] de todas as informações necessárias para evitar o surgimento de desequilíbrios sistêmicos”.

Portanto, não há necessidade da regulação estatal no âmbito dos mercados de capitais, segundo essa teoria, logo não era tão absurdo, tendo isso em mente, promover a privatização dos serviços públicos que interessavam a população, pois poderiam fazer empréstimos para pagar por esses serviços. Com esse processo de privatização, as funções do Estado capitalista do pós-guerra teriam se extinguido, tal como o papel no crescimento econômico e o abandono da proteção social, as quais nunca deixaram o capital seguro, de modo a entregar essas responsabilidades na mão do mercado e daqueles que participam dele, por serem vistos como atores racionais (STREECK, 2013, p.40). Destarte, “[...] a lógica da reforma neoliberal teria chegado ao seu fim. ” (STREECK, 2013, p.40). Fim este que casa com as ideias de Dardot e Laval, agora que que todas as esferas da vida estão condicionadas à lógica mercantil, por meio do avanço do neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016).

Todavia, essa perspectiva não se revela como de fato verdadeira, pois, a crise tripla, descrita anteriormente, é o resultado do desmoronamento do endividamento que tinha como base as promessas de um capitalismo voltado para o crescimento que já não existia. Pelo menos não para a grande maioria da população da qual o capitalismo necessita que coopere. Logo, a liberalização também chega em um momento de inflexão. Com o colapso mais que provável dos bancos à nível mundial em 2008, o Estado precisa retomar a economia levando à perda de anos de consolidação orçamentária, privatização e desregulamentação, feita em um espaço de risco político elevado. Os governos ainda limpam os escombros deixados pela crise de 2008,

procurando o restabelecimento da ordem em algum sentido. Com o salvamento dos bancos privados por parte do Estado, se torna difícil identificar o que é dinheiro público e o que é privado, de modo que Streeck argumenta ser quase impossível diferenciar o que é Estado ou mercado, assim como se foi o Estado que nacionalizou os bancos ou os bancos que acabaram privatizando o Estado (STREECK, 2013, p.40-41).

Por fim, em resumo, percebe-se que houveram três formas consecutivas de compra de tempo que ajudaram a difundir a ilusão de crescimento e prosperidade: a inflação, o endividamento público e o endividamento privado, que serviram como remédios de curto prazo, até passarem a ser mais um estorvo para a acumulação capitalista do que um trunfo, logo sendo abandonados. Ao passo que uma nova forma de compra de tempo se instaurava, a população, que permitia a continuidade da liberalização, perdia mais direitos sociais (STREECK, 2013, p.44). Assim:

“[...] o fim da inflação foi acompanhado por um enfraquecimento secular dos sindicatos, pelo fim da sua capacidade de greve e pelo início de um desemprego estrutural de longa duração [...]; a consolidação das finanças públicas nos anos 90 foi acompanhada por cortes profundos em direitos sociais, pela privatização dos serviços públicos e por diversas formas de comercialização dos serviços de interesse geral, tendo sido os partidos políticos e os governos, enquanto garantes da segurança social, substituídos pelas companhias de seguros privadas; e o fim do “capitalismo à crédito” [...] foi acompanhado por uma perda de poupanças e de rendimentos de capital planeados cuja extensão não se consegue prever [...] assim como pelo desemprego, o subemprego e outros cortes nas prestações estatais [...]. (STREECK, 2013, p.44-45).

2.1.3. O corte democrático promovido pela liberalização

Com o processo de liberalização, o âmbito do conflito distributivo entre dependentes de salário e dependentes de lucro se distancia da possibilidade de intervenção pelo povo, de modo que, até nisso, seja possível ver uma degradação gradual conforme o neoliberalismo avança. Haja vista que a arena desse conflito sai das empresas, tratando de acordos salariais, para o ambiente mais amplo da votação em eleições, então passa aos mercados privados e finalmente para “uma diplomacia financeira internacional”. Esta encontra-se muito longe do dia-a-dia dos cidadãos e não os dá possibilidades plausíveis de serem ouvidos quanto ao modo como querem que suas vidas sejam guiadas. Essa diplomacia possui objetivos que estão em segredo para o povo em geral e talvez até mesmo para os que se ligam diretamente a ela (STREECK, 2013, p.45).

Se o caminho desdemocratizante que vem sendo seguido há quatro décadas continuar, o capitalismo tentará se libertar definitivamente da democracia, vista como democracia de massa, ou seja, democracia que recebe influência direta da vontade do povo e configurou-se

durante os anos do capitalismo democrático. Outras formas de comprar tempo para suportar crises de legitimação parecem esgotadas para o autor no momento da escrita desta edição, porém em uma edição posterior ele tratará da nova forma de compra de tempo, por meio dos bancos centrais que ajudam os bancos privados e os Estados no *management* da dívida e, portanto, na gestão da crise (STREECK, 2013, p.45); (STREECK, 2018). “Se não voltar a surgir um milagre de crescimento, o capitalismo do futuro ver-se-á obrigado a viver sem a fórmula de paz de um consumismo financiado a crédito.” (STREECK, 2013, p.45).

Finalmente, a gestão corrente da crise visa alcançar a seguinte utopia: “concluir politicamente a despolitização da economia política”. A qual está sobre Estados reorganizados, agora, sob o controle da supracitada diplomacia governamental e financeira internacional. Esta que se distancia totalmente da interferência democrática, em um âmbito de cidadãos que sofreram uma reeducação por anos e aprenderam que o resultado da distribuição do mercado livre é justo, ou que não há alternativa quanto a isso (STREECK, 2013, p.45).

Portanto, o indivíduo torna-se refém do sistema, pois ou o aceita, ou pensa que não existe outra saída, logo cria-se uma racionalidade de aprisionamento ao mercado e supressão da possibilidade de interferências democráticas. O Estado abandona seu papel de mantenedor do bem-estar geral e busca satisfazer o bem-estar do mercado acima do da sua população, por conta da lógica neoliberal, e da questão da autorregulação dos mercados. A qual alocaria os elementos econômicos de uma sociedade autonomamente, e por conta da dependência que o Estado possui agora frente ao capital que se libertou das amarras do pós-guerra e o subjuguou, devendo ele legitimar-se através da compra de tempo.

2.1.4. O neoliberalismo contra a democracia, a justiça de mercado e a justiça social

A ascensão do neoliberalismo traz uma ligação direta com o crescimento da dívida pública e a superação do capitalismo do pós-guerra por esse novo modelo interliga-se com a diminuição do poder político da democracia de massas. O que evidencia claramente a vitória do modelo neoliberal é o aumento da desigualdade de renda. Há uma mudança na lógica do trabalho que passa a exigir mais dos dependentes de salário e piora as condições do trabalho dessa classe. Enquanto os dependentes de lucro mantêm o aumento constante de seus retornos, não ocorre o mesmo aos funcionários da empresa capitalista (STREECK, 2013, p.54-57).

Há uma diminuição constante da participação do povo em eleições que aumenta a cada ano, verificando-se um maior número de dissidentes entre as partes da sociedade que mais necessitam de políticas sociais e de redistribuição. Essa tendência é observável no período do avanço neoliberal. As regiões mais desfavorecidas são aquelas que menos votam, de modo que,

pelo exemplo da Alemanha dado por Streeck, os partidos desistem de realizar campanhas eleitorais nesses locais por conta da menor probabilidade de votos, causando uma diminuição da participação eleitoral dessas camadas ainda mais expressiva e redirecionando os programas político-partidários para o centro (STREECK, 2013, p.54-57). Assim:

Tudo indica que a diminuição de participação eleitoral nas democracias capitalistas não se pode explicar com a satisfação, mas sim com a resignação: os perdedores da viragem neoliberal, sobretudo, já não veem o que possam esperar de uma mudança de partido no governo. A política TINA da “globalização” – There Is No Alternative – há muito que bateu no fundo da sociedade: as eleições deixaram de fazer diferença, sobretudo aos olhos daqueles que necessitariam de diferenças políticas. Quanto menos esperança estes depositam em eleições, tanto menos perturbações resultantes de intervenção política têm de reechar aqueles que se podem dar ao luxo de depositar a sua esperança nos mercados. *A resignação política das camadas desfavorecidas protege o capitalismo contra a democracia e estabiliza a viragem neoliberal que lhe dá origem.* (STREECK, 2013, p.58, grifo meu).

O trecho acima é fundamental para entender o que tenta mostrar Streeck, o estrago causado na democracia pelo neoliberalismo. As massas que perdem partes elementares de seus direitos, principalmente no sentido de políticas sociais, com a viragem neoliberal, não veem mudanças significativas através do exercício de seu poder democrático. O que acaba liberando espaço para que os políticos avancem ainda mais as políticas de liberalização econômica em consonância com os interesses da classe dependente de lucro. Com essa resignação, aqueles que mais precisam não participam e ainda ajudam o capitalismo contra a democracia, além de cooperarem para que o neoliberalismo se consolide.

Para o bom funcionamento do neoliberalismo é necessário um Estado forte, capaz de travar demandas sociais e de sindicatos que visam a interferência no “livre jogo das forças do mercado”. Além disso, o neoliberalismo não é compatível com a democracia, aqui definida por Streeck (2013, p.58), como “[...] um regime que intervém, em nome dos seus cidadãos e através do poder público, na distribuição dos bens econômicos resultante do funcionamento do mercado”. O que está de fato em questão é a tensão fundamental e antiga entre capitalismo e democracia. No pós-guerra, por meio da economia política, foram institucionalizados princípios de distribuição que concorrem entre si, sendo nomeados pelo autor de justiça de mercado e justiça social. A justiça de mercado é definida como a distribuição da produção pela avaliação mercadológica do desempenho individual, sendo que a “produtividade-limite”, definida como o valor da última unidade produzida dentro da condição concorrencial, é o critério de remuneração, ou seja, de pagamento e distribuição de ganhos ou retornos (STREECK, 2013, p.58-60).

Já a justiça social é fundamentalmente oposta, sendo dirigida por normas culturais e se baseando no direito do Estado. Essa forma de justiça distributiva baseia-se em concepções de honestidade do coletivo, assim como equidade e reciprocidade. Além de conceder o direito de ter-se o mínimo necessário para viver, não levando em conta o desempenho econômico e reconhecendo direitos humanos e cívicos como o direito à saúde, à organização em sindicatos, à segurança em termos sociais, à participação na vida da coletividade, entre outros. Portanto, nota-se que são duas formas de justiça distributiva contrárias, pois a mercadológica vê que o mercado deve decidir o que é justo em seus próprios termos e traduzir isso em preço, enquanto a social entende que o que é socialmente justo é decidido na ponderação do poder e da mobilização, que são características de processos políticos e se traduzem em instituições, sejam elas formais ou informais (STREECK, 2013, p.58-60).

Portanto, entende-se que, se a política segue a justiça social, o mercado passará por problemas de funcionamento, enquanto, do ponto de vista dessa justiça distributiva, a luta de classes em termos democráticos leva à correção de problemas dentro de um sistema desigual de contratos entre as duas classes. Logo, vantagens cumulativas acabam sendo produzidas em um processo incessante, em que a classe dependente de lucro aumenta seu patrimônio cada vez mais e sua contraparte prossegue na perda. Do ponto de vista do capitalismo, o cenário ideal seria a ideia hayekiana de mercado sem abrir mão de nada em favor do social, no entanto essas concepções precisam ser toleradas até o momento em que os “perdedores” do mercado ainda possam sair do jogo. Quando o capital acredita que alguma política social interfere demasiadamente no mercado ele responde esse movimento com crises, as quais surgem quando os proprietários dos meios de produção entendem que não terão o retorno desejado, sua confiança cai, o investimento é detido e o capital deslocado, o que acaba acarretando em baixo crescimento e desemprego (STREECK, 2013, p.60). Destarte, Streeck afirma:

A assimetria fundamental da economia política capitalista consiste no facto de as reivindicações de remuneração do “capital” serem consideradas condições empíricas de funcionamento de todo o sistema capitalista, enquanto as correspondentes reivindicações do “trabalho” são consideradas fatores de perturbação. (STREECK, 2013, p.60-61).

A libertação da justiça de mercado da justiça social volta ao palco, ao passo que se esgotam os meios de simulação da justiça social por meio da compra de tempo, ou seja, o processo de injetar dinheiro fictício no conflito distributivo. Além disso, existe uma forma de trazer imunidade para a justiça de mercado frente a democracia, que seria a “reeducação

neoliberal” por meio da doutrinação pública constante, através da teoria da economia convencional (STREECK, 2013, p.61-62).

Para que as tensões entre capitalismo e democracia entrem em termo, e o “primado do mercado sobre a política” seja estabelecido de forma duradoura, é necessário que os Estados executem reformas em suas instituições políticas e econômicas. Por meio da transição de sua política econômica, que se baseará em regras que findam bancos centrais independentes e política orçamental que não sofra pressão do resultado das eleições. Isso seria feito não apenas com a passagem de poder, dos rumos políticos e econômicos do Estado, para as mãos de outras autoridades reguladoras, como também por meio de freios à aquisição de mais dívidas. Além disso, o Estado deve se formar de modo a confiança das classes proprietárias do capital sempre repousar sobre ele, logo mantendo a garantia de não intervenção, só justificável para que a justiça de mercado seja defendida (STREECK, 2013, p.61-62).

Para que isso seja possível, a democracia deve ser eliminada como democracia social e a liberalização deve ser concluída nos termos de tornar o capitalismo imune a intervenções vindas da democracia de massas. A justiça social é denunciada como política, no sentido de corrupta ou contaminada, enquanto a justiça de mercado, entendida como neutra e universalista, dirige-se fora da política. Falar que algo foi decidido politicamente acabou ganhando o entendimento popular de que aquilo que fora decidido favoreceu alguma parte (STREECK, 2013, p.61-62). “ Os mercados – de acordo com a suposição promovida [...] pelas relações públicas capitalistas – distribuem segundo regras universais, enquanto a política, pelo contrário, distribui segundo o poder e as relações. ” (STREECK, 2013, p.62).

Streeck possui uma visão crítica frente a lógica da primazia da justiça de mercado, o autor argumenta que esse tipo de justiça ignora a posição inicial dos participantes do mercado, que é desigual, quando empreendem avaliações de desempenho e atribuição de salários. De modo que essa justiça acha mais fácil ignorar isso do que políticas redistributivas que envolvem processos políticos de discussão e implementação. Outro ponto criticado pelo autor é que as decisões tomadas por instituições ou agentes com poder decisório no âmbito político possuem alguém para responsabilizar. Mas, aquelas “tomadas” pelo mercado não são da responsabilidade de ninguém, não possuem interferência humana, devendo ser aceitas como algo do destino proveniente de um “sentido superior”, que somente peritos têm acesso (STREECK, 2013, p.62).

Streeck evidencia, ainda, quais foram os fracassos da democracia nos anos de liberalização. Para ele, a democracia fracassou quando não reconheceu a contrarrevolução que ia no sentido contrário do capitalismo social do pós-guerra, além de não se opor a ela. Também

ao abrir mão de regulamentar o crescente setor financeiro, em um momento de aparente prosperidade na década de 90. Fracassou quando não tributou os maiores beneficiários do crescimento para que pagassem pelo custo social gerado por seus lucros. Também obteve fracasso ao tolerar a crescente desigualdade e a incentivar, através de reformas nos âmbitos fiscais e sociais, em nome do crescimento econômico. Falhou quando contribuiu para que o Estado endividado fosse criado, haja vista que não conseguiu tornar estável a participação política das camadas sociais mais baixas, as quais não teriam interesse na redução da carga tributária sobre os mais ricos, logo, buscariam impedi-la. Assim, o eleitorado sofre uma mudança de composição voltada para as classes mais abastadas, tornando cada vez menos possível que impostos sobre a classe de dependentes de lucro sejam aumentados (STREECK, 2013, p.70).

Além disso, com a mobilidade nunca antes vista do capital e a dependência dos Estados frente a confiança que precisam causar em investidores, mesmo que a liberalização possuísse o objetivo de criar um caminho comum para a prosperidade geral, fora ignorado que a compatibilidade entre capitalismo e democracia é limitada, funcionando de forma satisfatória quando o governo implementa uma regulamentação firme. Portanto, o fracasso da democracia em âmbito estrutural associa-se com o fracasso em âmbito ideológico, e a crise de 2008 é vista pelo autor como resultado desse processo (STREECK, 2013, p.70).

Streeck propõe um modelo do Estado endividado como “mandatário e destinatário” de dois “povos”, o povo do mercado (os mercados) e o povo do Estado (os cidadãos). Estes são dois grupos conflituosos que o Estado serve como intermediário, ou seja, o Estado deve buscar responder ambos mesmo que sejam incompatíveis. Diferenciando esses dois povos, ele afirma que o povo do Estado está alocado dentro da soberania de um Estado-nação em que possui seus direitos inalienáveis, como a proclamação de suas vontades através da participação em eleições e entre elas podendo influenciar nas decisões tomadas pelos representantes eleitos. Em troca disso, o povo do Estado deve lealdade ao mesmo por meio da tributação, que fica à cargo das autoridades como utilizar (STREECK, 2013, p.70).

A lealdade poderia ser uma contrapartida do lado dos cidadãos por conta da contribuição do Estado em garantir serviços que servem ao interesse geral, como, com base na democracia liberal, a garantia dos direitos de caráter social. No entanto, quando o Estado passa a depender da confiança de credores, para além dos tributos de sua população, o povo do mercado entra em ação (STREECK, 2013, p.73-74). “O Estado endividado pode esperar lealdade do seu povo, enquanto dever cívico, enquanto no que diz respeito ao povo do mercado tem de procurar

conquistar a sua “confiança”, pagando devidamente as suas dívidas e provando que poderá e quererá fazê-lo também no futuro.” (STREECK, 2013, p.74-75).

Com a presença dessas duas classes conflitantes, o Estado democrático terá que promover um malabarismo de ações buscando satisfazer ambos os “povos” para evitar que neguem sua lealdade e confiança. Sendo assim, deve equilibrar o domínio exercido por cada um dos agentes, pois, caso uma parte veja que está sendo menos beneficiada do que a outra, uma crise pode surgir com o povo que vê seus interesses em segundo plano. O Estado endividado só tem a possibilidade de continuar a cooperação com os credores caso o povo do Estado colabore com ele e não se crie uma imagem de que o Estado não passa de um braço daqueles, pois isso poderia levar à uma recusa de obediência por parte desses (STREECK, 2013, p.75).

Não obstante, o Estado só consegue afirmar sua legitimidade perante seu povo e contribuintes caso os credores financiem suas dívidas em condições que são aceitáveis para o Estado e seu povo. Mas, caso o Estado vá de encontro demasiadamente aos interesses de seu povo, escanteando os credores, a sua legitimidade pode ser minada, pois irão faltar recursos para pagar o serviço da dívida. A forma como o Estado se orientará em direção a um dos povos dependerá do poder relativo de cada um que, por sua vez, depende do risco e da gravidade que retirar a confiança (mercados) ou lealdade (povo) pode acarretar para o Estado (STREECK, 2013, p.75).

Em seguida, Streeck faz um apanhado geral da política do Estado endividado e os interesses presentes nele, resumindo essas observações em 7 pontos. Primeiro, o aumento do endividamento à longa prazo das democracias mina sua soberania por colocar a ação política dos governos sob a disciplina dos mercados. Essa restrição à soberania, por parte do mercado é o mesmo que restringir o poder democrático de escolha do povo do Estado e aumentar o poder do povo do mercado, que passa a ser essencial para o financiamento estatal, levando em conta a vantagem que os mercados financeiros têm sobre a população nacional por estarem globalmente integrados. O segundo ponto da política do Estado endividado é relativo aos credores, estes possuem o objetivo de garantir que, caso ocorra alguma crise, seus interesses serão priorizados, logo o pagamento de juros ser prioridade frente aos direitos do povo e os serviços de interesse geral (STREECK, 2013, p.76-78).

A forma de conseguir isso seria por meio da criação de instrumentos que acabam diminuindo a soberania do povo e do governo frente a suas próprias finanças. A questão está ligada ao direito de insolvência, logo a pergunta que se faz é quem é priorizado caso ocorra a falência, assim sendo, para os credores, deve ser garantido que o corte seja feito às custas da

política social, como o dinheiro transferido para os pensionistas e os seguros de saúde dos cidadãos. Logo, o Estado deveria praticar sua soberania apenas sobre o povo do Estado, não a aplicando aos mercados (STREECK, 2013, p.76-78).

O terceiro ponto é que ao buscar a confiança dos mercados o Estado precisa comprovar que busca cumprir suas obrigações tanto em termos do direito civil, quanto em termos de obrigações provenientes de contratos. De modo que, quando está em um momento de crise, para conseguir criar tal confiança, medidas austeras devem ser impostas não contra o mercado, mas sim contra a população. Assim, criando meios de diminuir gastos que possam se garantir permanentemente, pois enquanto o eleitorado possuir o poder de mudar o governo de um que serve o mercado e seus interesses para outro que não age da mesma forma, o povo do mercado não tem garantias sólidas da manutenção da primazia de seus interesses. Haja vista que a simples existência de uma oposição não tão alinhada ao mercado, e que possua a probabilidade de governar no futuro, faz-se suficiente para que este perca sua confiança em um determinado país (STREECK, 2013, p.76-78). “Por isso, o melhor Estado endividado é um Estado com uma grande coligação, pelo menos na política financeira e fiscal, assim como com técnicas comprovadas na exclusão de posições divergentes da casa comum da constituição nacional”. (STREECK, 2013, p.78).

O quarto ponto da política do Estado endividado descrita por Streeck, diz respeito aos cortes em grande escala nas despesas relativas ao povo do Estado e como podem prejudicar o crescimento nacional da economia. Isso, paradoxalmente, é um grave problema para o mercado, pois, com o crescimento, o endividamento diminui e os juros da dívida conseguem ser supridos. No entanto, com a estagnação econômica, o risco de insolvência aumenta, o que se coloca ao Estado é a árdua missão de conciliar austeridade e crescimento. O quinto ponto é um problema que advém do pertencimento do povo do mercado à um Estado, tornando-os também povo do Estado que possuem interesses sobre, além do serviço da dívida, os serviços de interesse geral. Logo, surge a questão de entender o que prejudicaria mais esse grupo, uma abordagem voltada para o Estado (o que afetaria as poupanças que se apresentam em forma de investimento) ou para o mercado (por meio de cortes nas políticas sociais para impedir que suas obrigações com o mercado não se cumpram) (STREECK, 2013, p.78-79).

Por seu caráter duplo, tanto a política de austeridade, que protege o capital, quanto uma política que a recusa e protege o Estado social, poderia conquistar esse grupo intermediário, o qual se posiciona sobre interesses divergentes e contrários. No sexto ponto, o autor relata que se sabe pouco sobre as relações de poder entre os dois povos e como essa relação tem influência sobre a negociação e seus termos entre ambos. O povo do mercado, com sua integração

transfronteiriça, possui a opção de buscar uma coordenação entre os mercados para fazer pressão contra um Estado em que o governo, ou povo, não está seguindo conforme seus interesses. Enquanto os Estados podem impor contra os credores uma diminuição de sua dívida ou até cortar seu serviço, sendo este o maior medo dos credores, mas os países só recorrerão a isso como última alternativa, por ser uma medida prejudicial à solvência do Estado (STREECK, 2013, p.78-79). Logo:

[...] o desendividamento unilateral constitui uma arma perigosa dos Estados devedores para defender os direitos dos seus cidadãos à prestação pública de serviços de interesse geral. Enquanto existir esta arma e enquanto a possibilidade da sua utilização representar uma ameaça credível, os credores de um Estado endividado podem ter razões para ser comedidos na defesa dos seus interesses. (STREECK, 2013, p.79).

Por fim, o sétimo ponto da política do Estado endividado, desenvolvido por Streeck, diz respeito ao fato de que os mercados podem recorrer à “comunidade dos Estados” e às organizações internacionais para que seus direitos em relação ao Estado endividado sejam garantidos. Podem fazê-lo por meio de suas vantagens organizacionais, pois os Estados mesmo fazendo parte de um mercado global ainda são baseados em nações. Um Estado que esteja em risco pode ser isolado, sendo pressionado não apenas por seus credores como também por outros Estados, não esquecendo das organizações internacionais, a pagar os credores, mesmo que isso signifique que suas obrigações perante o povo não sejam cumpridas. Portanto, vê-se a derrota do povo e da democracia pelo mercado, percebe-se como uma diplomacia financeira internacional longe da intervenção democrática do povo se forma (STREECK, 2013, p.79).

Sobre essa diplomacia financeira internacional, entende-se que a política do Estado endividado se torna cada vez mais difícil de ser controlada pela democracia, pois é concretizada como política internacional, a referida diplomacia financeira. Com a governança internacional tendo ficado a cargo de supervisionar e regulamentar os orçamentos nacionais, há uma ameaça de que a luta entre democracia e capitalismo penda para o lado do último, haja vista a “[...] expropriação dos meios políticos de produção dos povos dos Estados. [...] o respeito pelo direito à soberania estatal fica a depender do bom comportamento de um país em relação aos mercados financeiros globais e às organizações internacionais [...]”. (STREECK, 2013, p.80).

Finalmente, Streeck irá, na conclusão do livro, falar da forma nascente de legitimação do capitalismo no âmbito dos bancos centrais. Segundo ele, o dinheiro que resta para a compra de tempo é o dinheiro virtual de tais bancos. Enquanto isso, a autoridade de maior importância do capitalismo, que é definido como não mais democrático, passa a ser a dos presidentes de bancos centrais. A última inovação, no caso em 2012, seria a compra de títulos da dívida de

Estados endividados por meio do dinheiro dos bancos centrais. Porém, Streeck duvida que esse novo modo, de compra de tempo, possa sustentar a suspensão da crise de legitimação capitalista por muito tempo. Diversos fatores fazem com que se chegue ao entendimento de que o tempo resultante dessa transação não seja longo, pois quando se utiliza o dinheiro do banco central ilimitadamente para gerar legitimidade frente às dívidas, o risco, para o Estado, dessa abordagem falhar continua a existir, além da possibilidade do banco central se tornar um grande banco ruim ornamentado com uma máquina de imprimir dinheiro (STREECK, 2013, p.138-139). Streeck defende que:

Se queremos evitar que a gestão da crise seja o prelúdio de uma nova crise e que o tempo após a crise seja um tempo antes da próxima crise, é necessário um impulso ao crescimento que, na situação política atual, só poderia verificar-se sob um signo neoliberal, nomeadamente, como resultado de “reformas” na linha de fuga da reestruturação do Estado das últimas décadas. (STREECK, 2013, p.140).

No entanto, se um novo crescimento econômico de fato ocorresse, para que fosse apaziguador deveria se diferenciar qualitativa e quantitativamente do crescimento das últimas três décadas (em relação à contemporaneidade do autor). Um crescimento que pudesse estabilizar o capitalismo democrático deveria ser bem superior ao das últimas décadas, algo que não se vê concretamente acontecer. O capitalismo do Estado de consolidação, que é a sua forma mais recente, não consegue criar uma ilusão de crescimento em harmonia com a justiça social (STREECK, 2013, p.141, 143). Logo:

Se democracia significa que a justiça social não pode ser absorvida pela justiça de mercado, então, o objetivo primordial, em termos de política democrática, deveria consistir em arrear caminho em relação às destruições institucionais causadas por quatro décadas de progresso neoliberal, defendendo e restaurando da melhor maneira possível os restos das instituições políticas que poderiam permitir modificar ou até substituir a justiça de mercado pela justiça social. Só neste contexto material é que faria, hoje, sequer, sentido falar de democracia, porque só assim se evitaria o perigo de as pessoas se contentarem com a “democratização” de instituições que não podem decidir nada. Hoje, a democratização teria de significar criação de instituições que permitam voltar a submeter os mercados ao controle social: mercados de trabalho que deixam espaço para a vida social, mercados de bens que não destroem a natureza, mercados de crédito que não levam à produção em massa de promessas que não podem ser cumpridas. (STREECK, 2013, p.143-144).

2.2. A nova razão do mundo

Pierre Dardot e Christian Laval em sua obra *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (2016), trazem conceitos extremamente pertinentes sobre a razão que guia não só os indivíduos, como também o próprio Estado dentro do neoliberalismo. Dardot e Laval

partem das ideias de Foucault para empreender suas análises sobre a sociedade neoliberal e para isso recorrem a um de seus conceitos mais fundamentais, o de governamentalidade, definido como “[...] as múltiplas formas dessa atividade pela qual homens, que podem ou não pertencer a um governo, buscam conduzir a conduta de outros homens, isto é, governá-los”. E, parafraseando Foucault, a governamentalidade pode ser definida como o encontro entre as técnicas de dominação sobre as pessoas e as técnicas de dominação de si mesmo (DARDOT; LAVAL, 2016, p.18). Partindo desse princípio, os autores irão analisar a nova razão do mundo, como ela afeta até o mais íntimo das relações humanas e a forma como os governos nacionais se organizam, uma razão baseada na concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016).

2.2.1. O liberalismo e o neoliberalismo

Antes de entrar nas características próprias dessa nova razão, vale destacar alguns pontos relativos ao neoliberalismo. Segundo Dardot e Laval (2016, p.17), “[o] neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio da concorrência”. Este não é a simples continuação do modelo anterior do liberalismo, mas, pelo contrário, verifica-se uma ruptura com aquele que se baseava grandemente no pressuposto dos mercados regidos por si mesmos, não necessitando de interferência estatal para que seus desequilíbrios fossem ajustados (DARDOT; LAVAL, 2016, p.32-33). O neoliberalismo é o resultado, em parte, de ideias e debates ocorridos na década de 1930, durante a crise que se verificou naqueles anos. Assim:

[...] o neoliberalismo introduziu uma distância, ou até um claro rompimento, em relação à versão dogmática do liberalismo que se impôs no século XIX. A gravidade da crise desse dogmatismo forçava uma revisão explícita e assumida do velho *laissez-faire*. Combater o socialismo e todas as versões do "totalitarismo" exigia um trabalho de refundação das bases intelectuais do liberalismo. É nessa conjuntura de crise econômica, política e doutrinal que se opera uma refundação "neoliberal" da doutrina que também não conduz a uma doutrina completamente unificada. Duas grandes correntes vão se esboçar a partir do Colóquio Walter Lippmann³, em 1938: a corrente do ordoliberalismo alemão, representada sobretudo por Walter Eucken e Wilhelm Réipke, e a corrente austro-americana, representada por Ludwig von Mises e Friedrich A. Hayek. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.33).

No entanto, o neoliberalismo que se desenvolve nas décadas de 1980 e 1990 não é apenas a aplicação das teorias desenvolvidas na década de 30, alguns elementos foram filtrados de acordo com seu valor tanto operatório quanto estratégico em situação histórica específica.

³ O colóquio Walter Lippman se trata de um movimento de debate, ocorrido em Paris em 1938, que buscava trazer soluções para a crise do liberalismo clássico. (DARDOT; LAVAL, 2016).

Assim sendo, o neoliberalismo é um emaranhado de processos diferentes que o gestam no efeito global em que se configura a implantação dessa nova racionalidade (DARDOT; LAVAL, 2016, p.33-34). Portanto:

O neoliberalismo [...] não é o herdeiro natural do primeiro liberalismo, assim como não é seu extravio nem sua traição. Não retoma a questão dos limites do governo do ponto em que ficou. O neoliberalismo não se pergunta mais sobre que tipo de limite dar ao governo político, ao mercado [...], aos direitos [...] ou ao cálculo da utilidade [...], mas, sim, sobre como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como o do governo de si [...]. Considerado uma *racionalidade* governamental, e não uma doutrina mais ou menos heteróclita, o neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade [...]. É essa coerência prática e normativa, mais do que a das fontes históricas e das teorias de referência, que fundamenta nosso argumento. Este último, esclarecendo a forma como se impõe e funciona em todos os níveis um certo sistema de normas, não tem outro objetivo além de contribuir para a renovação do pensamento crítico e a reinvenção das formas de luta. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.34, grifo dos autores).

A grande inflexão trazida pela corrente austro-americana, fundida com o discurso neoschumpeteriano, diz respeito a ideia de empreendedor por si mesmo e de si mesmo (DARDOT; LAVAL, 2016, p.155). Além disso, algumas ideias de Von Mises explicitam a sua influência no neoliberalismo que havia de nascer. O autor, pertencente à corrente austro-americana, citado por Dardot e Laval (2016, p.142), afirma que a razão pela qual a economia de mercado funciona sem que o Estado ordene a todos o que fazer e como, deve-se ao fato da economia não incentivar que os agentes se distanciem das linhas de ação que sejam mais favoráveis a seus interesses. Logo, o que une os indivíduos no sistema social de produção é a busca de seus interesses individualistas. Portanto, ao seguir sua avidez, cada ator do sistema contribui para a melhor organização possível das formas de produzir. Além disso, afirma que dentro da esfera privada não existe nenhum movimento antagônico entre o interesse geral e o individual.

Ao tratar da contribuição de Hayek, percebe-se que o autor possui uma posição muito firme em relação ao direito privado:

[...] Hayek teve o mérito da franqueza quando declarou a um jornal chileno durante a ditadura de Pinochet, mais exatamente em 1981: "Minha preferência pende a favor de uma ditadura liberal, não a um governo democrático em que não haja nenhum liberalismo". Essa crítica à "soberania popular" e à "democracia ilimitada" está ligada a uma preocupação fundamental: trata-se, em última análise, de isentar as regras do direito privado (o da propriedade e da troca comercial) de qualquer espécie de controle exercido por uma "vontade coletiva". (DARDOT; LAVAL, 2016, p.184).

Além disso, fica explícito que suas ideias foram muito influentes, haja vista que muitas de suas propostas no âmbito político, como a luta contra a coerção dos sindicatos, influenciam diretamente Reagan nos EUA e Thatcher no Reino Unido, principais líderes a dar o pontapé inicial para a virada neoliberal a nível global. Tratando de sua influência sobre a instauração da nova razão-mundo neoliberal, Hayek da amplitude a temas prévios estabelecidos por Rougier e Lippmann⁴ deixando em destaque como as regras jurídicas e a presença de um Estado forte liberal são importantes. Deve-se a ele uma maior profundidade à noção de Estado como guardião do direito privado, ao ponto de exigir a aplicação de tal direito ao governo (DARDOT; LAVAL, 2016, p.184-185).

Com o neoliberalismo não se busca uma separação total do Estado de modo a não intervir de forma alguma no mercado. Rejeita-se a passividade estatal e admite-se que a intervenção é necessária, no entanto é contrário a qualquer ação que acabe por entravar a concorrência no âmbito dos interesses privados. A intervenção não deve limitar os mercados mediante correções ou compensações do próprio Estado e sim “[...] desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado. [...] produzir as condições ótimas para que o jogo de rivalidade satisfaça o interesse coletivo”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.69). O neoliberalismo faz a combinação entre a intervenção da esfera pública reabilitada e um entendimento do mercado com seu centro na concorrência, além de tornar a concorrência como o centro da vida da sociedade, e do indivíduo, e reconhecer a ordem de mercado, não como algo dado naturalmente, mas como o resultado artificial da história e da construção política (DARDOT; LAVAL, 2016, p.69-70).

2.2.2 O Estado e o indivíduo como empresa

Segundo Dardot e Laval, o próprio Estado passa a ser uma entidade que funciona dentro da lógica concorrencial, na qual se vê o funcionalismo público como problemático, buscando seus próprios interesses. Logo, o modo como ele deveria funcionar muda substancialmente. Agora a lógica de desempenho predomina nas instâncias públicas, por meio de mecanismos rigorosos de avaliação de desempenho que buscam maximizar a eficácia e o modo como o funcionário público deve portar-se. Além disso, por meio da privatização, o Estado acaba se tornando um concorrente dentro da lógica de mercado que permeia toda a sociedade, criando, por exemplo, a concorrência entre diferentes serviços de interesse comum como escolas, sistemas de saúde etc. Tudo funciona em nome do aumento da eficiência visando a

⁴ Louis Rougier foi um filósofo francês, idealizador do colóquio Walter Lippman. (MARIUTTI, 2021).

maximização do lucro, de forma que se passa a ver o Estado como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p.271-320).

Todavia, não cabe ao Estado garantir uma política social sólida aos seus cidadãos, pois estes devem aumentar seu desempenho e buscar em empresas privadas, que outrora fizeram parte do emaranhado de funções estatais, serviços de interesse comum que deixam de ser garantidos pelo Estado-empresa da nova racionalidade. Logo, cabe ao indivíduo, como empresa e empreendedor de si mesmo, buscar o melhor seguro de vida, a melhor aposentadoria etc. A função estatal não é garantir e permitir que os cidadãos-empresa gozem de um sistema de benefícios sociais, mas sim privilegiar a concorrência como forma de aprimoramento geral, assim como a eficiência pública e individual. Com isso, os gastos estatais diminuem e os lucros dos capitalistas aumentam, enquanto a população perde cada vez mais direitos (DARDOT; LAVAL, 2016, p.271-320).

A nova racionalidade imposta pelo neoliberalismo gira em torno da empresa de si, em que o sujeito busca maximizar sua eficiência em todas as esferas de sua vida, seja na empresa ou nas relações familiares. A concorrência torna-se o princípio ordenador da vida social e o meio de maximizar a eficiência em todos os âmbitos. Dentro do ambiente de trabalho, nas empresas, exige-se cada vez mais do trabalhador, como um indivíduo que possui flexibilidade e é maximizador de sua própria eficiência, de modo que será avaliado segundo seu desempenho. Lógica que entra, como visto, até mesmo nas entranhas do aparelho estatal. Busca-se sempre o gozo máximo em todas as atividades cotidianas, sempre maximizando os ganhos – tendo o melhor carro ou buscando tê-lo, a melhor casa, a família mais feliz e, se esse padrão for aplicado à lógica concorrencial, a casa melhor que a do vizinho, a família mais feliz que a dele etc. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.321-376).

Portanto, a lógica de sempre melhorar, de sempre valorizar mais seu próprio capital humano, por meio de cursos de aperfeiçoamento, por exemplo, torna-se intrínseca a toda sociedade, de modo que tudo aquilo que diz respeito à solidariedade é deixado de lado. A possibilidade de um funcionário público agir buscando o interesse geral e não apenas os seus próprios é escanteada, assim como a questão de um progresso comum mais humano, feito em conjunto através da solidariedade social (DARDOT; LAVAL, 2016, p.321-376).

Diversos mecanismos de controle, como avaliações periódicas de desempenho e aplicação de punições, são utilizados para sempre garantir que a forma do neossujeito seja mantida – o homem empresarial que busca maximizar seu lucro e não tem interesse no bem-estar geral, somente no seu próprio e na maximização deste. Assim como o Estado, buscando maximizar sua eficiência, cortando os gastos sociais ao mínimo possível, o funcionalismo

público sendo visto como egoísta que só busca os próprios interesses – devendo ser mantido sob vigilância constante – são características elementares dessa nova razão do mundo proveniente do neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016, p.321-376).

Nesse sentido, o neossujeito que passa a ser responsável por se destacar na concorrência como empreendedor de si mesmo – e ao qual é atribuída única e exclusivamente a culpa por seu fracasso – começa a sofrer de diversos quadros clínicos. Como a depressão, a dessimbolização, que ocorre através da perda de referências como a igreja ou o Estado, e a única referência passa a ser o mercado. Outra forma desse fenômeno é o “eu” em mudança constante. Tudo gira em torno do mercado e da maximização do lucro, ou prazer, ou bem-estar, ou autoestima (DARDOT; LAVAL, 2016, p.321-376).

Sumarizando os principais pontos da nova racionalidade que nasce com o neoliberalismo, Dardot e Laval (2016, p.377-378) abordam seus quatro traços principais. O primeiro traço é a visão do mercado como não sendo natural, contrariando os economistas clássicos, mas sim sendo uma realidade construída que precisa da intervenção estatal de forma ativa, além de requerer, também, que um sistema de direito próprio seja instaurado. O segundo traço diz respeito à ordem de mercado, de modo que sua essência se assenta não nas trocas, mas na concorrência, entendida como a relação de desigualdade presente entre diferentes empresas (unidades de produção). Sendo assim, a construção do mercado baseia-se na norma da concorrência, ou seja, é preciso torná-la a regra geral das atividades relativas à economia. Portanto, o Estado possui a missão de aplicar a ordem por meio da concorrência e supervisioná-la de modo que os agentes integrantes do sistema a obedeçam.

O terceiro traço da lógica neoliberal, ainda abordando Dardot e Laval (2016, p.377-378), diz respeito ao Estado. Este não é visto apenas como um guardião atento dessa nova forma da sociedade, mas ele próprio, ao agir, submete-se à norma da concorrência, pois, ao estruturar-se uma lógica da sociedade do direito privado, o Estado não se apresenta como exceção às regras que ele próprio aplica. O resultado da primazia do direito privado é um esvaziamento do direito público no sentido de desativar sua validade em sentido operatório. O Estado, agora, é obrigado a se ver como uma empresa no funcionamento interno e na relação com outros Estados. “Assim, o Estado, ao qual compete construir o mercado, tem ao mesmo tempo de construir-se de acordo com as normas de mercado”. (DARDOT; LAVAL, p.378). O quarto traço levantado pelos autores, trata da universalização da concorrência que vai muito além do Estado, atuando no mais íntimo dos indivíduos em suas relações com si próprios:

De fato, a "governamentalidade empresarial" que deve prevalecer no plano da ação do Estado tem um modo de prolongar-se no governo de si do "indivíduo-empresa" ou, mais exatamente, o Estado empreendedor deve, como os atores privados da "governança", conduzir indiretamente os indivíduos a conduzir-se como empreendedores. Portanto, o modo de governamentalidade própria do neoliberalismo cobre o "conjunto das técnicas de governo que ultrapassam a estrita ação de Estado e orquestram a forma como os sujeitos se conduzem por si mesmos". A empresa é promovida a modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar. (DARDOT; LAVAL, p.378, 2016).

2.2.3 A nova racionalidade e a democracia

Sendo assim, como a nova razão do mundo neoliberal afeta a democracia? Dardot e Laval (2016, p.377) dão como subtítulo à sua conclusão "o esgotamento da democracia liberal". Ao definirem essa nova racionalidade como ademocrática, os autores resumem a lógica neoliberal da seguinte forma:

Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação, e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa, essas são as etapas pelas quais se realiza a extensão da racionalidade mercantil a todas as esferas da existência humana e que fazem da razão neoliberal uma verdadeira razão-mundo. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.379).

O desaparecimento da fronteira entre a esfera pública e privada afeta a democracia liberal, a qual pressupõem que não haja redução da política ou moral frente a economia, além da primazia da lei como ação do poder legislativo e em certo nível uma subordinação do executivo. Além disso, a democracia liberal pressupunha também senão uma maior importância do direito público sobre o privado, ao menos a consciência da delimitação da esfera de ambos; imperava a relação do cidadão com o bem comum.; dava valor à participação direta do povo na questão pública, principalmente quando a existência da comunidade política estava em questão (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 379-380).

A nova racionalidade consegue se adaptar àquilo que restou de tais distinções no plano ideológico, assim como consegue empreender a desativação da participação pública direta na política. Alguns traços dessa razão são a diluição do direito público para o benefício do privado, a ação pública conformada em agir dentro dos critérios de rentabilidade e produtividade, a depreciação do simbolismo da lei como função do legislativo. Além de mais força para o poder executivo, maior valor dado aos procedimentos, isenção da polícia geral no controle judicial, e a promoção do cidadão consumidor que deve escolher entre ofertas políticas que estão em concorrência. Tudo isso mostra que a democracia liberal se esgota como "norma política".

Esses pontos são reflexo do impacto da nova razão sobre a política e a democracia (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 379-380).

Um dos principais pontos sintomáticos disso é a questão da boa governança e a importância que adquire no âmbito da gestão, pois a reflexão sobre a administração, mesmo em ambiente público, recebe agora um verniz técnico, o que deixa de levar em conta questões políticas e sociais que poriam em questão a ação pública e a diversidade de opções. Logo a concepção do bem público e da sua distribuição é deturpada:

A igualdade de tratamento e a universalidade dos benefícios são questionadas tanto pela individualização do auxílio e pela seleção dos beneficiados, na qualidade de amostras de um "público-alvo", quanto pela concepção consumista do serviço público. As categorias da gestão tendem, nesse sentido, a ocupar o lugar dos princípios simbólicos comuns que até então se encontravam no fundamento da cidadania. A única questão autorizada no debate público é a da capacidade de levar a cabo "reformas" cujo sentido não é explicitado, sem que se saiba muito bem quais resultados se tenta obter por essa ação sobre a sociedade. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 380).

Indo além da gestão técnica, observa-se que a relação existente entre governantes e governados também muda. A cidadania é questionada até o seu mais íntimo e isso é perceptível quando se questionam direitos ligados a ela, como o direito à proteção social que fora estabelecido ao longo da história por ser uma consequência praticamente óbvia da política democrática. Se não houver contrapartidas não haverá direitos. Essa é a ideia no neoliberalismo e ela exerce a função de fazer com que os trabalhadores aceitem empregos piores e que doentes e estudantes paguem pelo serviço que é visto como de benefício individual. Como tudo obedece à lógica de mercado, o acesso a bens e serviços deixa de ser visto como o direito do cidadão de tê-lo e passa a ser visto como aquilo que resulta de uma transação calculada entre o subsídio e como o indivíduo paga isso, seja por meio de um comportamento ou custo do "beneficiário". O cidadão, que representa a responsabilidade da coletividade, dá lugar ao homem-empresa, ao qual a sociedade ou a coletividade não deve coisa alguma, não deve assistências ou serviços sociais, logo é o indivíduo que precisa empreender esforço para alcançar aquilo que deseja (DARDOT; LAVAL, 2016, p.380-381).

Portanto, a ação pública não tem mais como referência o sujeito de direitos e sim o indivíduo empreendedor de si mesmo que realiza contratos privados com outros empreendedores, a sociedade passa a ser vista assim. Logo, as formas de transação que são negociadas, dependendo do caso, findando resolver problemas, tendem a substituir as regras do direito público e dos procedimentos de decisão, no âmbito político, que recebem sua legitimidade através do voto universal (DARDOT; LAVAL, 2016, p.381). Por fim, pode-se

afirmar que essa reforma gerencial vai contra “[...] a *lógica democrática da cidadania social*; reforçando as desigualdades sociais na distribuição dos auxílios e no acesso aos recursos em matéria de emprego, saúde e educação, ela reforça as lógicas sociais de exclusão que fabricam um número crescente de “subcidadãos” e “não cidadãos”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.381, grifo dos autores).

A lógica dos anos do pós-guerra, buscava integrar os assalariados na política através do estabelecimento de condições para o exercício da cidadania. Sendo assim, a deterioração dos direitos sociais afeta não só a cidadania social, mas também cria um caminho para que os fundamentos da cidadania em si sejam contestados, pois são fundamentos que historicamente são solidários uns aos outros (DARDOT; LAVAL, 2016, p.381-382). Dardot e Laval argumentam:

Sob esse aspecto, é espantoso constatar a que ponto a contestação dos direitos sociais está intimamente ligada à contestação prática dos fundamentos culturais e morais, e não só políticos, das democracias liberais. O cinismo, a mentira, o menosprezo, a aversão à arte e à cultura, o desleixo da linguagem e dos modos, a ignorância, a arrogância do dinheiro e a brutalidade da dominação valem como títulos para governar em nome apenas da “eficácia”. *Quando o desempenho é o único critério de uma política, que importância tem o respeito à consciência e à liberdade de pensamento e expressão? Que importância tem o respeito às formas legais e aos procedimentos democráticos? A nova racionalidade promove seus próprios critérios de validação, que não têm mais nada a ver com os princípios morais e jurídicos da democracia liberal.* Sendo uma racionalidade estritamente gerencial, vê as leis e as normas simplesmente como instrumentos cujo valor relativo depende exclusivamente da realização dos objetivos. Nesse sentido, não estamos lidando com um simples “desencantamento democrático” passageiro, mas com uma mutação muito mais radical, cuja extensão é revelada, a sua maneira, pela dessimbolização que afeta a política. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.382, grifo meu).

Abordando o neologismo “desdemocratização” de Wendy Brown, definido como “[...] a inutilização prática das categorias fundadoras da democracia liberal [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.382), Dardot e Laval argumentam que o autor tem boas razões para utilizá-lo, haja vista que esse conceito é observável no que diz respeito à suspensão da lei e no Estado de exceção (como ditadura) transformado em Estado permanente. No entanto, essas diferenças não são o mesmo que o prelúdio de um regime político diferente, mas sim a apresentação empírica da direção que segue a nova lógica normativa de fazer com que as diferenças

existentes entre regimes políticos sejam apagadas de modo a criar uma forma de difícil diferenciação entre regimes (DARDOT; LAVAL, 2016, p.382-383).

2.2.4. As contra-condutas e a lógica do comum

Destarte, qual plano de ação deve ser tomado frente a uma racionalidade que permeia todas as esferas da vida econômica, política e intersubjetiva? Dardot e Laval darão, brevemente, duas formas de libertar-se dessa nova racionalidade, primeiramente através das contra-condutas, termo proveniente de Foucault, em que conduta possui dois sentidos, uma atividade que conduz os indivíduos (condução) e a maneira como uma pessoa conduz a si mesma sob o efeito da condução (DARDOT; LAVAL, 2016, p.399-400).

Logo, contraconduta significa “[...] uma “luta contra os procedimentos postos em ação para conduzir os outros [...]. Pela contraconduta, tenta-se tanto escapar da conduta dos outros como definir para si mesmo a maneira de se conduzir com relação aos outros”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.400). Já que dentro da governamentalidade neoliberal o verdadeiro objetivo é uma conduta para consigo mesmo, como empresa de si mesmo, no âmbito subjetivo do indivíduo, essa forma de conduta induz diretamente uma conduta em relação aos outros, ou seja, a concorrência com outros indivíduos que são empresas de si. Isso acarreta que a contraconduta como resistência a essa governamentalidade deva ser uma conduta com si mesmo e com os outros indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016, p.400). Portanto, o que se deve fazer, no âmbito das contracondutas, é:

À subjetivação-sujeição constituída pela ultrassubjetivação, devemos opor uma subjetivação pelas contracondutas; à governamentalidade neoliberal como maneira específica de conduzir a conduta dos outros, devemos opor, portanto, uma dupla recusa não menos específica: a recusa de se conduzir em relação a si mesmo como uma empresa de si e a recusa de se conduzir em relação aos outros de acordo com a norma da concorrência. Nisso, essa dupla recusa não está ligada a uma "desobediência passiva". Porque, se é verdade que a relação consigo da empresa de si determina imediata e diretamente certo tipo de relação com os outros (a concorrência generalizada), inversamente a recusa de funcionar como uma empresa de si, que é distanciamento de si mesmo e recusa do total autoengajamento na corrida ao bom desempenho, na prática só pode valer se forem estabelecidas, com relação aos outros, relações de cooperação, compartilhamento e comunhão. [...] A invenção de novas formas de vida somente pode ser uma invenção coletiva, devida à multiplicação e à intensificação das contracondutas de cooperação. A recusa coletiva de "trabalhar mais", ainda que seja apenas local, constitui um bom exemplo de atitude que pode abrir o caminho para essas contracondutas: ela rompe o que o saudoso André Gorz denominava com muita justiça "cumplicidade estrutural" que une o trabalhador ao capital, na medida em que "ganhar dinheiro", cada vez mais dinheiro, é o objetivo determinante de ambos. Ela abre uma primeira brecha na "coerção imanente do 'sempre mais', 'sempre mais rápido'". (DARDOT; LAVAL, 2016, p.400-401).

Por fim, observa-se que essa nova razão não é o caminho definitivo, o destino último, haja vista que não é a razão da história da humanidade, mas sim presente em um momento histórico por conta de singularidades históricas que não tornam impossível sua superação. Logo, outra racionalidade deve ser promovida. O governo dos indivíduos pode rumar para outros caminhos que não os da maximização do desempenho, produção sem limites e controle geral, podendo se sustentar em um governo dele mesmo que leva a relações com os outros que não aquelas relativas à concorrência generalizada entre indivíduos empreendedores de si. Por meio de práticas como a comunização do saber, assistência mútua e o trabalho cooperativo, pode-se mudar o eixo da racionalidade, tais traços podem descrever uma outra razão mundial (DARDOT; LAVAL, 2016, p.401-402). “Não saberíamos designar melhor essa razão alternativa senão pela *razão do comum*”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.402, grifo dos autores), objeto de discussão do livro posterior dos autores.

2.3. O neoliberalismo contra a democracia

Após analisar, separadamente, as ideias dos autores definidos como críticos, cabe ressaltar suas principais conclusões. Os autores de “Tempo Comprado” e “Nova Razão do Mundo”, são aqui definidos como críticos por conta de suas ideias críticas ao sistema capitalista, mais precisamente à forma mais recente que o capitalismo alcança após diversas metamorfoses, a fase do neoliberalismo. Seja por meio da visão crítica frankfurtiana de Streeck – que se volta para elementos da economia política para explicar a crise de legitimidade do Estado frente a sociedade, ou até mesmo frente o capitalismo – ou por meio dos argumentos voltados para a sociologia, bebendo de Foucault, de Dardot e Laval – demonstrando a nova razão baseada na concorrência que não deixa espaço para a solidariedade – o neoliberalismo aqui é visto como o problema central enfrentado pelas democracias liberais (DARDOT; LAVAL, 2016; STREECK, 2013).

As duas obras se complementam, ao passo que Streeck traz uma abordagem mais econômica explicando detalhadamente como surgiu o neoliberalismo e como ele buscou se legitimar no campo econômico, enquanto Dardot e Laval, que também abordam essa genealogia, mostram como a racionalidade que existe por trás do processo neoliberal entra e contamina todas as esferas da vida humana. Vê-se que com o neoliberalismo o “capitalismo democrático”, que imperou após o fim da Segunda Guerra Mundial, e tinha como principais características as correções sociais feitas pelo Estado e a primazia do direito público sobre o privado, entra em crise com o choque do petróleo e as crises dos anos 70 (DARDOT; LAVAL, 2016; STREECK, 2013).

Após isso o capital, como ator, passa a exercer pressão sobre o governo que começa a escantear suas políticas sociais em benefício do capital e do “povo do mercado”. Logo, o capitalismo entra em uma nova era, uma era em que reina a busca pelo lucro extraordinário com os gastos mais baixos possíveis e com a maior eficiência. Nessa nova era, serviços de interesse geral passam a ser privatizados em nome da eficiência e do corte de gastos por parte do Estado, a intervenção estatal é aceita desde que não interfira no livre jogo das forças do mercado (DARDOT; LAVAL, 2016; STREECK, 2013).

Paralelamente a isso, uma nova razão começa a gestar-se, com privatizações em massa, a diminuição do papel do Estado, das políticas sociais e o aumento das exigências nos locais de trabalho, uma nova forma de conduta passa a ser pregada e exigida, o homem como empresa, ou como empreendedor de si. Todas as ações do indivíduo passam a ser vistas como formas de aumentar seu capital humano, estando sempre dentro de um sistema de concorrência predatória. Nesse âmbito, a solidariedade e os princípios do comum são deturpados, a prevalência do direito privado sobre o público torna-se uma realidade inegável e a democracia, que precisa de um senso de comunidade para funcionar, entra em perigo. Outros pontos que a colocam em perigo são as ideias de Hayek, que busca um cenário em que nenhuma política social “corrompa” o funcionamento dos mercados, o que levaria gradativamente à uma sociedade sem voz frente às decisões estatais que agora são tomadas por agentes em um ambiente muito além do seu controle, em um sistema denominado de diplomacia financeira internacional (DARDOT; LAVAL, 2016; STREECK, 2013).

Por fim, os efeitos que a nova razão do mundo desempenha sobre a democracia são grandemente prejudiciais, pois tendo o desempenho como único critério significativo para a política, a importância do respeito pela liberdade de pensamento e expressão desaparece. Assim como se torna questionável a real importância de respeitar os procedimentos e as formas legais da democracia, o que pode levar ao totalitarismo. Além disso, com o neoliberalismo e sua nova racionalidade, os princípios jurídicos e morais da democracia liberal são escanteados para darem lugar aos critérios avaliativos da nova racionalidade. Já que se trata de uma racionalidade puramente gerencial as leis e normas são vistas por ela apenas como instrumentos que terão seu valor definido com base no cumprimento de objetivos. Portanto, não se trata de um desencantamento com a democracia que logo passará, mas sim de uma mudança radical (DARDOT; LAVAL, 2016, p.382).

3. Conclusão: Liberais e críticos, como se diferenciam?

Feitas as discussões das correntes liberais e críticas, convém agora compará-las esquematicamente, buscando entender se tais perspectivas são discordantes ou complementares, e quais os principais pontos, levantados por ambas, que explicam a presente crise. Para tanto, o quadro abaixo tenta de forma esquemática apresentar os principais apontamentos de cada uma das obras selecionadas para discussão da crise das democracias liberais.

QUADRO 1 - SÍNTESE DOS ARGUMENTOS

Autores	Sintomas	Causas	É possível salvar a democracia liberal?
Levitsky/Ziblatt (Liberais)	Populismo; Autoritarismo; Sectarismo; Xenofobia; Intolerância; Política de inimigos; Jogo duro constitucional;	Mídias sociais; A não guarda dos portões da democracia; Descrença no establishment político; Menor mobilidade social; Aumento da leva de imigrantes; Democracia multiétnica; Deterioração das regras de tolerância mútua e reserva institucional.	Sim
Mounk (Liberal)	Populismo; Autoritarismo; Sectarismo; Xenofobia; Crescimento da aceitação de líderes e regimes autoritários.	Mídias sociais; Crise identitária; Desconfiança política; Descrença na democracia; Crise econômica; Falta de fé cívica.	Sim
Streeck (Crítico)	Crise de legitimação; Compra de tempo; Justiça social abaixo da justiça de mercado; Diminuição da participação popular nas decisões políticas.	A Ascensão do neoliberalismo; Aceitação das exigências do capital; O mercado como regulador da vida econômica e social; Corte do estado de bem-estar social; Diplomacia financeira internacional.	Talvez
Dardot/Laval (Críticos)	Governo tendo como critério único a eficiência; Primazia do direito privado sobre o público; Estado como empresa; Deterioração da proteção social; A concorrência entre todos os âmbitos da sociedade.	A Ascensão do neoliberalismo; A nova razão do mundo baseada na concorrência.	Não

Fonte: autoria própria

À luz do quadro, podemos lançar os seguintes apontamentos. Tanto para Levitsky e Ziblatt (2018), quanto para Mounk (2019) é possível salvar a democracia liberal. No decorrer de suas obras deixa-se claro que o atual momento de crise pode ser passageiro e que existe muito que possa ser feito para evitar o fim da democracia. A luta do povo e políticos, em conjunto com diversas políticas socioeconômicas, podem dar um novo fôlego para a democracia liberal, superando este momento populista-autoritário. No entanto, ao tratar de Dardot, Laval e Streeck, por serem críticos do capitalismo, a “solução” é mais complexa.

Streeck (2013) argumenta que a compatibilidade entre democracia e capitalismo é limitada e essa relação só funciona caso o Estado mantenha uma regulação firme sobre o capitalismo. Assim, pode-se pensar em duas saídas. Já que o capitalismo geralmente tende à crise, o futuro provável é uma nova crise – quando a compra de tempo por meio de bancos centrais se esgotar – e solução de curto prazo que gere outra crise. Assim, sucetivamente, até o momento de ruína do capitalismo. Por outro lado, se um novo Estado de bem-estar social, que priorize o povo do Estado e mantenha o capital sob controle, se formar a democracia liberal pode ter uma chance. No entanto, essa chance é algo que depende de acontecimentos políticos muito difíceis de se vislumbrar, como o abandono da elite econômica, virar as costas para os credores e para o mercado internacional etc. Destarte, o mais provável é que o capitalismo como sequências de crises continue até alcançar sua crise final.

Para Dardot e Laval (2016) não é possível salvar a democracia liberal. Silveira e Salvazoni (2018) abordam uma obra posterior dos autores denominada, “Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI”, eles afirmam que:

Há um campo político sendo forjado a partir do comum, baseado em um conjunto de práticas que se opõe aos modelos privado e estatal de organização. O conceito do comum, a partir desse ângulo, se apresenta associada à luta anti neoliberal, e conectada à ideia de que é preciso reconstruir a democracia. (SILVEIRA; SALVAZONI, 2018, p.9).

Nesse sentido, Silveira e Salvazoni (2018) argumentam que Dardot e Laval fazem parte desse modo de pensamento que objetiva fazer uma exploração do significado político das lutas da atualidade contra o neoliberalismo. Logo, para Dardot e Laval “[...] o comum é [...] mais a fórmula encontrada pelos movimentos sociais de se opor à “apropriação de todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida”. Não é o ressurgimento do comunismo estatista, mas sim a “emergência de uma nova forma de se opor ao capitalismo”. (SILVEIRA; SALVAZONI, 2018, p.9). Portanto, dentro dessa lógica do comum, uma democracia liberal que precisa de um sistema econômico individualista que possui uma razão concorrencial, o capitalismo neoliberal,

não pode ser salva caso busque-se uma sociedade mais solidária que vise o benefício geral e não a divisão econômica e individualização, mas sim o comum (DARDOT; LAVAL, 2016).

Tratando dos sintomas e causas da crise das democracias liberais, os autores da perspectiva liberal possuem visões semelhantes. Eles entendem que a ascensão de líderes populistas que minam, gradativamente, as instituições democráticas é uma das principais causas da crise. Não obstante, reconhecem que as mídias sociais tiveram um grande papel em impulsionar tais candidatos, facilitando a comunicação de um para muitos, logo permitindo que os populistas quebrassem barreiras como a falta de apoio de partidos e cobertura televisiva (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019).

Outro ponto em que concordam diz respeito às questões de identidade e xenofobia. Como mostram Levitsky, Ziblatt e Mounk, um dos pilares que mantiveram democracias funcionando por décadas foi a exclusão da minoria em benefício da maioria étnica. Nesse sentido, essas tensões aliadas a ressentimentos históricos, como a escravidão, criam um sectarismo extremado e abrem espaço de manobra para a demagogia populista. Além disso, o aumento do fluxo migratório desde os anos 80, nos EUA e também na Europa, mais recentemente, aumenta a apreensão quanto a eles, criando visões dos mesmos como ladrões ou possíveis substitutos em seus locais de trabalho. Esse medo é alimentado pelos populistas que o utilizam para angariar apoio do povo (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019).

Alguns efeitos e causas são abordados de forma mais abrangente por Levitsky, Ziblatt e outros são exclusivos de sua análise, como uma das causas para ascensão populista, a não guarda dos portões da democracia. Outros pontos são a política de inimigos e o jogo duro constitucional. Para Levitsky e Ziblatt, quando os guardiões da democracia deixam de salvaguardá-la e permitem que extremistas estejam em suas principais fileiras, inclusive apoiando-os, a democracia perde seus guardiões, os partidos políticos. Algumas normas não escritas são essenciais para o funcionamento da democracia, expondo fundamental importância à tolerância mútua e reserva institucional, ou seja, o reconhecimento de seus adversários como legítimos e o uso da lei com ressalvas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

No entanto, alguns sintomas da crise atual são a política de inimigos e o jogo duro constitucional. Esses sintomas têm como causa o abandono dessas normas, o que leva a uma política sem comedimento em que os adversários se tornam inimigos a serem eliminados e a lei se torna uma arma. Por fim, outra causa que leva à ascensão dos populistas é a crise econômica acompanhada da estagnação do padrão de vida. Por conta desse processo ter se iniciado na década de 1980, quando as levadas de imigrantes rumo aos EUA aumentava, a população do interior do país começa a associar a perda de sua ascensão econômica com os imigrantes. Tanto

essa estagnação de posição social, quanto sua relação com os imigrantes são alvo de promessas irreais e ataques xenofóbicos populistas, discursos que vão de encontro aos anseios de parte considerável da população (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Algumas causas e efeitos são abordados de modo mais abrangente por Mounk, além de alguns serem exclusivos de sua análise, como a questão da fé cívica. Segundo o autor, o povo perde a crença na democracia, perde sua fé cívica, e se torna mais aberto a governos autoritários, como demonstra em diversas pesquisas. Além disso, a crise de identidade, por conta da democracia multiétnica, em conjunto com a deterioração das condições de trabalho e a estagnação da ascensão social, são causas que ajudam os populistas a se consolidarem no poder. Um povo dividido é mais fácil de controlar do que um povo unido, os populistas se aproveitam disso e os jogam uns contra os outros (MOUNK, 2019).

Ao tratar da perspectiva crítica, ainda no âmbito do quadro 1, nota-se que a principal causa da crise atual é a ascensão do neoliberalismo, que ocorre no fim do século XX. Mesmo abordando os efeitos distintos do neoliberalismo, fica claro que ambos os autores veem como o estado de bem-estar social foi solapado e o interesse privado fora colocado acima do interesse público. No que tange os argumentos de Streeck, o processo de compra de tempo por meio do dinheiro é seu principal objeto de análise. Segundo o autor, o capital se liberta das amarras impostas pelas políticas socioeconômicas do pós-guerra, logo o estado de bem-estar social começa a ser paulatinamente solapado e o governo se volta à primazia do mercado como principal ente regulatório da vida socioeconômica do Estado (STREECK, 2013).

Nesse sentido, a crise de legitimação do capitalismo democrático do pós-guerra, frente o capital, faz com que o Estado inicie um processo de compra de tempo, primeiro por meio de inflação, depois endividamento público, endividamento privado etc. Essa compra de tempo ocorre justamente para evitar a crise de legitimação do capitalismo, seja frente ao capital ou ao povo do Estado. Além disso, cria-se a ilusão de um crescimento constante por meio dessas medidas, mas cada forma de compra de tempo é apenas o prelúdio da próxima crise (STREECK, 2013).

Com esse processo, os direitos do povo do Estado, a justiça social, foram colocados abaixo dos direitos do povo do mercado, a justiça de mercado, os detentores de capital. Sendo assim, os impostos sobre os grandes capitalistas não correspondem ao seu rendimento e, para suprir essa lacuna de arrecadação, o povo tem benefícios sociais cortados e privatizados. Com a aceitação crescente das exigências do capital, o Estado passa a priorizar o povo do mercado e seus interesses, logo deteriorando os direitos do povo do Estado. Além disso, o mercado se torna o regulador da vida econômica e social de modo a formar-se uma diplomacia financeira

internacional que limita o poder de ação democrático dos indivíduos, assim como de seus governos nacionais (STREECK, 2013).

Em Dardot e Laval, a nova razão do mundo está no centro do esgotamento da democracia liberal. As principais causas da atual crise são a ascensão do neoliberalismo e a sua razão-mundo baseada na concorrência. Essa nova razão faz com que todos os âmbitos da vida social sejam vistos como objetos de maximização de eficiência, sendo regidos pela norma concorrencial. Isso cria efeitos sobre a democracia, principalmente no modo como age o Estado e como o povo enxerga seus compatriotas. O Estado passa a ter como critério único a eficiência, se tornando uma empresa que lida com indivíduos que são empresas de si mesmos, o que escanteia a democracia e o governo a favor do povo, logo há uma deterioração da proteção social. Não obstante, a concorrência generalizada, atingindo todas as esferas da sociedade, faz com que o povo deixe de lado qualquer senso de solidariedade recíproca e passe a ver o outro como um concorrente a ser vencido (DARDOT; LAVAL, 2016).

Destarte, quando o desempenho passa a ser o único critério que guia a política, questões caras à democracia liberal são escanteadas, como o respeito à liberdade de expressão e aos processos legais da democracia, o que, por sua vez, pode degradingar em autoritarismo. Dentro do critério único de eficiência, os princípios jurídicos e morais da democracia liberal dão lugar a critérios de avaliação, pois o valor real das leis e normas da democracia só é definido por meio do cumprimento de objetivos em que são meios para alcançá-los (DARDOT; LAVAL, 2016).

À guisa de conclusão, o primeiro passo é definir as perspectivas, na visão do autor deste trabalho, como complementares, haja vista que criam as bases empíricas e teóricas para compreender a expressão definidora do momento global contemporâneo, a crise político-econômica-institucional das democracias liberais.

Esse processo de crise se inicia com o fim do estado de bem-estar social do pós-guerra, que garantiu durante 30 anos a estabilidade e o progresso em um regime econômico capitalista e político democrático. Com a revolta do capital, que já não aguentava mais as amarras que haviam sido lhe impostas, o capitalismo entra em uma metamorfose para alcançar seu próximo nível, o neoliberalismo. Porém, essa transformação implicou em elevados custos para a sociedade, como o corte de políticas sociais, a deterioração do emprego e a estagnação da posição econômica (STREECK, 2013).

O mercado passa a ser o principal órgão regulador das forças econômicas e o Estado, dentro dessa lógica mercantil, tornando-se ele próprio uma empresa que preza mais pela eficiência do que pelos princípios da democracia liberal. Este, por sua vez, começa a comprar

tempo para legitimar o sistema capitalista frente a população. No entanto, trata-se apenas de um remédio provisório que já deixa as bases para a próxima crise. O povo do Estado, os cidadãos, veem sua vida econômica piorar e o Estado tenta contornar essa situação por meio da compra de tempo. Porém, o cidadão que estava acostumado com o crescimento econômico constante, ao se deparar com a estagnação econômica e diminuição de benefícios e serviços sociais, começa a culpar os imigrantes por seus problemas e ficam abertos a populistas que trazem em seus discursos elementos nostálgicos, prometendo trazer de volta aquele progresso que outrora encheu os bolsos do povo (MOUNK, 2019; STREECK, 2013).

Como Mounk argumenta, fazendo uma ligação com as ideias de Streeck, a legitimidade da democracia liberal só se manteve enquanto os anseios do povo foram atendidos e supridos. Quando esse sistema que trazia paz, prosperidade e perspectiva de ascensão, entra em crise a população quer alguém que conserte o problema o mais rápido possível. Isso, aliado ao medo de imigrantes, a perda de confiança nos políticos tradicionais e a grande facilidade encontrada nas redes sociais para disseminar ideias, possibilita a rápida ascensão de políticos demagogos que não tem respeito pelas regras e normas democráticas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019; STREECK, 2013).

Quando isso acontece, a democracia entra em teste, se as grades de proteção da mesma não conseguirem conter o populista, pode-se concluir que um problema institucional está presente na democracia daquele país. Não obstante, com a nova racionalidade concorrencial, trazida pelo neoliberalismo, o populismo consegue se sustentar melhor, haja vista que o partido adversário se torna um inimigo, ou um concorrente, em que duas visões distintas concorrem e são opostas, como no caso americano entre os partidos Republicano e Democrata. Sendo inimigos, a solidariedade e a luta conjunta pela democracia tornam-se extremamente complicadas de se realizarem (DARDOT; LAVAL, 2016; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Outra forma de crise da democracia liberal é o liberalismo antidemocrático, que Mounk e Streeck conseguem captar por meio, entre outros, da diplomacia financeira internacional que retira do povo, e do próprio Estado, o direito de decidir seu futuro. No entanto, os direitos e as instituições democráticas continuam funcionando, mas a voz do povo não tem alcance. Algo semelhante ocorre quando o Estado começa a terceirizar funções para organismos como bancos centrais para lidar com questões complexas. Esses organismos começam a atuar como legisladores, mesmo não havendo um só funcionário eleito pelo povo que, portanto, não consegue fazer reivindicações ou exigências (MOUNK, 2019; STREECK, 2013).

Por fim, pode-se afirmar que as perspectivas se complementam no sentido de, em conjunto, ajudarem a entender melhor e mais amplamente a crise, tanto elementos estruturais,

pela corrente crítica, quanto elementos mais evidentes pela corrente liberal. Mesmo que os liberais deem mais ênfase ao aspecto político e os críticos ao econômico, ainda pode-se traçar uma sequência lógica da evolução da crise político-econômica-institucional com base na junção de suas ideias da seguinte forma: com a crise do sistema de Bretton Woods, nasce o neoliberalismo, com ele vem a compra de tempo, a nova racionalidade concorrencial e a diminuição dos benefícios do Estado de bem-estar social, o que por sua vez dá algumas das bases para a ascensão de outsiders populistas autoritários e sua eleição (DARDOT; LAVAL, 2016; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019; STREECK, 2013).

Finalmente, conclui-se que é possível, através da junção das perspectivas de teóricos liberais e críticos, analisar minuciosamente quais são as causas e efeitos da crise político-econômica-institucional das democracias liberais que se apresenta na contemporaneidade. Entende-se a importância tanto das abordagens voltadas para a ciência política, quanto das voltadas para a economia política e sociologia. O que se pode pensar, nesse momento, é quais seriam as possíveis soluções, levando em conta os argumentos supracitados, para a crise que ameaça por fim as democracias liberais. Como explanado pelos autores, uma mudança precisa ser feita logo, se não a democracia corre perigo em diversas partes do mundo. As instituições precisam ser fortalecidas por meio de um povo que luta pela democracia de forma corajosa. Elas podem receber esse fortalecimento ao serem utilizadas para retirar do poder ou barrar os populistas em ascensão. A noção de comunidade, boa convivência e aceitação do próximo permeia os argumentos da maioria dos autores, de modo que utilizar da tolerância mútua é um dos poucos caminhos para sair da crise. (DARDOT; LAVAL, 2016; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019).

A crise no âmbito econômico também envolve uma solução no campo institucional, conforme Streeck (2013) argumenta, pois, para haver uma democratização, instituições que façam o capital ser submetido ao controle social precisam ser criadas, como ocorreu no período do pós-guerra. Além disso, Dardot e Laval (2016) apresentam formas de resistir à nova razão do mundo que nasce com o neoliberalismo, a qual torna o desempenho o meio único da política e cria seus critérios de validação que não se relacionam com os princípios morais e jurídicos que sustentam a democracia liberal. Essa racionalidade, baseada na concorrência, pode ser contornada através de contracondutas, que se dá de modo ao povo rejeitar agir dentro da norma da concorrência. Além da lógica do comum, que traz uma noção maior de comunidade deixando de lado a concorrência entre todos.

Quanto ao futuro, nos Estados Unidos, Joe Biden conseguiu derrotar Donald Trump, o que mostra como a união de pessoas que pensam diferente pode ajudar a salvaguardar a

democracia de populistas autoritários. No entanto, só o tempo dirá se a derrota de Trump fora apenas um curativo ou uma cura dos males do antidemocratismo. Ainda é preciso refortalecer as regras informais de tolerância mútua e reserva institucional para permitir que a democracia americana se mantenha saudável após a saída de Biden, e garantir que seu governo não seja apenas um interlúdio.

Orbán continua na Hungria, Bolsonaro no Brasil e Nicolás Maduro na Venezuela, a crise das democracias liberais não acabou. O futuro, democrático ou não, dependerá da coragem dos defensores da democracia liberal, assim como dos políticos, de se unirem e abrirem mão das diferenças partidárias para lutar contra populistas autoritários. Findando não vencer uma eleição ou ganhar uma vantagem temporária, mas um objetivo muito mais nobre, salvar a democracia liberal.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara. **SUBJETIVAÇÃO NEOLIBERAL**. Revista TURISMO: Estudos e Práticas, v. 9, n. 2, 2020.

BALLESTRIN, Luciana. **O debate pós-democrático no século XXI**. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 4, n. 2, p. 149-164, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Boitempo editorial, 2016.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **O Colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos**. Unicamp. IE, Campinas, n. 415, ago. 2021.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Editora Companhia das Letras, 2019.

NEVES, Lucas. **Ascensão da direita nacionalista é planetária**: com eleição de Bolsonaro, Brasil se junta à onda conservadora. Folha de S.Paulo, 2018. Disponível em: <>. Acesso em: 20/12/2020.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.

SANFELICI, Daniel de Mello. STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. Lisboa: Conjuntura Actual Editora, 2013. GEOgraphia, v. 17, n. 35, p. 226-229.

SILVEIRA, Sergio Amadeu; SAVAZONI, Rodrigo Tarchiani. **O conceito do comum: apontamentos introdutórios| The concept of the commons: introductory notes**. Liinc em Revista; v. 14, n. 1 (2018): Economia de plataforma e novas formas colaborativas de produção, v. 24, n. 2.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**: Lições Adorno em Frankfurt, 2012. Actual, 2013.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. Boitempo Editorial, 2018.

TRAJANO, Isabella. **Review O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. 2021. Disponível em:

<<https://www.demosxxi.com.br/democracia/review-o-povo-contra-a-democracia-por-que-nossa-liberdade-corre-perigo-e-como-salva-la/>>